UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

MARTA BATISTA ORDOÑEZ ANTEZANA

A gramatização da língua portuguesa do Brasil: o tratamento da variedade
brasileira do português na *Grammatica Portugueza* (curso superior) de João
Ribeiro
(versão corrigida)

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

A gramatização da língua portuguesa do Brasil: o tratamento da variedade brasileira do português na *Grammatica Portugueza* (curso superior) de João Ribeiro

(versão corrigida)

Marta Batista Ordoñez Antezana

Tese apresentada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marli Quadros Leite

São Paulo

2014

Dedicatória

Aos meus saudosos pais, Carlos Ordoñez e Edalma Ordoñez que, ao me presentear com os primeiros livros, fizeram-me compreender nosso maravilhoso mundo.

Aos meus queridos irmãos, Maísa Helena e Carlos Santiago, pelo amor e incentivo.

Ao meu querido marido Francisco José, eterno companheiro e incentivador nesta jornada.

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à querida professora e orientadora Marli Quadros Leite pela generosidade, dedicação, incentivo e por tudo que ela me ensinou nesta trajetória; suas apreciações foram um aprendizado o qual permanecerá para sempre na minha vida acadêmica.

Ao querido professor Evanildo Bechara, pela generosidade e simpatia com que me recebeu quando estive na Academia Brasileira de Letras realizando minhas pesquisas e pelas indicações de leitura sobre João Ribeiro.

À querida amiga e professora Martha Walzberg, pelas traduções que fez do alemão para o português e que me auxiliaram muito na minha tese.

À querida professora Ulriche Mühschlegel, da Universidade de Berlim, pelos conselhos de pesquisa.

Aos funcionários de pós-graduação do departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo pela atenção e pelos informes enviados por email.

A todos os bibliotecários das universidades estaduais e federais que me atenderam e me auxiliaram nas minhas pesquisas, permitindo que eu fotografasse as edições da *Grammatica Portugueza* (curso superior) de João Ribeiro e de outras obras deste autor.

Aos bibliotecários e administrativos da Academia Brasileira de Letras, pela atenciosa recepção com que me atenderam nos dias em que estive no Rio de Janeiro.

À bibliotecária Eliana Junqueira, da Casa de Portugal, pelo carinho e atenção com que me auxiliou nas minhas pesquisas.

“A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão, com certeza, perder o futuro.” John Kennedy

Resumo

A presente tese tem como escopo analisar, na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, as concepções linguísticas do gramático João Ribeiro acerca da variedade brasileira do português. Por meio de duas edições da *Grammatica Portugueza* (curso superior), a 3ª edição de 1889 e a 21ª edição de 1930, pretendemos analisar, metalinguisticamente, duas correntes nos quais estas concepções aparecem: a *corrente naturalista* na qual constatamos o discurso evolucionista, determinista e positivista acerca do português do Brasil, considerado um dialeto “degenerado” em relação à língua portuguesa de Portugal, e a *corrente culturalista* em que o gramático revela-se inovador ao constatar que a variedade brasileira é língua portuguesa também, enriquecida com novas “vozes”, a indígena, a africana, entre outras que colaboraram para a formação desta língua. No entanto, nossa hipótese é a de que Ribeiro, mesmo sendo inovador, não conseguiu libertar-se das ideias conservadoras ou puristas. Portanto, nossa tese é de que Ribeiro é um gramático conservador, embora tenha introduzido, na edição de 1930 da sua gramática, características próprias do português do Brasil e tenha se revelado um autor inovador em outras obras de natureza não gramatical.

Palavras-chave: gramática, língua portuguesa, dialeto, História das Ideias Linguísticas.

Abstract

The aim of this thesis is to analyze, within the field of History of Linguistic Ideas, the linguistic conceptions from the grammarian João Ribeiro concerning the Brazilian variety of the Portuguese language. By means of two editions of *Grammatica Portugueza* (curso superior) - the 3rd edition from 1889 and the 21st edition from 1930 - we intend to analyze, through metalanguage, two currents when these conceptions develop: the *naturalist current*, when we can verify the evolutionist, determinist and positivist discourse concerning the Brazilian Portuguese language - which had been considered a “degenerate” dialect in relation to the Portuguese from Portugal - and the *cultural current*, in which the grammarian reveals himself as being innovative by verifying that the Brazilian variety is the Portuguese language too, enriched with new “voices” – the Indigenous, the African, among others which have contributed to the formation of this language. However, our hypothesis is that Ribeiro, despite being somewhat innovative, could not get out of the conservative or purist ideas altogether. Therefore, our point is that Ribeiro is actually a conservative grammarian, although he introduced, in his grammar of the 1930 edition, idiosyncratic features of the Brazilian Portuguese language and revealed as an innovative author in other pieces of work of non-grammatical nature.

Keywords: grammar, portuguese language, dialect, History of Linguistic Ideas.

Sumário

Introdução.....	8
------------------------	----------

Capítulo I- Contextualização histórica e científica na transição do século XIX para o XX

Introdução.....	19
1.1.Os contextos históricos europeu e brasileiro.....	20
1.2.O mundo científico entre os séculos XIX e XX.....	28
1.3.Os intelectuais brasileiros e as teorias científicas: propostas para o desenvolvimento do Brasil.....	41
1.4.Os conceitos de língua e dialeto e o status da variedade brasileira do português.....	50
Considerações parciais.....	56

Capítulo II- Os discursos sobre o povo brasileiro nas obras não gramaticais de João Ribeiro

Introdução.....	58
2.1.A corrente naturalista: o discurso pessimista sobre o povo	61
2.2.A corrente culturalista: o discurso otimista sobre o povo.....	75
2.3.As concepções pós-João Ribeiro sobre o povo	84
Considerações parciais.....	88

Capítulo III- Os estudos linguísticos na Europa e no Brasil

Introdução.....	90
3.1.O naturalismo na linguística do século XIX.....	90
3.2.O culturalismo na linguística do começo do século XX.....	97
3.3.A recepção dos estudos linguísticos europeus no Brasil da época	108

Considerações parciais.....	113
-----------------------------	-----

Capítulo IV- As correntes naturalista e culturalista na *Grammatica Portuguesa* (curso superior)

Introdução.....	115
-----------------	-----

4.1.A corrente naturalista: o discurso evolucionista.....	116
---	-----

4.2.A corrente culturalista: o discurso social.....	133
---	-----

4.3.Análise comparativa das duas correntes.....	149
---	-----

Considerações finais.....	153
----------------------------------	------------

Referências bibliográficas.....	158
--	------------

Introdução

A presente tese tem como objeto de estudo a *Grammatica Portugueza* (curso superior) de João Ribeiro e, por meio dela, objetivamos analisar as concepções linguísticas do gramático acerca da variedade brasileira do português, à luz das transformações culturais na transição do século XIX para o XX, dentro da perspectiva da História das Ideias Linguísticas, pois, conforme Auroux (2009:70), toda gramática é um instrumento linguístico que contém saberes metalinguísticos que refletem uma realidade histórica.

Por isso, nosso trabalho metalinguístico será norteado pelo horizonte de retrospectção e de prospecção para compreendermos os conceitos linguísticos do gramático. Este horizonte refere-se ao ambiente em que Ribeiro viveu, ou seja, a todos os dados sobre a sociedade, a filosofia, a cultura, a política e o pensamento científico em geral, incluindo o linguístico na passagem entre os séculos XIX e XX.

Neste sentido, nossa tese insere-se, também, na Historiografia Linguística, visto que, conforme Koerner (1995:13), o *clima de opinião* ou o *princípio da contextualização* é fundamental na análise de qualquer documento ou instrumento linguístico, pois permite uma interpretação mais abrangente do objeto selecionado. Em linhas gerais, segundo ele, o conhecimento enciclopédico de uma dada época, por parte do historiógrafo, vem a auxiliar na observação mais completa do objeto de pesquisa.

Quanto à metodologia adotada, partimos de três princípios estabelecidos por Auroux (2009:13) os quais auxiliam na análise do *corpus* selecionado: *definição puramente fenomenológica do objeto*, *neutralidade epistemológica* e *historicismo moderado*. O primeiro princípio considera que o instrumento

linguístico contém saberes considerados “produtos histórico-culturais”; o segundo princípio refere-se à aceitação do objeto de análise como ele se apresenta, com suas próprias terminologias, pois resulta das tradições de uma época; o terceiro princípio diz respeito ao valor deste objeto na época em que foi produzido, observando-se que ele é uma causa de um momento histórico.

Veremos, no desenvolvimento da tese, que a gramática de Ribeiro, conforme o primeiro princípio, resulta de um contexto histórico e científico, porque ela surge de uma busca pela identidade cultural brasileira, ao mesmo tempo em que expressa conceitos acerca do caráter do povo brasileiro associados à variedade linguística do português do Brasil, tais como a relação entre os binômios raça/dialeto e cultura/língua.

Sobre o segundo princípio, verificamos que esta mesma gramática contém discursos vinculados ora ao naturalismo evolucionista do século XIX, ora ao culturalismo do século XX, uma vez que a variedade brasileira do português foi considerada *dialeto nacional* e, posteriormente, *língua portuguesa* do Brasil. No que tange ao terceiro princípio, este instrumento surgiu de uma necessidade pedagógica na transição entre os séculos acima citados, visto que os filólogos pretendiam formar os cidadãos brasileiros dentro de uma norma-padrão de fala e de escrita, num projeto de reconstrução da cultura nacional, e a produção de gramáticas fazia parte deste.

A Gramática Tradicional (GT), formada pelos gramáticos antigos os quais valorizavam o modelo linguístico literário dos grandes escritores, no decorrer da história da gramatização, sempre teve o objetivo de prescrever a norma-padrão de língua, daí sua importância como instrumento linguístico e tecnológico cujo papel é subsidiar o desenvolvimento das aptidões comunicativas dos indivíduos, no entanto as peculiaridades da língua falada no

cotidiano não eram tratadas com a devida importância, sendo consideradas inadequações em relação à norma culta. Mais adiante, ainda nesta introdução, trataremos, de forma sucinta, do artigo de Marli Quadros Leite (2013) intitulado “L’influence de l’oralité sur la formation de la norme linguistique: analyse de la place des pronoms atones dans le grammaire de la langue portugaise” que apresenta os gramáticos que, na história da gramatização da língua portuguesa, valorizaram o estudo da língua falada, antes mesmo da Sociolinguística.

Esta ciência, nos anos 60 do século XX, passou a analisar a fala em suas variadas manifestações comunicativas, compreendidas por fatores sociais como idade, sexo, classe social, profissão, etnia, entre outros, mas ela é posterior a João Ribeiro, muito embora ele conhecesse os estudos sobre a língua falada por meio das teorias culturalistas, entretanto mantendo o seu conservadorismo linguístico.

A *Grammatica Portuguesa* – curso superior, de Ribeiro, é uma das produções do início da gramatização brasileira, que se deu no final do século XIX, ao lado de outras de natureza científica e prática como as de Júlio Ribeiro (1881), Pacheco Silva (1879), Lameira de Andrade (1887), Maximino Maciel (1887) e Macedo Soares (1884), com o mesmo objetivo de normatizar a língua portuguesa, seguindo uma tradição secular, porém buscando distanciar-se do modelo lusitano, dentro do espírito da identidade linguística nacional ou da brasilidade. Entretanto, a norma lusitana ainda se encontrava muito presente entre os gramáticos puristas como João Ribeiro, embora ele tenha se modernizado mais tarde, valorizando as peculiaridades da língua portuguesa do Brasil.

Esse dilema norma portuguesa/variedade brasileira, que marcou o início da gramatização brasileira, incidiu nas duas *correntes* que constituem nosso

corpus, nas quais o gramático apresenta seus discursos sobre a variedade brasileira do português: a *corrente naturalista* manifesta na 3ª edição (1889), em que ele defende a tese do dialeto brasileiro, e a *corrente culturalista* presente na 21ª edição (1930), na qual apresenta a tese da existência da língua portuguesa do Brasil.

É importante observar que consideramos o termo *corrente* como sendo o mais científico para expressar que o gramático não foi radical ao mudar suas concepções acerca da variedade brasileira do português. Se ele tivesse sido radical, ou melhor, se tivesse mudado, em definitivo, a tese do dialeto para a da língua portuguesa, poderíamos utilizar o termo *fase*, mas não foi o que constatamos.

Por isso, levantamos a hipótese de que Ribeiro, embora se tenha tornado mais conhecido por suas ideias inovadoras sobre as características da língua portuguesa praticada no Brasil, não conseguiu libertar-se das ideias classicizantes (conservadoras ou puristas) na transição do século XIX para o XX.

A partir desta constatação, nossa tese é a de que o gramático possui ideias conservadoras acerca da variedade brasileira do português, embora tenha introduzido em sua *Grammatica Portuguesa* (curso superior), de 1930, características próprias do português do Brasil, como as de natureza fonética, morfológica, sintática, lexical e semântica, e tenha se revelado um autor de ideias inovadoras em obras metalinguísticas, como *Rudimentos de Filologia Românica* (1930) e *A Língua Nacional* (1921), nas quais valoriza a heterogeneidade do português do Brasil, mas não em obras gramaticais, conforme veremos no desenrolar da tese.

A relevância do estudo acerca da variedade brasileira do português está no dilema travado pelos intelectuais, dentre eles os filólogos e os linguistas sobre a natureza do português falado no Brasil, ou seja, se esta variedade era *dialeto*, *crioulo*, *língua brasileira* ou *língua portuguesa*. Esta polêmica incidiu no processo inicial da gramatização brasileira que pretendia valorizar e representar a nacionalidade brasileira, ao mesmo tempo em que havia a consciência dos estudiosos da linguagem de que existia um vínculo linguístico histórico e cultural com Portugal, já que a língua portuguesa era, estruturalmente, a mesma.

O estudo específico sobre João Ribeiro exemplifica a polêmica que se traduz na defesa do *dialeto* na 3ª edição (1889) da sua gramática e, posteriormente, na defesa da *língua portuguesa* do Brasil na 21ª edição (1930). A título de observação, é importante justificarmos que, a princípio, almejávamos analisar a 1ª edição (1887) em comparação com a 21ª, no entanto, a primeira não foi localizada, mesmo que com pesquisas, por meio de viagens e pela internet, em várias bibliotecas dos estados do território nacional, muito embora tenhamos encontrado quase todas as edições da obra. Ainda assim, constatamos que a terceira edição é uma reedição das duas primeiras.

Voltando à 3ª e à 21ª edições, verificamos que a mudança de perspectiva de Ribeiro, da defesa da tese do *dialeto* à defesa da presença da *língua portuguesa* do Brasil, nos mostra que o gramático estava inteirado, daí seu mérito, com os novos estudos linguísticos de base culturalista, como os realizados por Whitney (1875), Jespersen (1920), Schuchardt (1922), Wundt (1902), Vossler (1923), Diez (1921), entre outros, cujas ideias levaram-no a concluir que o português do Brasil era língua portuguesa legítima e que continha, conforme a própria expressão do gramático, o “perfume do espírito” do povo.

Contudo, ele ainda estava vinculado ao evolucionismo e ao determinismo linguísticos do século XIX, conforme veremos na análise da 21ª edição de 1930, os quais lhe forneciam as bases para explicar os fatores que levaram o português do Brasil a se diferenciar do português de Portugal, e é neste ponto que ele lamenta, dentro de uma postura homogênea de língua, que o português do Brasil tenha perdido a pureza da “língua-mãe”.

Para entendermos as correntes naturalista e culturalista, partiremos, no capítulo I, do horizonte histórico e científico na passagem do século XIX para o XX, no qual os intelectuais brasileiros buscavam soluções para os problemas nacionais, objetivando fazer do Brasil uma nação desenvolvida política e culturalmente. Além disso, discutiremos os conceitos de língua e dialeto para a compreensão do dilema dos intelectuais brasileiros em definir a variedade brasileira do português.

No capítulo II, trataremos das concepções pessimistas e otimistas dos intelectuais sobre o caráter do povo brasileiro. Pessimistas, porque este povo era considerado o culpado pelo atraso do país e pela “degeneração” da língua portuguesa; otimistas porque havia a crença na força cultural deste povo e, por isso, a variedade brasileira do português passa a ser valorizada.

No capítulo III, trataremos do ambiente linguístico brasileiro, no qual se travou o debate sobre o dialeto nacional e a língua portuguesa, e associaremos este ambiente aos conceitos de povo e, finalmente, no capítulo IV, analisaremos as *correntes naturalista e culturalista* presentes na *Grammatica Portuguesa* (curso superior), por meio de duas edições, a terceira edição de 1889 e a vigésima primeira edição de 1930, a partir das quais interpretaremos os conceitos linguísticos de Ribeiro. Neste último capítulo, usaremos a sigla GRM

para nos referirmos apenas aos trechos desta gramática e, ao lado da sigla, haverá o número da página.

Em suma, podemos afirmar que João Ribeiro contribuiu para a discussão sobre a identidade linguística brasileira diante do modelo lusitano, tendo concluído, com o passar do tempo, que esta variedade é tão língua portuguesa quanto é em Portugal, com todas as suas especificidades geográficas, históricas e sociais, embora ele ainda estivesse convencido de que o clima, a mistura racial e a história do Brasil foram fatores determinantes na transformação da língua portuguesa no país.

Para complementarmos esta introdução, é fundamental apresentarmos as valiosas contribuições de vários estudiosos da obra de João Ribeiro, tais como as de Boris Schnaiderman (1971:65-93), no seu artigo intitulado “João Ribeiro atual”, no qual ele procura entender a personalidade contraditória do gramático, pois este, ao mesmo tempo em que defende o conservadorismo acerca da língua e da literatura portuguesas, apoiando-se em explicações científicas, procurou quebrar “tabus culturais”, compreendendo a linguagem de forma espiritualizante. Schnaiderman também observa que cabe a futuros pesquisadores detectar características da obra ribeiriana que tenham passado despercebido.

Do mesmo modo, Mattoso Camara Jr. (1975:171-184), no artigo “As ideias gramaticais de João Ribeiro”, apontando as contradições do gramático acerca das doutrinas científicas de sua época, as quais incidiram nas suas concepções de cultura popular e do papel da gramática, aconselha aos novos pesquisadores uma reavaliação dos gramáticos que nos antecederam e Ribeiro é um deles, verificando “onde erraram ou, ao contrário, se aproximaram da

verdade”, ou melhor, o que os levou a defender uma postura científica e não outra acerca da linguagem humana.

Outra contribuição importante foi a do professor Maurício Pedro da Silva (2006:41-60) que, no artigo “Fundamentos do discurso gramatical brasileiro: A *Grammatica Portuguesa* (1887) de João Ribeiro”, não só analisa as partes desta obra que foi a primeira edição das 22 edições publicadas (a última é de 1933) pelo gramático, mas também realiza um trabalho historiográfico geral sobre a produção intelectual de Ribeiro como gramático e crítico literário, diante do ambiente sociohistórico em que viveu, detectando-lhe a dualidade mais significativa: o conservadorismo linguístico e a liberdade criadora da variedade brasileira do português.

A dissertação de mestrado apresentada pelo historiador Roberto Candido da Silva (2008) intitulada “O polígrafo interessado – João Ribeiro e a construção da brasilidade” também é um aporte significativo, visto que uniu dois campos do conhecimento, a História Social e a Linguística para a compreensão do objetivo maior de Ribeiro, na transição do século XIX para o XX, que foi o de fazer parte da construção, da divulgação e da conscientização dos elementos constitutivos da brasilidade.

Outro aporte fundamental é o da professora Marli Quadros Leite, por meio de três artigos. No primeiro artigo intitulado “A hiperlíngua brasileira na construção da norma linguística gramatical: um estudo de gramáticas do século XIX”, a autora (2005) compara duas obras gramaticais, a *Grammatica Portuguesa* (1881) de Julio Ribeiro e a *Grammatica Portuguesa* (1887) de João Ribeiro, com o intuito de analisar a questão da hiperlíngua.

Ela considera que Julio Ribeiro, de fato, é o “verdadeiro renovador da norma gramatical portuguesa”, uma vez que descreve os usos brasileiros do português, tais como os de natureza fonética, morfológica e sintática, observados na prática linguística. João Ribeiro, por outro lado, preocupa-se com a língua literária que serve de modelo para a exposição das regras gramaticais, ainda que apresente exemplos da variedade brasileira, especialmente da prosódia e do léxico. A autora, em geral, afirma que João Ribeiro “não esteve muito atento aos fatos dialetais e ao registro”, postura contrária a de Julio Ribeiro.

No segundo artigo “Reflexos do contexto político brasileiro na fixação da norma linguística - a atuação de João Ribeiro”, Leite (2014) explica que a característica contraditória do gramático relaciona-se ao contexto político em que ele viveu, na transição entre os séculos XIX e XX, sendo a causa para que ele passasse a considerar que o Brasil tem sua própria norma linguística e esta conclusão foi um fato importante para o início da gramatização da língua portuguesa no Brasil, a qual passou a valorizar as características linguísticas específicas do nosso país.

Este artigo contribui para que entendamos que, na passagem entre os séculos, anteriormente citados, Ribeiro foi influenciado pelos conceitos deterministas e pela crença na existência de “línguas superiores” e “línguas inferiores” associadas às “raças superiores” e “raças inferiores” que incidiram na visão que ele tinha sobre o povo brasileiro e sobre a variedade do português do Brasil. Só mais tarde, o gramático, em contato com o culturalismo alemão, passa a valorizar a norma brasileira do português.

No terceiro artigo “L’influence de l’oralité sur la formation de la norme linguistique: analyse de la place des pronoms atones dans le grammaire de la

langue portugaise”, Leite (2013) tem por escopo apresentar um panorama da gramatização da língua portuguesa, do século XVI ao início do XXI, no que respeita à colocação dos pronomes átonos. Por meio da análise das ideias linguísticas de vários gramáticos como Fernão de Oliveira, João de Barros, Amaro de Roboredo, Contador de Argote até Cândido de Figueiredo, de Said Ali, Celso Cunha até José Carlos de Azeredo, a autora nos orienta a compreender dois momentos na história da nossa gramatização: o da rejeição da variedade falada e o da aceitação da mudança linguística.

Acerca da colocação pronominal, o primeiro gramático a tratar dela foi o português Dom Jerônimo Contador de Argote na obra *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* (1721) o qual classificou os dialetos portugueses do ponto de vista local, profissional, temporal e social, numa postura moderna para a época. No início do século XX, o gramático português Cândido de Figueiredo considerava a colocação pronominal brasileira como “imperfeita” na obra *O problema da colocação dos pronomes* (1909), enquanto que a colocação portuguesa era a mais adequada.

Ainda no século XX, o gramático Said Ali na obra *Gramática secundária da língua portuguesa* (s/d) amplia a explicação das causas que levaram às diferenças de colocação pronominal entre Brasil e Portugal como as de natureza morfossintática e fonética/fonológica. Celso Cunha e Lindley Cintra, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1985), trataram, pela primeira vez, das normas brasileira, portuguesa e africana da língua, respeitando as variedades da fala sem restrição.

No início do século XXI, José Carlos de Azeredo, na *Gramática Houaiss de língua portuguesa* (2008), assume, segundo Leite, não só a norma brasileira, mas também apresenta novas explicações para o fenômeno da colocação

pronominal, tais como a interferência dos fatores sintático, prosódico e sociocomunicativo.

Em linhas gerais, a autora deste artigo faz uma retrospectiva elucidativa, permitindo-nos entender o nosso próprio objeto de pesquisa, a *Grammatica Portuguesa* (curso superior) de João Ribeiro, visto que ele, assim como Cândido de Figueiredo, também observava nas manifestações linguísticas brasileiras uma “imperfeição orgânica”. Veremos, na nossa tese, que, na concepção de Ribeiro, a língua era um “organismo vivo” o qual tanto poderia se regenerar como se degenerar. Tal fato mostra que Ribeiro se guiava pelo biologismo darwiniano o qual se adentrou no campo linguístico.

Desta forma, a colocação pronominal brasileira, para Ribeiro, na terceira edição (1889), é vista como uma “degeneração” linguística, defendendo a norma pronominal lusitana; já na vigésima primeira edição (1930), ele afirma que a colocação brasileira é natural, porque conservou as características da prosódia lusitana que já ocorriam entre os séculos XIII e XV.

Após levantarmos as ideias destes artigos introdutórios, apresentamos, a seguir, nossa interpretação sobre um dos expoentes da cultura brasileira que nasceu em Laranjeiras, Sergipe, e veio para o Rio de Janeiro fazer parte da plêiade de intelectuais, buscando contribuir não só como professor de língua portuguesa, mas também como participante da reconstrução cultural do país.

Capítulo I – Contextualização histórica e científica na transição do século XIX para o XX

Introdução

Objetivamos, neste capítulo, revelar as características do ambiente histórico e científico na transição entre os séculos XIX e XX, bem como a recepção dos intelectuais brasileiros às ideias que fizeram parte deste horizonte, as quais incidiram nas concepções linguísticas de João Ribeiro (1860-1934). Ribeiro foi um polígrafo atento aos vários campos do conhecimento, tendo sido gramático, filólogo, professor de língua portuguesa e de história do Colégio Pedro II, jornalista especializado em crítica literária, tradutor, escritor, pintor e membro da Academia Brasileira de Letras, além de ter assistido a muitas das mudanças histórico-sociais e epistemológicas ocorridas no mundo e no Brasil que recaíram na sua produção gramatical.

Vivendo na transição entre um século e outro, Ribeiro espelha as mudanças do período e, segundo afirma Auroux (2009:14), é importante resgatar a memória de uma época para a compreensão dos saberes linguísticos, resultantes da interação das tradições e do contexto. Como o escopo desta tese é a análise das ideias linguísticas presentes na *Grammatica Portuguesa* (curso superior), este primeiro capítulo vem a tratar do fundamento das ideias de Ribeiro acerca da língua portuguesa que se desenvolveu no Brasil.

Isto porque, se num primeiro momento, a gramática citada apresenta um discurso *naturalista* sobre a variedade do português do Brasil, em virtude do ambiente histórico e científico do século XIX, num segundo momento, expressa um discurso *culturalista*, embora não definitivo, sobre essa mesma variedade, em decorrência das novas ideias que vigoraram no século XX, com perspectivas diferentes de análise sobre a linguagem humana.

É fundamental compreendermos que, no século XIX, as nações acreditavam que alcançariam o estágio positivista por meio do desenvolvimento tecnológico e industrial, com o apoio de fórmulas científicas, que poderiam levar ao ideal de civilização, entretanto concluíram que o sistema não gerou a igualdade almejada, ao contrário, houve desigualdades, pobreza e preconceitos sociais e linguísticos. No começo do século XX, a humanidade tentou realinhar seu pensamento, abrindo espaço para a relatividade e a indeterminação científicas e culturais, combatendo preconceitos, questionando o século anterior que estabelecia conclusões fixas sobre as ações humanas, bem como as de natureza linguística.

1.1. Os contextos históricos europeu e brasileiro

Entre os séculos XIX e XX, os países europeus buscaram desenvolver-se internamente, investindo em indústria e tecnologia, em educação e cultura, com o objetivo de conquistarem seus espaços no mercado capitalista internacional. O Brasil também desejava inserir-se neste mercado, entretanto necessitava de amplas reformas internas, já que o país encontrava-se atrasado em vários setores sociais, como consequência da herança colonial escravocrata, por isso espelhou-se na Europa, considerada o modelo do desenvolvimento capitalista, científico e intelectual.

Arruda afirma (1980:137-165) que, após as conquistas do final do século XVIII com a Revolução Francesa (1789), e as do início do XIX com as revoluções americanas, criou-se um ambiente político de participação democrática e de sentimentos nacionalistas que não existiam no período do estado absolutista. Nas artes, especialmente na literatura romântica, valorizava-se a subjetividade e a originalidade do artista; no aspecto social, combatia-se o

sistema escravocrata e reivindicava-se o investimento na educação; na economia defendia-se a livre iniciativa para a conquista material dos indivíduos.

Durante todo o século XIX, com o avanço da industrialização e o apogeu do capitalismo, as grandes potências econômicas como Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Japão, Estados Unidos, buscaram ampliar os seus mercados por meio da exportação de produtos, pela exploração de novas fontes de matérias-primas e pela utilização de mão-de-obra de outros países. Desta forma, o capitalismo europeu desencadeou um otimismo nacionalista o qual passou por duas fases: no começo do século XIX, o nacionalismo identificava-se com o sentimento patriótico; depois, passou a significar, para cada país, a proteção do mercado capitalista, com a finalidade de se conquistar um lugar na economia mundial.

Por outro lado, esse ambiente de concorrência gerou sentimentos xenofóbicos, pois às nações que se julgavam “superiores” cabia explorar as nações “inferiores”; esta ideia também atingiu o campo linguístico, conforme veremos posteriormente, pois acreditava-se que existissem línguas “superiores” e línguas “inferiores”. A divisão das nações em categorias “superiores” ou “inferiores” teve a colaboração das ciências da segunda metade do século XIX como o Positivismo, o Evolucionismo e o Determinismo.

Elas consideravam que, se havia nações desenvolvidas, era porque estas últimas possuíam tecnologias superiores e “raças” superiores; outros países não teriam condições de alcançar o *status* de nações “evoluídas”. Conforme vimos no artigo “Reflexos do contexto político brasileiro na fixação da norma linguística – a atuação de João Ribeiro”, Leite (2014) observa que o gramático foi levado, pelo contexto que apresentamos, a analisar o povo brasileiro e a

variedade brasileira do português de forma categorizada, ou seja, este povo e o seu *dialeto mestiço* eram “inferiores”.

Foi neste ambiente global, conforme explica Hobsbawm (1988:239), que os Estados europeus, na época, viram-se obrigados a organizarem ou criarem suas nações, cultivando o sentimento nacionalista. Por isso pretendia-se fazer com que os cidadãos formassem povos homogêneos linguisticamente, cultural e administrativamente, em condições de se desenvolverem e competirem no mercado internacional.

Entretanto, com o tempo, a crença no progresso foi se desfazendo, à medida que a sociedade mundial percebeu que nem todos se beneficiaram do que fora conquistado até aquele momento, já que as camadas populares ainda estavam à margem de todo este desenvolvimento capitalista, o que gerou pessimismo, principalmente por parte de alguns intelectuais que criticaram o sistema capitalista, como Karl Marx e os escritores da literatura realista/naturalista, os quais denunciaram as mazelas sociais advindas deste sistema.

Saraiva & Lopes (1996:939) afirmam que, no século XIX, houve uma sequência de revoluções industriais e comerciais que ora estimularam o espírito progressista e racionalista da burguesia, ora ocasionaram atitudes de desânimo e desconfiança em relação a este mesmo progresso. No início do século XX, com os problemas sociais decorrentes do capitalismo, verifica-se a exploração da mão-de-obra barata, do racismo e do imperialismo.

Como os países europeus pretendiam dominar mais regiões e expandir seus mercados, deu-se início à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), decorrente das rivalidades econômicas. Com a crise financeira, em

consequência dos gastos com armamentos bélicos, aumentou o número de emigrantes que vieram para a América, inclusive para o Brasil, assunto este que retomaremos quando tratarmos do contexto histórico brasileiro.

No período pós-guerra, nos anos 20, conhecido como *Belle Époque*, houve várias alterações culturais: luta pela democracia, pela melhoria do ensino; os movimentos feministas reivindicavam direito ao voto e ao trabalho assalariado para as mulheres; surgiram novos gêneros musicais, artes modernas e formas literárias que romperam com os modelos tradicionais. O clima de confiança e otimismo havia voltado; novas tecnologias surgiram como o telégrafo, o telefone, a imprensa popular, a rádio, o cinema, o carro, o avião. Ocorreram progressos nas ciências humanas como História, Sociologia, Psicologia, Filosofia, Geografia, Economia, Antropologia; as ciências físicas e químicas aliaram-se às técnicas para desenvolverem inventos.

Porém, em 1929, ocorreu a Quebra da Bolsa de Nova Iorque, iniciando uma crise econômica de caráter mundial, provocando desemprego. Na Europa, houve empobrecimento das camadas populares no campo e na cidade. O excedente de mão-de-obra acarretou em nova emigração de milhões de pessoas dentro da própria Europa e desta para outras regiões do mundo, especialmente para o continente americano.

Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve inquietação social, desemprego e gastos exorbitantes com armamentos bélicos; com esta guerra, a Europa deixou de ser o centro político, social e econômico. Os países que despontaram fortalecidos e tornaram-se os centros da política internacional foram os Estados Unidos e a antiga União Soviética.

Quanto ao contexto brasileiro, Arruda (1980:189-193) explica que o Brasil, como colônia de Portugal, desde o século XVI até o início do XIX, esteve subordinado às condições impostas pela política econômica mercantilista de caráter escravocrata. Como a metrópole exercia monopólio em várias áreas, os produtos da colônia eram exportados apenas para Portugal e de lá para a Europa. Além disso, havia a opressão da metrópole que cobrava da colônia muitos impostos, daí ocorreram vários movimentos revolucionários pela independência nos séculos XVIII e XIX.

Mesmo tendo alcançando *status* de *Reino Unido, Brasil, Portugal e Algarve* em 1815, o Brasil não tinha participação nas decisões políticas lusitanas, e como Portugal pretendia manter o país na condição de colônia, desencadeou-se uma crise que levou o D. Pedro a proclamar a independência. Embora o sistema colonial tenha deixado de existir com a independência, a economia brasileira, essencialmente agrícola e com mão-de-obra escrava, continuou a depender da exportação de produtos para a Europa.

Também, durante a fase do Brasil-colônia, era proibida a implantação de indústrias no país, visto que os interesses das classes mais poderosas estavam voltados para a agricultura, sendo o café um dos produtos mais importantes do país. O trabalho da colheita do café era feito, nos primeiros tempos, exclusivamente por escravos; com o término da escravidão, foi encontrada outra fonte de mão-de-obra: a importação de trabalhadores estrangeiros livres os quais recebiam salário fixo.

Com a proclamação da república em 1889, o cenário nacional mudou: a indústria nacional foi favorecida, as fábricas que já existiam firmaram-se e novas foram estabelecidas. Em São Paulo, principalmente, houve um surto industrial que favoreceu a implantação de fábricas de tecidos, calçados e

chapéus. Em virtude deste fator, observa Arruda (1980:281-284), o Brasil entrou no mercado mundial na qualidade de fornecedor de produtos alimentícios e de matérias-primas. Portanto, havia a crença de que o sistema republicano era o melhor caminho para o desenvolvimento.

Carvalho (2004:46-48) afirma que havia entusiasmo e expectativa de certas camadas da população acerca do novo sistema republicano, pois os governantes haviam feito promessas democratizantes em comícios, nas conferências públicas, na imprensa radical. O movimento republicano, dentro de uma concepção positivista, prometia estabelecer uma relação homogênea entre os cidadãos e a sociedade política. Vimos que o mesmo ideal positivista ocorreu na Europa.

Com a Quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, houve uma queda quase total de exportação do café brasileiro. Nosso país dependia das vendas de café no exterior para equilibrar a balança comercial. Nesta época, o presidente da república, Washington Luís, não conseguiu atender às reivindicações dos grandes fazendeiros para resolver a crise econômica.

Por isso, grupos de oposição ao governo uniram-se para derrubar o presidente; no seu lugar, com o apoio das Forças Armadas, assumiu o poder Getúlio Vargas. Este resolveu a crise, obtendo créditos para a compra dos excedentes do café que foi trocado por trigo americano. O que restou deste produto foi queimado para manter o preço no mercado.

Em suma, o Brasil passou do século XIX ao XX com uma economia instável, sem condições de competir igualmente com as nações europeias e americanas mais desenvolvidas e já industrializadas. Além disso, os ideais republicanos de unidade nacional não foram cumpridos pelo governo. Prado

Júnior (1977:125) afirma que não houve qualquer benefício para a maioria da população que era escrava. O povo encontrava-se desprovido de quaisquer bens e com uma vida material miserável, sem posição socioeconômica definida. Os índios e os negros, por exemplo, foram reduzidos a objetos exploráveis, sem a possibilidade de influírem política e socialmente.

Foi neste período de transição que os intelectuais brasileiros, em especial os filólogos, almejavam uma homogeneização linguística, ou seja, sonhavam que o povo brasileiro aprendesse a norma culta da língua portuguesa. Mas este sonho não poderia se tornar realidade, já que a sociedade brasileira não possuía condições estruturais (como a falta de acesso a escolas de qualidade, por exemplo) para se desenvolver intelectual e politicamente.

Carvalho (2004:44-45) observa que os pobres, tanto no Império como na República, estavam excluídos do processo eleitoral, seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização. Os mendigos, as mulheres, os menores de idade, os membros de ordens religiosas e os analfabetos não podiam participar deste processo, o que evidencia a discriminação da Constituição republicana, ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos da América, no qual, em 1888, na cidade de Nova Iorque, 88% da população adulta masculina haviam votado para presidente; o número equivalente para o Rio de Janeiro, em 1896, foi de 7,5%.

Havia também outra razão para que os cidadãos brasileiros não votassem; votar representava perigo de vida, pois, desde o império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capoeiras, indivíduos contratados pelos candidatos para garantir os resultados eleitorais. Eles eram conhecidos assassinos que desfilavam em carros pelas ruas ao lado dos candidatos.

A Constituição republicana retirou, também, um dispositivo que obrigava o Estado a promover os socorros públicos, proibiu as greves e coligações operárias, mostrando que a República ou os governantes deste sistema fizeram pouco acerca da expansão dos direitos civis e políticos, consequentemente criou uma população alienada à política que não lhe abria espaço. Além disso, o analfabetismo era geral, o que era representava desvantagem política, porque os analfabetos não poderiam votar e mudar sua própria realidade. Em suma, nem o governo imperial, nem o republicano atendeu as reivindicações sociais.

Diferentemente dos países europeus que se desenvolveram via educação, via industrialização, buscando a unidade nacional, no Brasil daquela época, os governos nada fizeram, não representaram o povo para formar, de fato, uma nação. Carvalho afirma (2004:56-64) que o encanto inicial com a República desfez-se, dando origem à decepção e ao desânimo; a criação de um partido operário de 1890 encontrou resistências entre os republicanos que a viam como ameaça à ordem.

O positivista inglês Herbert Spencer, por exemplo, era contrário à ideia de um mundo dirigido pelas classes operárias, uma vez que o proletariado, segundo sua concepção, deveria cumprir seu dever em prol do coletivo. Em linhas gerais, o positivismo republicano que, no Brasil, defendia a ampliação dos direitos sociais, entrou em contradição ao negar os meios de ação política para conquistar estes mesmos direitos, incluindo o do acesso à educação e ao aprendizado da língua portuguesa.

Consequentemente, criou-se um obstáculo para a aproximação entre as classes sociais, reforçando a ideia – existente também na Europa - de que existiam classes “superiores” e classes “inferiores”, incidindo nas questões linguísticas, porque, se existiam estas categorias, a língua dos que pertenciam às

classes inferiores seria igualmente inferior; temos, como exemplo, as características da linguagem popular brasileira que eram consideradas “degenerações” dialetais diante da linguagem da elite intelectualizada.

Portanto, o Brasil, na transição de um século para o outro, encontrava-se sem perspectivas de mudança, porque havia herdado o pensamento colonial escravocrata que reforçava as diferenças sociais. Por isso, os intelectuais brasileiros, influenciados pelas ciências europeias, que surgiram no fim do século XIX, pretendiam explicar as causas e as consequências dos problemas sociais, bem como encontrar soluções que pudessem equacioná-los. Entretanto estes pensadores estavam divididos entre o pessimismo e o otimismo em relação ao país. Pessimismo porque eles consideravam que o povo brasileiro possuía valores morais negativos herdados através da história, os quais incidiram na transformação da língua portuguesa no país; otimismo porque acreditavam que o Brasil tinha potencial para se desenvolver.

1.2. O mundo científico na transição entre os séculos XIX e XX

Embora as ideias científicas de uma época resultem, parcialmente, de pesquisas de especialistas dos vários campos do conhecimento, pode haver um ponto em comum que melhor coordena e esclarece as teorias levantadas. Acerca do ambiente científico na passagem do século XIX para o XX, observamos que o Evolucionismo, o Positivismo e o Determinismo foram as ciências que tiveram como norte o conceito de *evolução* pelo qual se procurava explicar os fenômenos da natureza humana.

A Biologia, traduzida no evolucionismo darwiniano, foi a ciência que se tornou o fundamento do pensamento científico e filosófico do século XIX e que, aliada a outras ciências, ampliou o campo de estudo. Por isso, estudiosos de

outros campos do conhecimento, como filosofia ou economia, partiram do raciocínio biológico para compreenderem o funcionamento e os problemas das sociedades, bem como apresentarem soluções possíveis aos indivíduos, com o objetivo final de conduzir a sociedade ao progresso.

Conforme Mello (1959:59-64), o cientista que impulsionou os estudos sobre a evolução das espécies viventes foi Charles Darwin (1809-1892). Contrariando a ideia de que as espécies tivessem sido criadas uma a uma, Darwin defendeu que cada variedade de seres vivos tende a distanciar-se da sua forma original, passando por mutações lentas, graduais e ininterruptas, o que para ele era um fato da vida. As mutações ocorriam em virtude do processo de adaptação ao meio ambiente e eram transmitidas aos seres descendentes.

De suas pesquisas, resultou a obra *The origin of species* (1859), na qual apresentou os três fatores principais da evolução: a variação, a hereditariedade e a competição, esta última conhecida como a “lei da sobrevivência do mais apto”, uma vez que, no decorrer da história dos seres vivos, sobreviveram os mais fortes por meio da mutação-seleção; os mais fracos pereciam. Além destes fatores, há os subsidiários e auxiliares como o isolamento e a seleção sexual.

Para ele, as espécies foram se desenvolvendo uma após a outra, das amebas aos moluscos, depois aos peixes, aos répteis, aos pássaros, aos mamíferos e ao homem, numa gradação evolutiva para se adaptarem ao meio ambiente. Ele explica, por exemplo, que a cauda do peixe é um órgão que se desenvolveu em função do esforço empreendido para nadar. O mesmo processo evolutivo deu-se com o homem que também passou por mutações, desde a sua forma mais primitiva até o *homo sapiens*.

Deste modo, Darwin publicou *The descent of man* (1871); era a primeira vez que o homem, considerado o ser mais evoluído de todos, era analisado numa teoria científica, gerando controvérsia, porque a sociedade não acreditava que o homem tivesse se originado a partir de um símio. Ele também estava convicto de que o berço da espécie humana deveria ser procurado na África. Seu grande mérito foi ter provado que a evolução é o resultado de causas naturais, as quais podem ser não só observadas no momento presente, como também testadas, sem deixar margem a quaisquer explicações abstratas a governarem este processo.

O Positivismo também defendia a tese da luta dos mais fortes pela sobrevivência. Nessa luta elimina-se o organismo mais “imperfeito”, sobrevivendo o mais “perfeito”, conseqüentemente gera-se o progresso e a melhoria moral e política da humanidade. Tal filosofia foi o resultado do progresso das ciências biológicas e fisiológicas do século XIX; ela tentou aplicar os princípios e os métodos destas ciências para resolver os problemas socioeconômicos, valorizando a indústria e o comércio, produtores de bens materiais. Por isso, o positivismo corroborou com o liberalismo econômico, o qual sustentava a liberdade do indivíduo para concorrer com o outro na busca pela conquista material.

Abrão explica (1999:394-396) que o positivista inglês Herbert Spencer (1820-1903), influenciado pelo evolucionismo darwiniano, pretendeu aplicar esta teoria em outros campos de estudo e concluiu que ela lhe dava subsídio para compreender a história política, social, moral e estética da humanidade. Considerado o pai do darwinismo social, Spencer compara, nas obras *Princípios de Sociologia* (1876-1890) e *Filosofia Sintética* (1827), o funcionamento da sociedade com o de um organismo, pois, da mesma forma que um organismo possui uma estrutura e uma função, a sociedade também.

Para ele, a sociedade não é uma somatória de indivíduos separados uns dos outros, é uma estrutura na qual os indivíduos interagem e cada um realiza uma função, criando-se uma interdependência; esta realidade era uma lei geral e imutável da história humana, cabendo ao homem reagir e adaptar-se ao funcionamento da sociedade. Se o homem reage e se adapta, ele pode criar capacidades necessárias para sua vida e para o seu desenvolvimento, mas se o homem não tem força para adaptar-se ao ambiente, não consegue sobreviver, portanto sucumbe e morre. Apenas os indivíduos mais fortes sobrevivem e nisto consiste a *seleção natural*.

Durant (1951:346) observa que Spencer também considerava que, para uma sociedade evoluir, era necessário haver unidade política da família ao estado, unidade econômica das pequenas indústrias aos monopólios, unidade demográfica das aldeias às metrópoles e o mesmo se daria na religião e nas artes. Na sua concepção, tudo isto deveria estar integrado, o que mostra que ele ansiava por uma ordem melhor que substituísse o caos e a brutalidade do sistema social que o cercava no contexto inglês.

Na obra *Princípios de Psicologia* (1873), Spencer explica que os instintos dos indivíduos podem incidir na evolução de um país, pois os hábitos adquiridos pela raça, de forma lenta no decurso da história, deixam um legado intelectual. Conforme Durant (1951:352), para Spencer, todos os enigmas da psicologia poderiam ser explicados pelas características morais herdadas através da história, as quais tanto podem ser boas ou más e que refletem na organização das nações, observando-se que esta concepção era amplamente divulgada e aceita nos meios acadêmicos do Brasil do século XIX, uma vez que parte dos intelectuais consideravam o povo brasileiro atrasado e “inferior”, como consequência da herança colonial e da mistura racial.

Outro positivista foi o francês August Comte (1798-1857), o fundador do positivismo. Segundo ele, não importa a metafísica dos fenômenos da natureza. O que ele procura é fixar leis gerais que expliquem os fenômenos sociais, assim como os de natureza física. Além disso, a ciência e a filosofia devem ter por alvo o aperfeiçoamento moral e político da humanidade. As obras de Comte *Curso de filosofia positiva* (1830-1842), *Discurso sobre o espírito positivo* (1848) e *Sistema de política positiva* (1851-1854) exemplificam a visão pragmática do filósofo, visto que este afirma que a realidade só pode ser explicada ou modificada pelo conhecimento científico.

Comte defende que, se um país deseja ser realmente uma nação desenvolvida, deve investir na economia, política, cultura e na sociedade em geral, mas é preciso que haja um governo técnico o qual invista na industrialização, na educação, na medicina e em outros setores fundamentais. Assim como Spencer e Darwin, Comte também acredita que a humanidade passa por estágios evolutivos até alcançar o patamar mais desenvolvido. Segundo ele, primeiramente existe a fase teológica, na qual os fenômenos da natureza são explicados por seres transcendentais e divinos; em segundo lugar, a fase metafísica, na qual se buscam entidades abstratas e racionais e, finalmente, a fase positiva, em que se compreende o mundo pela ciência, estágio este considerado o ideal para se alcançar a civilização.

No livro *Sínteses Subjetiva e Moral Teórica*, Comte (1943[1856]:170), da mesma forma que Spencer, defende a unidade prática, intelectual e moral de um povo. Tal unidade deve ser determinada por uma hierarquia e dentro desta todas as ações humanas devem ser altruístas, voluntárias e conscientes em prol do bem comum, logo o indivíduo deve subordinar-se à coletividade. Por isso, ele considerava, por exemplo, que os operários não deveriam realizar greves, pois estas prejudicam o desenvolvimento econômico da nação. Quanto ao papel do

governo, Comte afirma (id:140) que aquele deve dirigir a nação e satisfazer as necessidades materiais da natureza humana.

O filósofo e historiador Hipolyte Taine (1828-1893) defende que a evolução da humanidade deve ser entendida como resultado de fatos concretos que se combinam mecanicamente, formando toda uma realidade. Nas obras *Viagem aos Pirineus* (1855), *Da Inteligência* (1870) e *Filosofia da Arte* (1865-1882), ele aborda a temática de que o destino do homem está determinado pela raça, pelo meio ambiente e pelo momento histórico, sendo as ações e reações do homem consequências destes fatores, concepção presente na *Grammatica Portuguesa* (curso superior), de João Ribeiro.

Isto porque o gramático observa, na variedade brasileira do português, em comparação com a língua portuguesa de Portugal, uma “degeneração” linguística a qual formou um dialeto mestiço, em virtude dos fatores determinantes explicitados por Taine. Para Ribeiro, o dialeto mestiço brasileiro é consequência da mistura racial entre índios, negros e portugueses, do ambiente tropical causador da suposta “preguiça nacional” e do contexto colonial escravocrata.

Na obra *Filosofia da Arte* (1946[1865]:241-289), Taine exemplifica sua tese determinista analisando a cultura grega antiga. A Grécia, como um país de clima moderado, montanhoso e com várias costas marítimas, cuja brisa do mar ameniza o calor do verão, tornou seus habitantes mais harmoniosos com esta natureza; além disto, a alimentação grega era saudável e equilibrada. Estes fatores colaboraram para que os gregos se tornassem indivíduos espiritualmente mais simples.

Segundo Taine, o homem grego tem mais vivacidade, equilíbrio do espírito, disposição, agilidade, inteligência, além do espírito especulativo, pois este quer saber a razão das coisas, busca a prova abstrata. Por isso a Grécia transformou-se na mãe dos ergotistas, dos retóricos e dos sofistas. Em virtude da disposição grega, a participação política era ativa, por isso os cidadãos gregos reuniam-se em praça pública para discutir os problemas de interesse coletivo.

O Determinismo de Taine influenciou os escritores do final do século XIX, fazendo surgir o Realismo/Naturalismo literário, encontrado em Émile Zola, Aluísio de Azevedo e Júlio Ribeiro, por exemplo. O próprio Taine considerava que o escritor verdadeiramente original é aquele que segue a “lei da criação” na composição de sua obra literária, ou seja, a capacidade de relacionar a raça, o meio e o momento na análise de uma sociedade. Do ponto de vista da obra gramatical, foi esta lei que Ribeiro seguiu.

No entanto, Coelho (1994:184) observa que Taine reduziu a realidade psicológica, estética e histórica a fórmulas deterministas, perfeitamente inteligíveis, sem levar em conta os mistérios da vida humana. Na ficção realista/naturalista, os personagens veem-se bloqueados nos seus mundos fechados e conduzidos pelos fatores externos e seguindo o processo natural da vida: nascimento, desenvolvimento e morte; desta forma, o ser humano é reduzido a simples organismo do universo, incapaz de mudar sua própria realidade.

Para João Ribeiro, o povo brasileiro deveria ser analisado desta maneira, no entanto sabemos que esta forma de pensar é equivocada. Por que o povo grego, que viveu/vive em ambiente ameno, deveria possuir qualidades “superiores” as do povo brasileiro, uma vez que este último também vive em

ambiente tropical ameno? O que faz um povo ser desenvolvido não são os fatores climáticos, raciais ou históricos, mas, sim, as condições sociais que lhe são apresentadas. Porém, esta visão social ainda não estava clara aos intelectuais brasileiros na transição entre os séculos XIX e XX.

Outros estudiosos de várias áreas do conhecimento também buscaram entender seus objetos de estudo do ponto de vista evolutivo como a Economia, a Medicina, a Linguística e a Sociologia, conforme nos explica Stevers (1946:518-522). No campo econômico, vários economistas apresentaram propostas pragmáticas para o desenvolvimento dos países. Adam Smith (1723-1790), mesmo antes de Darwin, observou que os homens eram movidos por interesses próprios para lutar pela sobrevivência e evoluírem, por isso as “leis do egoísmo” explicavam as ações humanas dentro do sistema capitalista.

Os fatores que impedem o progresso de um país como a miséria, os salários baixos e a fome, foram analisados por Thomas Malthus (1766-1834), o qual propôs a limitação dos nascimentos pela “lei do controle de natalidade”, única saída para evitar o aumento populacional, uma das causas do atraso econômico. David Ricardo (1772-1823), por sua vez, propôs a “lei férrea dos salários”, estabelecendo um teto suficiente para a subsistência, daí a ideia do salário mínimo.

Na medicina, buscava-se explicar o comportamento moral ou psicológico humano por meio do funcionamento biológico; se os homens fossem perfeitos biologicamente, as suas ações morais seriam igualmente perfeitas, levando a sociedade ou um país ao progresso. Para o professor de medicina Claude Bernard (1813-1878), autor da obra *Leçon sur la Physiologie et la Pathologie du Système Nerveux* (1856), os desregramentos morais dos homens podem ser explicados biologicamente, excluindo-se quaisquer outras teorias para entender

as atitudes humanas. Com isso, deduz-se que, se uma sociedade não é evoluída, deve-se ao fato de que os indivíduos desta, de alguma forma, possuem um problema de ordem biológica.

A Linguística do século XIX também embasou-se no positivismo, no evolucionismo darwiniano e no determinismo, alcançando o *status* de ciência, uma vez que se utilizou dos métodos destas ciências para compreender a evolução das línguas. A atitude do linguista foi positivista porque ele observou a linguagem humana de forma objetiva, como objeto de estudo de laboratório; foi biológica porque pretendia dissecar os “órgãos” da linguagem: os vocábulos; foi determinista, visto que a linguagem era o resultado da origem racial de um povo, do meio ambiente e do momento histórico.

Por isso, do ponto de vista do evolucionismo darwiniano, o linguista observou que uma língua era um “organismo” a qual passava por estágios evolutivos através da história, uma vez que ela nasce, cresce e morre e, em todo este processo, ocorriam as “mutações”, as quais explicariam a evolução. Essas mutações também foram relacionadas aos fatores determinantes na evolução linguística: a raça, o meio ambiente e o momento histórico.

Mannion (2002:155-156) observa que na Sociologia, Émile Durkheim (1858-1917) também considerava a sociedade um “organismo vivo”. Fundador de uma escola de pensamento chamada Funcionalismo, propôs que os elementos que formam a sociedade desempenham uma função para equilibrá-la, dando-lhe uma unidade política, moral e educacional. Nesse sentido, ele está de acordo com o Positivismo que almeja esta unidade para o progresso dos indivíduos.

Ele só não concorda com as leis rígidas da evolução das sociedades propostas por Spencer e Comte que afirmavam que as sociedades evoluíram a partir de um único ponto original e foram sofrendo mutações. Para Durkheim, as sociedades humanas teriam se originado de locais diferentes do planeta e não de uma origem primitiva única. Para ele, cada sociedade teve sua própria evolução particular que pode ser explicada por fatores como a psicologia, a moral, a economia, etc.

Para provar sua tese, Durkheim e seus seguidores realizaram pesquisas de campo, fora dos ambientes acadêmicos, para conhecerem as sociedades primitivas, constituindo, mais tarde, a base da disciplina conhecida como Antropologia, ciência que busca compreender as diferentes culturas, compará-las para ampliar nossa visão de mundo. Neste sentido, Durkheim apresenta-se como um cientista de transição, já que ele buscou uma abordagem social sobre a evolução do homem.

No começo do século XX, ficou evidente que os ideais do mundo científico do século XIX não davam conta de resolver todos os mistérios e os problemas humanos. Conforme Pasolini (1976:51-70), a teoria darwiniana, por exemplo, começou a ser questionada, em virtude dos estudos contemporâneos de paleontologia a qual, por meio de fósseis descobertos, concluiu que alguns destes tinham características tipicamente humanas, outros, tipicamente simiescas, evidenciando que o homem não se originou do macaco.

Tais estudos mostraram que, dentre todos os seres animais, só o homem prosseguiu no curso da evolução, a qual tende a continuar, apresentando atributos especiais como a consciência e o espírito. Estas qualidades especiais passaram a ser o centro do interesse dos novos estudiosos como Henri Bergson (1907), Benedetto Croce (1903), Karl Vossler (1923), Wilhelm Wundt (1902),

Otto Jespersen (1920), W.D. Whitney (1875), Hugo Schuchardt (1922) e Franz Boas (1928).

Henri Bergson (1859-1941), matemático e físico, se interessou pela filosofia. Na obra *L'Evolution Créatrice* (1907), opôs-se ao materialismo científico, afirmando que o homem não é uma máquina adaptativa e, sim, um centro de evolução criadora que muda para amadurecer e recriar-se indefinidamente. As ações humanas não resultam de forças deterministas, mas da consciência a qual não se identifica com o órgão cerebral. Deste modo, a intuição humana ou o inconsciente seria o caminho mais verdadeiro para o conhecimento. (Cf. Abrão, 1999:433-436)

Benedetto Croce (1866-1952), historiador, crítico e filósofo, na obra *Estetica come scienza dell'espressione e linguistica generale* (1903), também voltou-se para o conceito de arte como processo intuitivo do homem e, conseqüentemente, a beleza nasceria da imagem mental do artista no processo criativo (Cf. Durant, 1951:419-424). Soma-se, também, a intuição de quem admira esta criação, uma vez que, segundo ele, quando lemos Shakespeare, formamos a imagem de *Otelo* ou *Hamlet*.

Na linguística, o filólogo e crítico literário Karl Vossler (1872-1949) notabilizou-se por sua Escola Idealista e Estética. Influenciado por Croce, ele também defendia uma concepção espiritualista da linguagem humana. Para Vossler, na obra *Filosofía del lenguaje* (1943[1923]:123-130) as estruturas da linguagem, no plano objetivo, relacionam-se com as do plano subjetivo criador. O espírito subjetivo seria o criador da linguagem e recriador também no espírito do receptor. Dessa forma, a linguagem não é racional, nem lógica, nem consciente, nem voluntária, como defende o positivismo.

Este tema, o da intuição, foi abordado por João Ribeiro na obra *Paginas de Esthetica* (1905). Embora, nesta obra, Ribeiro defenda que o homem verdadeiramente artista deve levar em conta que a arte é perfeição e geometria, não desconsidera (op.cit.:107) a “intuição espontânea” presente nos poetas, porque, para o gramático, “tudo o que não é *intuição* não é poesia”, já que a poesia vem das “imagens psychicas” as quais são o princípio criador da arte literária, observando-se que ele conhecia profundamente a obra de Vossler.

Wilhelm Wundt (1832-1920), psicólogo, era contrário, assim como Vossler, à ideia de que a linguagem ou mesmo os indivíduos pudessem ser reduzidos à composição de elementos mecânicos. Sendo um dos fundadores da psicologia moderna, Wundt, na obra *Elementos de Psicología de los Pueblos* (1926:48-50), considera que a linguagem e o homem mudam de acordo com os valores advindos da alma coletiva ou da influência espiritual recíproca dos indivíduos, pois essa alma insere-se numa cultura com seus costumes e mitos. Nesse sentido, a filosofia transcende a ciência, pois busca, dentro da sociedade, a explicação para a evolução humana.

Otto Jespersen (1860-1943) também criticou (1947[1920]:28-34), na obra *Filosofía del lenguaje*, a tese da linguagem vista como organismo vivo, substância ou fenômeno independente. Para ele, a linguagem é uma atividade individual e, ao mesmo tempo, está condicionada socialmente, visto que os indivíduos nunca estão completamente isolados dos que os circundam. Semelhante à “alma coletiva” de Wundt, Jespersen afirma que a linguagem de uma nação é um conjunto de hábitos por meio dos quais os membros de uma nação acostumaram a se comunicar com os demais.

W.D. Whitney (1827-1894), do mesmo modo, era contrário à tese de que as línguas teriam relação com a origem racial ou que elas se desenvolveriam de

forma “orgânica”. Na obra *A vida da linguagem*, também não concorda (2010[1875]:118-146) que as línguas se degenerem; as línguas misturam-se, independentemente das raças, expandem-se e aperfeiçoam-se para melhor expressar o pensamento. Como a língua é um meio de comunicação, não pertence apenas a um indivíduo, mas à coletividade, portanto é um fato social.

Hugo Schuchardt (1842-1927) não concordava com a tese mecanística do método histórico-comparativo que analisa as “mutações” nas línguas. Para ele, na obra *Brevier* (1922:283-298), o que ocorre são mudanças graduais ou suaves em decorrência da mistura das línguas a qual se dá geograficamente, por isso, todos os idiomas humanos são aparentados. Assim como as línguas misturam-se, os povos também. É o que defende Franz Boas (1858-1942) na obra *Antropologia Cultural*. Nela, afirma (2008[1928]:67-86) que a mistura dos povos desempenhou um papel importante na história das populações modernas; ele exemplifica que, na América do Norte, tal mistura tem se intensificado, do mesmo modo que ocorreu na Europa durante os séculos em que os povos da Europa setentrional ainda não estavam politicamente organizados.

Boas rejeitou a visão etnocêntrica e racista dos antropólogos anteriores a ele, os quais diziam que a mistura racial resultaria em uma prole menos vigorosa. Afirma, por exemplo, que os descendentes mestiços de europeus e índios norte-americanos são mais altos e mais férteis que os índios puro-sangue; as populações do Sudão, misturas de tipos negroides e mediterrâneos, têm-se caracterizado por grande vigor. Ele afirma, também, que as características mentais de um povo não são determinadas biológica nem anatomicamente, por isso critica o determinismo de Taine que desconsidera outros fatores intervenientes no comportamento do homem, como o ritmo cardíaco, o metabolismo, o sistema nervoso que se relacionam com as condições de vida.

Ele também era contrário à tese de Darwin e de Spencer sobre a seleção do mais forte ou da existência de uma raça superior e ele explica que, se um homem tem as ferramentas necessárias para desenvolver-se, vai conseguir seu lugar na sociedade. Por exemplo, vários negros do sul dos Estados Unidos, ao se mudarem da zona rural para a zona urbana e aí permanecerem por um longo tempo, apresentaram resultados positivos em testes educacionais.

Portanto, é um equívoco afirmar que um homem, ao pertencer a uma “raça”, está fadado a ser “inferior” ou “superior”. São as condições sociais de vida que fazem o homem progredir ou não. Assim, Boas defende que não pode haver um julgamento das civilizações. Elas deveriam ser aceitas, comparadas e compreendidas como elas são, daí a sua defesa do *relativismo cultural*. Portanto, a palavra de ordem da antropologia moderna é a aceitação da *diversidade*.

Em suma, as novas teorias do começo do século XX ampliam para uma explicação mais social das mudanças do homem e da sua linguagem. Coube aos novos cientistas reajustarem seu pensamento, tentando compreender de forma mais aprofundada e não preconceituosa a realidade, aceitando os limites do conhecimento científico.

1.3. Os intelectuais brasileiros e as teorias científicas: propostas para o desenvolvimento do Brasil

Os intelectuais brasileiros, na transição do século XIX para o XX, encontravam-se divididos entre o otimismo e o pessimismo acerca da sociedade brasileira. Eles eram otimistas, em virtude do sentimento nacionalista e da crença de que o Brasil tinha potencial para se desenvolver, desde que houvesse

ajustes. Por outro lado, também eram pessimistas porque viam que o país era fragmentado culturalmente.

Embora, nas últimas três décadas do século XIX, o país tivesse se modernizado nos transportes, nas comunicações, no urbanismo e na industrialização, esta última ainda embrionária, Prado Júnior assinala (1977:11) que havia traços do escravismo, uma vez que o país ainda se preocupava mais com o mercado externo do que com o desenvolvimento interno. Havia desarmonia entre as forças produtivas, bem como uma política obsoleta diante das mudanças do mundo. Nas classes mais altas, a justiça, o congresso, as assembleias estaduais, a administração pública encontravam-se atrasados; as eleições eram indiretas, havia corrupção e gastos públicos exorbitantes e, nas classes mais baixas, não havia acesso às escolas ou às universidades.

Diante dessas causas históricas que não permitiam o desenvolvimento do Brasil, os intelectuais pretendiam apontar saídas para esse atraso, baseando-se nas ciências europeias do século XIX, pelas quais se esperava resolver os problemas das nações por meio de “fórmulas” consideradas infalíveis. Por meio do evolucionismo darwiniano acreditava-se na evolução do homem por meio da sua adaptação ao ambiente. Já o positivismo comtiano apontava que, em havendo um governo técnico, o qual organizasse todos os setores sociais, alcançaria-se o progresso, enquanto que o determinismo defendia que os indivíduos evoluíam conforme a origem racial, o meio ambiente e o contexto histórico.

Deste modo, os intelectuais brasileiros tentaram empreender projetos para a reconstrução nacional, tendo como modelo a Europa da época, a qual investia em novas tecnologias, em indústrias, na melhoria da educação e em novas formas de governo, buscando-se uma concepção unitária de civilização;

civilização significava *ordem e progresso*, lema do Positivismo, o que o Brasil almejava atingir, segundo a concepção comtiana.

Sílvio Romero, historiador, filósofo e crítico literário, inserido no pensamento positivista, propôs uma reorganização das finanças públicas, novas fontes de renda e investimento em indústrias, reforma de ensino semelhante ao ensino alemão, enfatizando a educação técnica. Segundo ele, cabia ao governo assumir o ensino de forma integral, estabelecendo um modelo a ser seguido em todo o país.

Na obra *Provocações e debates*, Romero (1910:106-114) critica o governo brasileiro afirmando que este deveria estar mais perto do povo, entretanto os políticos preferiam a “vacuidade rhetorica, retumbante e palavrosa”; soma-se a este fato o país ter se transformado em “aparelho protector de assassinos, ou seguro de vida para ladrões” que roubam do povo até os últimos centavos. Nestas expressões, a tônica é a defesa de uma reforma política, tema este que não perdeu a atualidade. Romero (op.cit.:406-407) também almejava que o Brasil tivesse o liberalismo pragmático da Inglaterra, a prosperidade e a força dos Estados Unidos, a unidade e a cultura da França, a democracia e a liberdade efetiva da Suíça.

Conforme Mota (2000:50-110), Manoel Bonfim, médico e historiador, era da mesma opinião de Romero sobre a falta de representatividade política na obra *A América Latina – males de origem* (1905). Além disso, Bonfim acrescenta a necessidade do acesso à educação. Quintino Bocaiúva, jornalista e político, criticou o regime monárquico o qual não garantia a liberdade nem a igualdade entre os brasileiros, por isso o sistema republicano, a seu ver, era o único meio capaz de garantir a democracia no Brasil.

Ao contrário de Bocaiúva, Joaquim Nabuco, historiador, jornalista e político, defendia que o problema não residia na mudança do sistema governamental. Mesmo dentro do regime monárquico, poderia haver o mesmo ideal democrático. Como ele era abolicionista, afirmava que a escravidão foi a responsável para que a mentalidade do povo se tornasse servil. Diante deste problema, convém destacarmos um ponto crucial e que todos os intelectuais brasileiros estavam em comum acordo: a questão educacional.

A Educação era um meio para elevar o país a um patamar desenvolvido, pois ela teria o poder de disciplinar o povo, criando uma identidade e unidade cultural. Por conseguinte, no fim do século XIX, no Rio de Janeiro, onde se centralizava a intelectualidade brasileira, o Ministério dos Negócios Internos e a Instrução Pública, que pertenciam ao governo monárquico do momento, realizaram uma reforma na Educação, tendo o Colégio Pedro II como modelo de ensino.

Às vésperas da proclamação da república, o modelo curricular foi modificado, de acordo com o pensamento positivista de então. O ensino das disciplinas como Língua Portuguesa, História, Geografia, entre outras, passou a valorizar o conhecimento científico, promovendo a publicação de novos instrumentos didáticos. No caso específico do ensino da língua portuguesa, em 1887, o diretor geral da Instrução Pública, Dr. Emygdio Vítório, indicou Fausto Barreto, então professor do Colégio Pedro II, para a reforma do ensino da língua, alterando os conteúdos de gramática que deveria corresponder aos objetivos científicos, rompendo com o modelo da gramática filosófica que vigorava na época.

Fausto Barreto apresentou, no mesmo ano, o “Programma de Portuguez”, modelo para a produção das gramáticas que necessitavam de renovação, com

indicação dos conteúdos a serem seguidos. Júlio Ribeiro, no livro *Procellarias* (1887), apresenta um capítulo sobre estes conteúdos e, nessa obra, ele explica (1887:92) que o programa é “organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem”.

A gramática deveria se dividir em fonologia, morfologia, sintaxe, etimologia e lexeologia, sendo a ortografia um departamento da fonologia. Tudo estava, segundo Júlio Ribeiro “de acordo exacto, perfeito com os princípios da grammatica scientifica que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojarmos á publicidade.” Os assuntos ou pontos do programa-base giravam em torno da acentuação das palavras, o sistema ortográfico, classificação e flexão dos vocábulos, o processo de formação das palavras em geral, etimologia, regras da sintaxe, vícios de linguagem, estilo, etc.

O programa-base foi apresentado aos gramáticos, como João Ribeiro, o qual seguiu os 46 pontos exigidos na sua *Grammatica Portugueza* (curso superior). Esteticamente, a organização da gramática por pontos numerados não deixa clara a divisão dos assuntos, mas, depois das primeiras edições, João Ribeiro mudou a estrutura da apresentação, sem numerar os assuntos, tornando-a mais clara.

Esta obra foi editada pela Livraria Francisco Alves, a qual vendeu milhares de exemplares, comprados por estudantes e por professores que viam nela uma fonte rica para a aprendizagem da língua portuguesa. No total, a obra teve 22 edições (de 1887 a 1933). Além desta obra, o gramático produziu também a *Grammatica Portugueza* (curso primário) e a *Grammatica Portugueza* (curso secundário), seguindo o programa de forma adaptada.

Para os gramáticos, era fundamental estabelecer uma norma-padrão – de preferência a dos literatos – de língua portuguesa que fosse seguida por todos os brasileiros, desconsiderando o que fosse inadequado linguisticamente. Soma-se à reforma educacional, o papel da Academia Brasileira de Letras, criada em 20 de julho de 1897 no Rio de Janeiro, instituição que veio a colaborar com o desenvolvimento do Brasil, por meio da produção de obras de natureza educativa, valorizando a cultura nacional, especialmente sobre o estudo da língua portuguesa e da literatura brasileira.

Deste modo, uma geração de intelectuais brasileiros, que pertencia à ABL, deu início ao processo da gramatização da língua portuguesa praticada no Brasil, por meio da produção de novos instrumentos tecnológicos: dicionários de brasileirismos e/ou de língua portuguesa em geral, um dicionário biobibliográfico sobre os escritores que formaram a literatura até aquele momento, bem como a produção de gramáticas científicas e didáticas com regras práticas para o ensino da leitura e da escrita, conforme o uso erudito.

Entretanto, houve uma contradição no início do processo da produção de gramáticas: a maioria dos gramáticos defendeu o uso lusitano, considerado a norma “ideal” de língua, contra a variedade brasileira denominada de dialeto “degenerado” da língua portuguesa. Esta postura entra em choque com os ideais nacionalistas, mas abriu espaço para posteriores debates sobre as diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal.

Essa contradição linguística decorre da rejeição já existente a respeito da formação mestiça do povo brasileiro. Uma vez que a variedade brasileira do português falado tem origem popular, os gramáticos consideravam que o povo brasileiro foi o responsável pela “degeneração” ou “corrupção” da língua-mãe, a língua portuguesa de Portugal.

Eles desacreditavam o próprio povo, pois viam neste um “organismo” estranho que precisava passar por uma transformação que o tornasse “evoluído”. A mudança se daria pela educação positivista e por uma “mutação” genética por meio do “branqueamento racial”, já que o povo era mestiço, como consequência da mistura das raças consideradas por eles “inferiores” como a indígena e a negra.

Acreditava-se que os portugueses, desde a colonização, ao se misturarem com os índios e os negros, segundo a concepção evolucionista, perderam suas características étnicas. Consequentemente as gerações mestiças herdaram características morais “negativas”, oriundas de povos indígenas e africanos, que deformaram o caráter nacional dos brasileiros.

É evidente, também, a influência do Determinismo de Taine sobre os intelectuais mais pessimistas que consideravam o povo uma causa perdida, justamente porque este havia sido produto da mistura racial, do meio ambiente tropical e do contexto histórico colonial, além disso, a mistura “degenerou” o caráter nacional, enquanto que o meio ambiente tornou o povo apático e preguiçoso e a colonização formou um povo servil, o qual desagregou a língua portuguesa, transformando-a num dialeto mestiço.

O próprio Sílvio Romero (1910:115-169) acreditava que, como a nação estava atrasada, pois cheia de vícios étnicos, produto das raças “inferiores”, a imigração branca, representada inicialmente pelos alemães e italianos, que vieram ao Brasil entre o final do século XIX e início do XX, era uma forma de branquear a nação brasileira, aperfeiçoando a raça. João Ribeiro, que recebeu muitas influências da obra de Romero, também corroborava com esta tese racial presente em várias obras que publicou, inclusive na *Grammatica Portuguesa* (curso superior).

Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu Amoroso Lima), escritor, crítico literário e advogado, por exemplo, também mostra, no excerto abaixo transcrito, sua visão sobre as raças formadoras do Brasil, em resposta a uma discordância que teve com Sérgio Buarque de Holanda acerca da literatura modernista.

O que eu não admito é mutilações. O mutilado só pode ser heróico se é uma vítima. E nós não somos vítimas. A não ser da miséria irremediável de ser homens incompletos. O que sempre é melhor do que ser índios. O que eu não aceito, senão no dia em que o Sr. Oswald de Andrade fôr ditador literário desta Brasilândia, é que me queiram fazer de índio, e que me vistam de tanga e me arranquem as bombachas de hoje, que o Sr. Buarque de Holanda felizmente ainda não usa. O que eu não aceito é que me forcem a ser negro, se o não sou. Ou ariano, se o não ousou. E me impeçam de ser o que sou: uma alma cortada de extremos, uma perplexidade melancólica e impulsiva, uma contradição que procura ultrapassar-se, uma conjunção de mensagens indecifráveis, uma pororoca de instintos que se aniquilam com a vontade de ser que se proclama, uma primitividade que se vence e um requinte que não se resigna a conformar-se. (*Crítica-Os modernos*, org. por M. Leão, 1956:p.343-344)

Nesse trecho, observamos o retrato da elite intelectual da época que não se sentia parte da diversidade racial brasileira. O tema da miscigenação ainda incomodava os intelectuais, tema este valorizado na literatura modernista e revolucionária de Oswald de Andrade e de Mário de Andrade. Como já havia dito a escritora Raquel de Queiroz: “Nós, os intelectuais, éramos mais bombeiros que incendiários”, referindo-se à resistência dos pensadores brasileiros para com as mudanças literárias e, em geral, culturais.

Diferentemente da visão conservadora de boa parte da intelectualidade da ABL, os escritores modernistas, do começo do século XX, consideravam que a literatura deveria retratar a cultura popular brasileira como ela era, miscigenada, assim como a língua portuguesa do Brasil também o era. Entretanto, vemos, no

discurso de Tristão de Athayde, a presença do racismo no mundo letrado. Como o país era miscigenado, os intelectuais mais conservadores consideravam que o problema central era este: os índios e os africanos teriam “degenerado” a raça branca portuguesa com a mistura racial, bem como as gerações de mestiços, e as mudanças da língua portuguesa foram consequências dessa miscigenação.

A solução para esse problema era o branqueamento dos mestiços via imigração europeia, o investimento em educação na qual se ensinasse a norma-padrão da língua portuguesa, ou seja, a de Portugal. Os intelectuais acreditavam que, deste modo, haveria um desenvolvimento de uma nação homogênea, pensamento que também existia na Europa nos tempos da valorização dos nacionalismos. Assim, a ideia da homogeneização também incidiu nos estudos linguísticos sobre a variedade do português do Brasil, tanto que vários intelectuais pretendiam combater o dialeto nacional.

A questão do dialeto nacional estava relacionada ao ambiente científico do século XIX, pois as ciências como o Evolucionismo, o Positivismo e o Determinismo levaram João Ribeiro e outros intelectuais a concluírem, numa postura etnocêntrica, que a mistura racial teria colaborado para a “degeneração” da língua portuguesa no Brasil.

Por outro lado, com a revisão crítica dessas ciências no final do século XIX e no começo do XX, a antropologia, a geografia linguística, a psicologia e a sociologia colaboraram para que houvesse, por parte dos intelectuais, uma postura culturalista sobre a sociedade e a linguagem humana. Com este avanço científico, João Ribeiro passou a defender a existência da *língua portuguesa* no Brasil – e não mais do *dialeto* – que se desenvolveu em virtude do contato entre culturas diferenciadas como a indígena, a africana e a portuguesa. Entretanto o gramático não abriu mão da defesa da língua-mãe nem do discurso determinista

sobre as mudanças do português do Brasil, conforme veremos no capítulo IV da presente tese.

1.4. Os conceitos de língua e dialeto e o status da variedade brasileira do português

Objetivamos, neste item, apresentar os conceitos acerca de língua e dialeto relacionados ao ambiente linguístico na transição entre os séculos XIX e XX, pois essa discussão é fundamental para entendermos o dilema dos intelectuais brasileiros em definir o status da variedade brasileira do português.

Ciro de Pádua (1942:15-38) afirma que, no final do século XIX, havia um consenso, por parte dos filólogos brasileiros e portugueses, tais como Macedo Soares, Pacheco Júnior, Apolinário Porto Alegre, João Ribeiro, Leite de Vasconcelos, de que a língua portuguesa no Brasil perdeu seu rumo no processo histórico, transformando-se num dialeto degenerado, devido à “imposição do meio social, geográfico, racial e cultural”.

No começo do XX, eles e outros estudiosos como Batista Caetano, Visconde de Taunay, Costa Rubim, Barbosa Rodrigues, Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, Mário Marroquim, constataram que o fenômeno da dialetação dava-se apenas regionalmente, portanto não haveria um dialeto nacional, mas, sim, língua portuguesa enriquecida culturalmente.

Considerar um fenômeno linguístico como “degenerado” tem origem na linguística histórico-comparativa do século XIX. Por isso, os filólogos mais conservadores ou puristas, guiando-se pelo biologismo darwiniano, consideravam que as mudanças linguísticas podiam ser progressistas ou degenerativas e que as línguas podiam ser classificadas de forma homogênea por sua “superioridade” ou “inferioridade”, associadas à origem racial dos

povos, daí o termo *dialeto* ser considerado uma variedade informal de menor prestígio, diferenciada da *língua* culta.

Já os novos filólogos modernos, inseridos na linguística culturalista do início do século XX, que se uniu às outras ciências como a sociologia, a psicologia, a antropologia, ampliaram sua visão sobre o conceito de língua e de dialeto, considerando-os fatos sociais naturais, procurando dar aos seus estudos um caráter nacionalista, já que valorizaram as pesquisas sobre os falares brasileiros e o folclore.

Saussure, quem forneceu as bases para a linguística moderna, no *Curso de Linguística Geral* (1970[1916]:17) apresenta uma visão heterogênea de língua, pois afirma que ela é “um produto social” e também “um conjunto de convenções” adotadas por uma comunidade para permitir a comunicação entre os indivíduos. Os dialetos, segundo ele (1970:223), são “subdivisões arbitrárias da superfície total da língua” que se explicam por fatos sociais, políticos, religiosos. No entanto, os filólogos brasileiros mais conservadores ou puristas não levaram em conta essas duas faces da linguagem: a social e a individual.

Para esses filólogos as línguas eram “organismos vivos” que passavam por estágios evolutivos de nascimento, progresso, degeneração e morte. Por isso, na visão deles, a variedade brasileira do português era “imperfeita” ou “degenerada”, daí denominaram-na dialeto da língua portuguesa de Portugal, a língua-mãe, por isso, por meio das gramáticas e dos dicionários, eles almejavam resgatar, entre os brasileiros, a língua portuguesa “ideal”, mas não é possível controlar as diferenças linguísticas. As divergências entre Brasil e Portugal são um fato, embora a língua portuguesa seja estruturalmente a mesma.

Vendryes (1950:273-287), assim como Saussure, afirma que todas as línguas possuem duas tendências, a da unificação e a da diversidade. A diversificação natural deve-se ao fato de que a língua é a “utilização prática do

processo da linguagem”, ou seja, há vários tipos de dialetos e línguas especiais que se relacionam aos papéis sociais que os indivíduos assumem no processo da comunicação, processo este que é uma necessidade social.

Longe de serem “degenerados”, os dialetos, segundo Vendryes, são desenvolvimentos normais dos elementos da linguagem, criados espontaneamente pelo jogo natural das ações linguísticas. No Brasil, por exemplo, existem os dialetos paulista, carioca, gaúcho, baiano, pernambucano, caipira, etc. Já as línguas especiais referem-se às utilizadas no mundo profissional (direito, jornalismo, administração, política, ciências em geral), entretanto, no século XIX, a dialeção incomodava os filólogos, porque não seguia a norma-padrão ideal de língua, esta considerada superior.

Analizamos, nos itens anteriores, que os cientistas e outros pensadores do século XIX possuíam a crença de que os indivíduos tinham seus destinos traçados pelo determinismo do meio ambiente, da raça e do momento histórico e estes fatores incidiam no processo evolutivo dos povos. Neste sentido, eles, em geral, buscaram resolver os problemas sociais mais urgentes que atrasavam o progresso das nações, de forma que elas se tornassem fortalecidas e prósperas. Para isso defendiam a unificação ou homogeneização política, econômica, educacional, racial e linguística.

Entretanto, Meillet observa (1928:71) que não há populações física e linguisticamente homogêneas. Por isso, critica o discurso científico de Friedrich Müller que, no século XIX, classificou as línguas segundo as características físicas dos indivíduos que as falam, acreditando que as condições históricas e geográficas determinam as línguas e as raças. Não existe, segundo Meillet, “raça ariana”, “raça latina” ou outra qualquer associada às línguas.

A população da Inglaterra, exemplifica ele, resulta de uma mistura complexa de antigos habitantes do país: os germânicos ocidentais (anglos e

saxões), os germânicos escandinavos e os franco-normandos. No Brasil e em outros países do continente americano, também há muitos indivíduos descendentes de indígenas que possuem línguas maternas diferentes, como a língua portuguesa, a língua espanhola, a língua inglesa e a língua francesa.

Do mesmo modo, Whitney (2010:247) afirma que não existe laço entre língua e raça, visto que todo homem, não importa a sua origem, aprende a falar a língua que lhe foi ensinada na infância. A língua, em si mesma, é uma “instituição transmitida” a qual, por circunstâncias variadas, pode ser abandonada ou adotada por povos de outras culturas. Segundo ele, “são as circunstâncias exteriores que decidem e não outra coisa”. O poder político e administrativo de um povo, as tecnologias desenvolvidas para fins práticos, as guerras, as invasões ou o alto grau civilizatório são exemplos de causas que levam determinadas línguas a serem dominantes.

A história da língua portuguesa no Brasil é um exemplo da expansão linguística desse idioma, como consequência do domínio político e econômico português nos tempos da colonização e esse fato fez com que essa língua naturalmente se enriquecesse com novos elementos culturais miscigenados. Entretanto, os intelectuais brasileiros, incluindo os filólogos, não possuíam essa visão culturalista no século XIX, pois, para eles, a língua portuguesa foi destruída pelo povo considerado racialmente inferior por ser miscigenado.

As soluções para esses problemas seriam educar o povo dentro da norma-padrão, apagando-se o dialeto, bem como “branquear” o povo por meio de uma nova mistura racial via imigração europeia, de modo a tornar-se geneticamente “superior”, assunto este que analisaremos no capítulo II. Contudo, os intelectuais em geral, estavam equivocados em relação a essas “soluções” pragmáticas, pois não estavam respeitando a naturalidade inovadora da língua nem a da cultura popular miscigenada que unia índios, negros e brancos.

As inovações linguísticas geográficas, explica Meillet (1948:111-113) são “fatos sociais” que representam as classes sociais dos falantes, os seus atos coletivos no trabalho, na religião, no esporte e em outras áreas, por isso elas pedem vocabulários especiais. Logo, não é possível controlar a língua como se ela fosse um processo mecânico com capacidade para guiar os indivíduos a um sistema linguístico perfeito e acabado.

Nos tempos hodiernos, podemos observar que existem filmes portugueses que trazem legendas adaptadas para o português do Brasil, devido às diferenças, principalmente, lexicais, pois essas traduzem todo um pensamento cultural, uma visão de mundo típica brasileira. Assim a linguagem, segundo Sapir (1971:18) “é um método puramente humano e não-instintivo de comunicação de idéias, emoções e desejos por meio de um sistema de símbolos voluntariamente produzidos”, ou seja, a linguagem nada tem a ver com instinto proveniente da natureza, ela é um sistema funcional que pertence ao mundo psíquico e espiritual do homem. Ela não é um mecanismo ou um organismo associado à origem racial como defendiam os linguistas comparativistas do século XIX.

Sapir também é contrário ao determinismo e ao controle linguísticos, pois, segundo ele (op.cit.:27) a linguagem é uma “roupagem” que varia de cultura para cultura e caminha para uma direção especial normal, daí existir o que ele denomina de *deriva*, um caminho normal próprio no desenvolvimento linguístico e não um processo degenerativo ou progressivo, de acordo com a concepção darwiniana de evolução.

A língua portuguesa do Brasil, por exemplo, é uma deriva em relação à língua lusitana, pois adquiriu, no decorrer dos séculos, desde a colonização, vozes indígenas, africanas, lusitanas, italianas, inglesas, etc., mas continuou mantendo sua estrutura e seu status de língua, observando-se que a própria

variedade lusitana também é, hoje, uma deriva em relação à língua portuguesa do século XVI, já que, inevitavelmente, todas as línguas tendem a mudar.

Com o tempo, os filólogos brasileiros mudaram suas concepções em relação ao status da variedade brasileira, passando a considerá-la não mais um dialeto, mas, sim, língua portuguesa, porém, essa mudança não se deu de forma abrupta. Apenas na década de 20, eles foram tomando conhecimento, em bases científicas mais adequadas, de que existia uma língua portuguesa do Brasil, porém, nem todos caminharam no mesmo passo. Muitos deles ficaram presos à filologia tradicional alemã e lusitana do século XIX e ao determinismo linguístico, conforme veremos mais detalhadamente no capítulo III acerca dos estudos linguísticos na transição entre os séculos XIX e XX.

Mas podemos adiantar que, nesta transição, houve duas *correntes*: a *naturalista* ou purista e a *culturalista* ou moderna. Na primeira, temos uma orientação gramatical em defesa da língua-mãe, a língua portuguesa de Portugal, contra as inadequações ou dialetos que pudessem corrompê-la; na segunda, há a defesa da naturalidade dos fenômenos linguísticos falados ou escritos. Essas correntes criaram uma tensão no processo inicial da gramatização brasileira, pois, por um lado, os gramáticos tinham o papel tradicional de estabelecer regras do “bom uso” da língua portuguesa, de preferência a dos eruditos; por outro, deveriam valorizar a cultura brasileira, dentro do sentimento nacionalista, mas consideravam esta cultura atrasada, em virtude da miscigenação.

Conforme observa Sílvia Elia (1961:95-100), Virgílio de Lemos, autor da obra *A Língua Portuguesa no Brasil* (1916), por exemplo, passou por esta tensão. Num primeiro momento, ele possuía um discurso biológico, considerando que o dialeto brasileiro fazia parte de um processo degenerativo; depois, concluiu que os falares rurais brasileiros eram fenômenos naturais e

dignos de estudo, tanto quanto a linguagem literária. Este exemplo justifica a afirmação de Orlandi e Guimarães (2001:33) sobre o fato de que a gramatização brasileira nasceu contraditória, porque estava dividida entre a variedade brasileira e o modelo português.

Esse dilema também pode ser exemplificado e demonstrado pela *Grammatica Portuguesa* (curso superior) de João Ribeiro, ou seja, se num primeiro momento Ribeiro considera que a variedade brasileira é um dialeto, num segundo momento, a vê como língua portuguesa, entretanto, ele continuou conservador, porque acreditava que o português do Brasil foi resultado do determinismo do meio, da raça e da história. Portanto, não podemos afirmar que ele tenha mudado definitivamente de um momento para o outro na sua gramática, embora o tenha feito em outras obras não gramaticais, apresentando ideias culturalistas, como a importância do contato dos povos e o consequente enriquecimento do idioma português no Brasil.

Mesmo com esse dilema, que vemos em João Ribeiro, especialmente, o momento da gramatização brasileira foi fundamental, pois, conforme observam Orlandi e Guimarães (op.cit.:36-37), abriu o debate acerca das diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal, entre dialeto e língua, sobre os conceitos de povo e de cultura e também abriu a discussão sobre o papel dos filólogos, os quais produziram as gramáticas histórico-comparativas, e dos neofilólogos ou linguistas posteriores (da nova ciência Linguística) que acabamos de apresentar neste texto e como eles, conjuntamente, puderam e podem contribuir para a ampliação do debate sobre a diversidade linguística.

Considerações parciais

Para compreendermos o objeto de estudo desta tese, que são as ideias linguísticas de João Ribeiro sobre a variedade do português do Brasil, este

capítulo teve por objetivo mostrar que o ambiente histórico e científico na Europa e no Brasil, do século XIX para o XX, incidiu sobre o gramático. Por ter sido colônia de Portugal, dentro de um sistema escravocrata, o Brasil não teve a possibilidade de ser independente economicamente, o que provocou problemas como o acesso à educação e à informação, fatores essenciais para o desenvolvimento de um país; enquanto isso, os países europeus, bem como os Estados Unidos desenvolveram suas indústrias, investiram em setores essenciais e chegaram ao patamar de potências econômicas.

Por isso, os intelectuais brasileiros, partindo de princípios do evolucionismo, do positivismo e do determinismo científicos, para desenvolver uma sociedade brasileira progressista, pretendiam realizar projetos de reconstrução nacional e inserir o Brasil no mesmo patamar dos países desenvolvidos. Contraditoriamente a este sentimento nacionalista, os intelectuais consideravam que o povo era o responsável pelo atraso do país e pela “degeneração” linguística. A solução era o branqueamento dos mestiços via imigração europeia, somado ao investimento em educação, impondo-se uma normatização ideal de língua portuguesa no Brasil.

Essa posição naturalista dos intelectuais em considerarem a miscigenação e a dialeção como parte dos males da sociedade brasileira foi substituída, gradualmente, no começo do século XX, por uma postura culturalista de aceitação da diversidade dos povos com seus costumes sociais e linguísticos. Tanto o discurso naturalista como o culturalista podem ser observados por meio de duas *correntes* presentes na gramática de João Ribeiro, conforme analisaremos, de forma mais detalhada, no capítulo IV desta tese, mas iremos verificar que a mudança de uma corrente para a outra não foi definitiva.

Capítulo II – Os discursos sobre o povo brasileiro nas obras não gramaticais de João Ribeiro

Introdução

Pretendemos, neste capítulo, analisar duas correntes do gramático João Ribeiro, nos quais ele externa suas concepções acerca do povo brasileiro. Observamos que as obras de natureza não gramatical, que também são saberes ou produtos históricos, como *História do Brasil* (1900), *Diccionario Grammatical* (1906), *Paginas de Esthetica* (1905) e *Crítica – os modernos* (ed.1952), representam o discurso naturalista, por conterem uma visão etnocêntrica e pessimista sobre o povo; por outro lado, as obras *Rudimentos de Filologia Românica* (1930) e *A Lingua Nacional* (ed.1933) apresentam o enfoque culturalista, uma vez que contêm o discurso social e otimista.

Consideramos mais adequado abordar as ideias de Ribeiro em correntes, porque estas são reflexos dos dilemas dos intelectuais brasileiros sobre a concepção de povo na passagem do século XIX para o XX, embora Leite (1976:145) classifique, de forma didática e cronológica, o caráter do povo brasileiro em fases: I- a fase colonial que engloba o descobrimento do Brasil e o movimento nativista (1500-1822); II- a fase romântica com a independência política e a formação de uma imagem positiva sobre o povo brasileiro (1822-1880); III- a fase científica com a imagem pessimista sobre o povo (1880 e 1950); IV- a fase da superação das teorias raciais do caráter nacional (1950-1960).

Defendemos que dentro da “fase científica” ocorrem duas correntes naturalista e culturalista, fato comum presente não só nas obras de João Ribeiro, mas também nas de outros intelectuais brasileiros como Sílvio Romero, Oliveira Vianna ou Virgílio de Lemos, os quais, primeiramente, partiram de ideias

evolucionistas e deterministas sobre a formação do povo, mas, depois, reconheceram os problemas socioeconômicos do país, levando-os a compreender mais profundamente o seu desenvolvimento histórico. Antes de analisarmos essas correntes nas obras não gramaticais de Ribeiro, convém resgatarmos, sucintamente, os conceitos sobre o caráter do povo entre os séculos XVI e XIX.

Leite (op.cit.:147-177) afirma que, no século XVI, a *Carta* (1500) de Pero Vaz de Caminha, considerada a certidão de nascimento do Brasil, descreve, na forma de diário de viagem, os indígenas como “gente bestial”, “de pouco saber” e que precisavam ser educados cultural e espiritualmente, pois, na visão dos colonos portugueses, os nativos eram desregrados, vistos como animais selvagens. O mesmo discurso encontra-se em Pero de Magalhães Gândavo, no seu *Tratado da Província do Brasil* (1570), em Gabriel Soares de Souza na sua *Notícia do Brasil* (1587) e em outros cronistas do período da literatura informativa, bem como na literatura catequética.

No século XVII, o poeta barroco Gregório de Matos Guerra fazia críticas satíricas à sociedade baiana, tendo como alvos preferidos os mestiços, os estrangeiros e os governadores. Do ponto de vista político, o poeta já antecipava um dos problemas brasileiros: a falta de unidade entre governo e povo. No século XVIII, a literatura árcade de Cláudio Manuel da Costa expressava preconceitos contra os mestiços; Basílio da Gama, ao contrário, via os índios com simpatia, considerando-os heróis; Inácio José de Alvarenga Peixoto, no seu *Canto Genetliaco* (1793), defende a ideia de que os brasileiros não são piores que os europeus. Domingos Caldas Barbosa foi o que mais expressou a meiguice brasileira, por exemplo, nas poesias “Doçura de Amor” e “A ternura brasileira”, aproximando-o do romantismo.

Na primeira metade do século XIX, com a fase romântica, o discurso dos escritores sobre o país caracterizava-se pelo otimismo, pois havia a expectativa de que o Brasil se tornaria uma nação próspera a partir da independência em 1822. Como os escritores pertenciam à classe burguesa, elegeram o índio como representante não só do passado histórico do país, mas também como símbolo da liberdade, enfoque inovador, já que a burguesia da época lutou contra os poderes absolutistas que impediam a participação desta classe nas decisões políticas.

Transformado em herói dos romances indianistas, o índio representava o “bom selvagem”, segundo a tese de Rousseau (1755), afinal o silvícola pertencia a um mundo não corrompido pelo materialismo. Dessa forma, este formava uma imagem positiva do povo brasileiro: amor à liberdade, à terra e aos valores individuais.

Quanto ao negro, as primeiras gerações dos escritores brasileiros não o transformaram em herói das narrativas porque ele possuía status de escravo. Se os escritores o fizessem, estariam contrariando o sistema escravocrata vigente, defendido pela própria burguesia que dependia economicamente deste. Apenas com a terceira geração romântica condoreira, representada pela poesia abolicionista de Castro Alves, é que o negro passa a ser analisado não como herói, mas como vítima de um sistema criminoso.

Não considerar o negro como herói das histórias românticas ou das poesias é, ao mesmo tempo, uma lacuna e uma contradição do próprio romantismo, o qual se propunha a valorizar a cultura nacional. Por exemplo, o vocabulário africano, que também enriqueceu a língua portuguesa, bem como as crenças e os costumes africanos, embora tivessem sido retratados na literatura, não eram valorizados pela elite burguesa da época que os via como pertencentes a uma cultura “inferior”.

Na segunda metade do século XIX, por influência do pensamento científico europeu, os escritores e outros pensadores viam as raças formadoras do povo de forma negativa, considerando-as não evoluídas genética e culturalmente. No começo do XX, há uma transição que levou os pensadores a abordarem as condições sociopolíticas e econômicas como fatores explicativos da formação do caráter do povo brasileiro, embora, em alguns aspectos, houvesse a retomada do discurso cientificista. É sobre este período de transição, de um século para o outro, que trataremos nos próximos itens, visto que ele incidiu nas obras não gramaticais de Ribeiro.

2.1. A corrente naturalista: o discurso pessimista sobre o povo

Consideramos *naturalismo* o critério ultra-objetivo o qual analisa os indivíduos como “organismos” sujeitos ao determinismo biológico e social; este critério surgiu, nas últimas décadas do século XIX, por influência do evolucionismo darwiniano, do determinismo e do positivismo; também representa uma vertente da literatura realista que narra e denuncia as mazelas sociais dos indivíduos animalizados dentro do sistema capitalista industrializado.

Por meio deste foco ultra-objetivo da realidade, os intelectuais brasileiros viam o povo de maneira pessimista e este fato incidiu na produção das obras não gramaticais de João Ribeiro, ou seja, as de caráter histórico, filológico, literário, didático e jornalístico, que são complementos da sua gramática, visto que, ao analisarmos determinado autor, devemos levar em consideração a totalidade da sua obra, a fim de percebermos sua ideologia, se ele mudou ou não suas concepções com o passar do tempo. Observamos, em algumas obras do gramático, a ideologia racista, reflexo do contexto histórico dos finais do século XIX, pois os atores fundamentais da sociedade brasileira, o governo, os

intelectuais e o povo, não estavam integrados para seguir um caminho único rumo ao progresso.

Sobre esse assunto, Carvalho (2004:140-146) afirma que a elite política monárquica ou mesmo a republicana no Brasil, na transição entre os séculos XIX e XX, nunca se responsabilizou pelo país de forma coletiva, conseqüentemente os brasileiros não se reconheciam como atores políticos. O povo era apenas um súdito, um objeto da ação do Estado, destituído de qualquer direito de influenciar ou dialogar com o governo. Os únicos momentos em que o povo se sentia parte de uma comunidade era na religião, nas festividades populares e em outros eventos.

Reconhecendo que não havia unidade entre o poder político e o povo, a elite intelectual assumiu o papel de apontar soluções que unificassem o país. Como os problemas da sociedade necessitavam de medidas emergenciais, os intelectuais brasileiros partiram de teses científicas europeias, conforme vimos no capítulo I, a fim de colocarem em prática as medidas para o progresso do país. Como o povo encontrava-se imaturo política e também educacionalmente, somando-se ao fato de que a maioria da população era recém-saída da escravidão, sem perspectivas de progresso, a elite intelectual viu-se na obrigação de agir em prol do país, no entanto ela entrou em contradição, pois possuía uma ideologia racista sobre o povo brasileiro, ideologia essa que também havia provocado sentimentos xenofóbicos entre os próprios europeus.

O povo, que era miscigenado, passou a ser o foco dos problemas do país, uma vez que os intelectuais mais pessimistas, na transição entre os séculos, concluíram que a mistura racial havia sido a responsável pelo atraso moral, intelectual, econômico e social da nação. Como o evolucionismo de Darwin permitiu colocar o homem no campo das ciências naturais, sendo analisado de

forma objetiva, assim como se estudava biologicamente as plantas e os animais, este homem também foi classificado em ser “evoluído” ou “não evoluído”. Foi essa literatura científica que se difundiu no Brasil, pois, como a ciência pretendia alcançar determinadas verdades, havia uma “verdade” sobre o povo brasileiro.

Darcy Ribeiro (2013[1995]:204) explica que os intelectuais brasileiros consideravam consensualmente que os índios, os negros, os mestiços e os brancos pobres eram culpados pelas suas próprias desgraças, já que eram “inferiores”, por isso, para esses pensadores, a culpa não estava nem na escravidão nem na opressão. Sílvio Romero, por exemplo, absorvendo as teorias de autores europeus como Comte, Spencer, Darwin, Haeckel, Büchner e Huxley, os quais eram evolucionistas, pensava que a evolução linear da história resultava da luta pela vida, na qual os mais “fortes” venciam os mais “fracos”. A raça branca ou ariana, segundo Romero e outros pensadores brasileiros, era a raça mais capaz e adaptada, entretanto como o Brasil é um país mestiço, os intelectuais estavam convencidos da inferioridade racial do povo, daí o pessimismo destes.

Para solucionar este “problema”, Romero acreditava que a raça ariana futura poderia branquear a população brasileira; daí a necessidade da imigração europeia fosse alemã, fosse inglesa, para melhorar a raça “degenerada” pela mestiçagem e pelo clima, homogeneizando-a. No artigo “As zonas sociais e a situação do povo”, publicado na obra *Provocações e debates*, Romero (1910:101) afirma que, de norte a sul, o Brasil é formado por uma “collecção de verdadeiros *clans* de espécies varias, nos quaes o individuo não possui a mais leve sombra de iniciativa e espirito organicamente empreendedor.” Nesse

trecho, ele considera que o povo brasileiro, por não ser etnicamente homogêneo ou de uma só “espécie”, conseqüentemente, não desenvolveu a auto-suficiência.

Ao tratar dos primórdios da colonização brasileira, Romero (op.cit.:202) explica que os colonos europeus possuíam “boas qualidades” as quais transformaram-se em “índole destruidora”, como consequência da sua mistura racial com os índios e os negros, deixando claro que uma raça superior se inferioriza com a miscigenação.

O mesmo pensava Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia que, ao estudar as crenças africanas nos terreiros, concluiu que os negros, bem como os índios, por terem mentalidade infantil e serem raças “inferiores”, degeneraram a civilização brasileira. (Cf. Leite, 1976:215-220)

Também adepto do branqueamento racial brasileiro via imigração, Nina Rodrigues observou que os Estados Unidos progrediram em virtude de terem estabelecido uma separação entre brancos, de um lado, os mestiços e negros, de outro. Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) também considerou que a miscigenação atrasou o Brasil e acreditava que raça superior era aquela capaz de gerar tipos superiores.

Contraditoriamente, Oliveira Vianna, como mulato escuro, identificava-se com o grupo dominante e, segundo Leite (1976:230-231), foi dos poucos que defendeu ideias cruéis e injustas contra o negro, considerando-o simiesco, troglodita, decadente moral e inferior. Para Oliveira Vianna, a desorganização social surgiu com a abolição do trabalho escravo, em 1888; por isso este

recomendava um governo autoritário e forte para impor uma ordem moral. Tais ideias encontram-se nos livros *Populações Meridionais* e *Raça e Assimilação* (1932).

Estes autores apresentados são exemplários do discurso pessimista da elite intelectual brasileira acerca do povo. João Ribeiro, como membro da Academia Brasileira de Letras, conviveu com vários escritores, políticos, historiadores, médicos, os quais, na sua maioria, em contato com o ambiente científico do momento, possuíam um foco pessimista sobre o povo e este fato incidiu sobre o gramático.

Corroborando com este discurso, semelhante a um biólogo, o qual se utiliza de um microscópio para analisar uma célula, observando sua composição e sua função, João Ribeiro, nas obras *História do Brasil* e *Diccionario Grammatical, Paginas de Esthetica e Crítica – os modernos*, tenta compreender o Brasil, considerando-o uma célula social composta de organismos ou de raças as quais o formou: a indígena, a africana e a portuguesa. Ribeiro observou que a mistura racial impediu a formação de um caráter étnico e moral homogêneo, por isso, nas obras citadas, há um discurso pessimista, visto que, segundo seu diagnóstico, o povo era uma doença a ser tratada ou uma “degeneração” que impediu o processo evolutivo do país.

Na obra *História do Brasil* (1900), embora haja uma perspectiva moderna, pois Ribeiro entrelaça os fatos históricos com os fatos sociais, ele se mostra preso ao critério naturalista sobre o povo brasileiro, resultado da fase científica do século XIX. Esta obra fez parte de um projeto do governo para reformar o ensino superior de História, tendo como modelo os manuais históricos europeus, dada a necessidade de ensinar a disciplina incluindo a

história social dos povos, condenando-se, no começo do século XX, a História como instrumento de exaltação patriótica ou de fatos episódicos.

Ribeiro o qual, além de professor de Língua Portuguesa, também foi professor de História, abriu uma nova fase do ensino desta disciplina no país, seguindo as indicações de Martius, o iniciador da filosofia da história da civilização do Brasil. Ribeiro propôs-se a explicar o país pela diversidade racial, pela ideologia cristã, pela economia que se criou aqui, entrelaçando os fatos sociais, econômicos, geográficos e políticos, observando que há um reflexo do passado nos tempos atuais, o que mostra a sua modernidade; no entanto, ao descrever as culturas formadoras do povo brasileiro, ele parte do cientificismo do século XIX.

Por exemplo, ao tratar da colonização no Brasil, Ribeiro (1953[1900]:45) considera que os índios foram os responsáveis por tornarem selvagens os estrangeiros como os franceses, os alemães, os judeus e os espanhóis que aqui aportavam e comerciavam com o gentio. Tal raciocínio remete-nos a Darwin, o qual explicava que as espécies tendiam a distanciar-se da sua forma original, passando por “mutações”; por isso o historiador observou que a raça indígena, ao conviver com os estrangeiros, levou-os a passarem por uma mutação moral.

Ele também acrescenta (op.cit.:48-52) que os índios tupis e guaranis revelam “inferiores aptidões e estado inferior de cultura”, visto que, no começo da colonização, viviam da caça e da pesca, não conheciam outras armas de indústria ou de guerra, senão o arco e a flecha, andavam em completa nudez e possuíam uma língua “primitiva”. Nestas expressões, há uma nítida referência a Spencer, o qual, inserido no darwinismo social, classificava os povos como pertencentes a determinados estágios evolutivos superiores ou inferiores.

Ao tratar da escravidão negra, embora Ribeiro não concordasse com o comércio de escravos, declarando-o como “infame comércio”, ele mostra (id:205) que os colonos portugueses preferiam o “negro ativo e submisso” ao “índio indomável e indolente”, uma vez que os negros tinham mais força física para o trabalho escravo do que os índios, os quais eram mais frágeis. Estes adjetivos evidenciam a presença da *zoomorfização*, descrição encontrada na literatura realista/naturalista da segunda metade do século XIX, a qual equipara os personagens aos animais irracionais.

Outros exemplos desta descrição, observamos quando o gramático refere-se (id:206-207) aos escravos de Angola como sendo “doceis e de boa indole” ou aos negros cabindas, da região do Congo, que possuem “estatura e corpulencia inferiores” e preferidos “para o serviço doméstico”. É o mesmo tom encontrado na obra *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo ou em *Germinal* de Émile Zola, visto que os personagens são despersonalizados.

Ao tratar da vinda dos africanos para o Brasil, Ribeiro reduz os negros (id:209) à condição de gado, ao afirmar que a coroa portuguesa cobrava “por cabeça a riza de dezesseis cruzados e meio”; ou mesmo à condição objetal ao afirmar que, num dos muitos navios que traziam os africanos, havia “quatrocentos, quinhentos, no porão”, onde eram “guardados e vigiados”.

Esta zoomorfização também era muito comum na imprensa da época; se tomarmos o exemplo do jornal *A Província de São Paulo* (atual *O Estado de S. Paulo*), de 4 de janeiro de 1875, verificamos que, dentre os anúncios publicitários sobre fábricas de tecidos, comércio, escolas, entre outros, há um que trata da procura de escravos fugidos, como podemos ver a seguir:

ESCRAVOS FUGIDOS

Fugirão da fazenda da Fortalesa, e pertencentes a Joaquim Antonio Garcia, da Parahybuna, os seguintes escravos: - Jeronymo, preto, creoulo, estatura mais que regular, reforçado de corpo, rosto comprido, desdentado na frente, bem barbado, tem n'um dos pés a cicatriz d'um grande golpe de machado, fala grossa e pausada; lavra e serra madeira, e é dado a embriaguez. – João, mulato cabra, alto, delgado, olhos grandes, barbado no queixo, fala fina e pausada, pés compridos e voltados para fóra, muito diligente e activo.

O primeiro d'estes escravos fugio em Agosto, e o segundo em Outubro do corrente anno. Quem apprehendel-os e puzer seguros em qualquer cadêa da província, será satisfatoriamente remunerado, e indemnizado das despesas que fizer.

Parahybuna, 26 de dezembro de 1874.

Neste anúncio, os negros são reduzidos à categoria de animais selvagens ou a objetos a serem capturados e devolvidos a um dono; este último, “superior”, tem o domínio sobre os escravos “inferiores”, afinal, como defendia Darwin, no mundo em que se luta pela sobrevivência, os mais fortes dominam os mais fracos, ou são predadores destes na floresta selvagem que é a sociedade.

Assim como no anúncio, o discurso de Ribeiro chega a ser desumano quando trata (1953[1900]:209) da saudade dos negros sobre sua terra natal, afirmando que o *banzo*, espécie de saudade dolorosa por consequência do desterro, os torna “apáticos e idiotas”. Estes adjetivos mostram-nos o discurso da inferioridade dos negros, inclusive psicológica, pois eles seriam destituídos de inteligência. Esta crueldade é semelhante a de Oliveira Vianna que considera os negros “decadentes morais”.

Os brancos portugueses também não escapam ao discurso etnocêntrico de Ribeiro. Ele observa (op.cit.:97) que os lusitanos que vieram estabelecer-se no Brasil, nos tempos coloniais, não pertenciam à classe média, eram fidalgos ou “ínfimos plebeus e degredados”, a maior parte, “gente aventureira e sem consciência”. Para ele, vieram para o Brasil os piores portugueses ou os menos evoluídos, com características morais negativas como apatia, preguiça, negligência, turbulência, desumanidade, ignorância e fanatismo, embora fossem

corajosos. Além disso, eles odiavam o trabalho, por isso escravizaram o índio e o negro; soma-se a isto o fato de terem trazido doenças para a América.

Sobre a miscigenação racial, Ribeiro considera (id:95-99) que ela foi negativa, pois destruiu a obra civilizatória do país e prevê que as gerações futuras sofrerão as consequências advindas das características morais das raças formadoras do Brasil: o branco “inteligente, mas avido e atroz”, o negro “martirizado e servil”, o índio “altivo, mas indolente”. No fundo, ele almeja uma homogeneização racial, assim como pretendia Sílvio Romero.

No artigo “O Allemanismo no sul do Brasil”, da obra *Provocações e Debates*, Romero (1910:116-117) propõe caminhos para a homogeneização não só racial, mas também moral do povo brasileiro: 1º) organização de um Estado equilibrado; 2º) incentivo à ciência e à tecnologia; 3º) educação adequada; 4º) formação de um caráter novo via imigração com “elementos ethnicos de primeira ordem” que se espalhe por todas as regiões do Brasil, em referência às raças brancas europeias.

Além do problema da miscigenação racial, na obra *Diccionario Grammatical* (1906), Ribeiro reitera que as raças indígena e africana são causadoras da “degeneração” da língua portuguesa no Brasil, o que acarretou no fenômeno da dialetação no país. Ele entende degeneração, fenômeno frequente na Biologia, como mutação retrógrada da língua, ou seja, há um biologismo linguístico. Podemos verificar este fato por meio de alguns verbetes, nos quais vemos o tratamento evolucionista, determinista e positivista que o gramático dispensa ao povo brasileiro.

No verbete “Tupi-guarani”, o gramático (op.cit.:305-311) explica que os índios tinham dificuldade em pronunciar determinadas palavras do português,

porque, na fonologia do abañeenga, os sons *f*, *l*, *lh* e *r* (*rr*) não existem e, como em português há os sons compostos *br*, *tl*, *pr*, *pl*, *cl*, *cr*, etc., os índios não conseguiam alcançar a pronúncia correta da língua, causando “deformações” lexicais, como, por exemplo, em *cabará* (cabra).

Acerca do verbete “Negro, elemento”, ele (id:216-222) afirma que os africanos “estropiam” a língua portuguesa, isto porque os vocábulo portugueses, extraídos do *Diccionario da Lingua Bunda*, de Fr. Cannecatim, foram transformados pelos africanos em novos vocábulo como em *cucudila* (acudir), *cubenzela* (abençoar), *cusucedéla* (acontecer) e *casu* (acontecimento); as partículas pronominais africanas como *i*, *ri*, *ca*, *qui*, *a*, *gi*, para Ribeiro, são elementos que também mostram “o estagio inferior do organismo de que fazem parte”; este “organismo” refere-se à língua africana.

Nestes verbetes, Ribeiro externa que as raças indígena e africana, por serem consideradas “inferiores”, colaboraram para o retrocesso da língua portuguesa no Brasil, formando o dialeto mestiço. No verbete “Dialectos”, o gramático (id:92) explica que eles são o “conjuncto de diferenças que caracteriza a linguagem de uma província ou colônia em relação á língua da corte ou metrópole”, por isso a variedade brasileira do português seria um dialeto corrompido em relação à língua original, a língua portuguesa de Portugal, considerada para ele a língua-mãe, no entanto o povo brasileiro a empobreceu.

Dentro do dialeto mestiço, o gramático inclui os brasileirismos. No verbete “Brasileirismos”, ele (id:44-51) os conceitua como a “expressão que damos a toda casta de divergências notadas entre a linguagem portuguesa vernácula e a falada geralmente no Brasil.” Tais divergências são “degenerações ou diferenciações parciais e geográficas da língua” que não têm “foros de

lingua literária e culta”, pois, para ele, até mesmo o ambiente tropical do Brasil determinou o fenômeno da dialetação, já que o meio fez o povo brasileiro sentir-se mais livre para expressar-se.

Um exemplo de brasileirismo encontra-se no verbete “Pronomes”, no qual o gramático não só expõe as regras do uso da colocação pronominal, mas também critica (id:258-262) o uso brasileiro desta última, como em “Não posso lhe dizer”, em vez de “Não posso dizer-lhe”, esta utilizada pelos portugueses. Portanto, a solução de Ribeiro para o problema da degeneração da língua portuguesa está no positivismo linguístico, pois, segundo ele, o povo brasileiro deve ser educado para resgatar a língua portuguesa original.

Por isso, no verbete “Disciplina grammatical” ele (id:95) aponta a saída para o problema: a “acção dos eruditos na organização e fixação das regras grammaticaes” iniciada com os clássicos, “com o movimento da renascença literária”. A gramática, segundo ele, é a disciplinadora do bom uso da língua portuguesa e os autores que contribuíram para a “polidez da nossa literatura” foram, por exemplo, João de Barros, Luís Vaz de Camões, Frei Luís de Sousa, Padre Antonio Vieira, entre outros; logo, são os autores clássicos que devem servir de modelo ideal para a linguagem falada e escrita, evitando-se a dialetação.

Na obra *Paginas de Esthetica* (1905), embora esta trate de assuntos voltados para a arte literária, há momentos nos quais, ao tratar do povo, Ribeiro o coloca como responsável pela pobreza da literatura brasileira, principalmente da modernista, uma vez que vários escritores modernos tentaram aproximar a fala cotidiana, considerada inadequada, da linguagem literária e o gramático opunha-se a isto. Como o livro enfoca a arte literária, a tônica é a defesa do purismo linguístico; este está associado ao pensamento positivista de que a

comunicação só se realiza plenamente quando usamos as palavras de forma racional ou matemática. A respeito disto, João Ribeiro (1905:112-113) afirma que

a arte escripta ou falada, a poesia ou a prosa, é uma função analytica da natureza, como a pintura e a esculptura são soluções geométricas (...)
Cousa naturalissima havia de ser a mathematica em cousas de esthetica, porque belleza é proporção, numero, symetria, por mais reconditas e mysteriosas que hajam de ser as occultas razões que a natureza e a arte nos sonegam, mas que os olhos e o entendimento nos estão publicando.

Para ele, a literatura só pode ser arte se for moldada racionalmente, por isso existem as ferramentas adequadas para auxiliar esta construção: a gramática, o dicionário e os modelos da literatura clássica; as razões ocultas da natureza e da arte, a que ele se refere, são as de ordem espiritual as quais, embora existam, não são mais importantes do que a forma perfeita da arte literária, no entanto, a cultura popular não segue as regras do bom gosto da linguagem, isto porque, conforme ele (id:20) observa “nós outros brasileiros não temos por enquanto, por falta de personalidade ethnica e politica, um estylo nacional.”

Nesse excerto, ele expressa uma intenção de unificar o país, não só étnica, mas também politicamente, porque, deste modo, nascerá um estilo literário que irá refletir a cultura nacional; portanto, Ribeiro propõe um positivismo literário também para a literatura brasileira e, referindo-se a Goethe, afirma (id:9) que o escritor, se for genial, “tem a força de reduzir a multidão a uma unica synthese, e individual-a e descobrir-lhe a fórmula em que se traduzem as variaveis do temperamento, das inclinações e das paixões.”

Para Ribeiro, a literatura deve mostrar, de forma homogênea, o caráter de um povo. Por esta razão, concebe a literatura como uma matemática na qual as características de um povo podem ser somadas, obtendo-se um resultado final, a

síntese do caráter nacional. Por exemplo, de uma forma geral, os ingleses são “pragmáticos”, os latinos possuem um “sentimentalismo dramático”, porém é mais complexo sintetizar o povo brasileiro num caráter único, visto que este é miscigenado. Desta forma, Ribeiro considera que é preciso, primeiramente, homogeneizar o povo etnicamente pelo branqueamento e, em segundo lugar, educá-lo; assim o Brasil teria um caráter nacional a ser retratado na literatura.

Por falta de uma personalidade étnica é que, conforme vimos anteriormente, na visão de Ribeiro, resultou na formação do *dialeto mestiço*, o qual é o “mau portuguez” que “não é língua reconhecida e aceita”. Por isso, não concorda que a literatura brasileira inclua este dialeto, principalmente a nova literatura modernista a qual ele considera uma “asneira contemporânea” que se expandiu não só no Brasil, mas também em outros países, dada a preferência dos poetas e prosadores pelo uso cotidiano da língua.

No livro *Crítica – Os modernos* (1952), verificamos quatro artigos publicados pelo gramático em dois jornais os quais permite-nos ver, também, que Ribeiro possui um discurso racista sobre o povo. No primeiro artigo do jornal *Imparcial*, de 12/06/1917, Ribeiro, ao tratar da influência dos italianismos no português do Brasil, a qual ele é contra, observa (op.cit.:237) que o povo brasileiro caracteriza-se por possuir uma “instabilidade étnica”, isto porque a mestiçagem impediu a homogeneização do país.

No entanto, ele acredita na formação futura da “alma nacional” que, a seu ver, ainda não ocorreu, com novos elementos raciais, ainda que um pouco “justapostos”, referindo-se aqui aos elementos brancos (os italianos, os alemães, entre outros). Embora o gramático seja favorável ao branqueamento nacional, com a mistura de novas culturas ditas mais desenvolvidas, ele é contra a

desagregação do idioma português, por isso ele critica a sintaxe italiana que começava a fazer-se presente no português do Brasil.

Esta é uma contradição de Ribeiro. Ele deseja uma nova mistura racial para o Brasil, mas não quer que as línguas estrangeiras influenciem na desagregação da língua portuguesa, raciocínio equivocado, pois se atentarmos para o culturalismo linguístico de Schuchardt ou de Whitney, é natural que as culturas se influenciem ou que as línguas se enriqueçam umas às outras. O raciocínio do gramático indica o seu intuito positivista de manter a unidade da língua portuguesa, a língua-mãe, e fazê-la prevalecer no Brasil.

Em outro artigo, no mesmo jornal, em 27/10/1919, Ribeiro diz (id:54-56) que os fatores determinantes do caráter nacional como o ambiente, a natureza e as raças, fizeram com que o brasileiro tivesse uma “personalidade assaz indecisa”. Em 25/06/1921, ao tratar de Graça Aranha que também procurou delinear a metafísica brasileira, Ribeiro corrobora (id:28-30) com as ideias deste escritor para quem o português é melancólico, o negro, mentiroso e o índio, aterrorizado, os quais formaram a “alucinação coletiva” com seus fantasmas e imagens.

No *Jornal do Brasil*, em 9/08/1929, Ribeiro considera estranho (id:166-168) o fato de o poeta Jorge de Lima sentir “certo carinho pelo Brasil”, ao tratar de forma igualitária os índios, os negros e os brancos: “Não tem asperezas de conceitos sobre o atraso dos caipiras ou dos tabaréus, antes professa voluntária exaltação pela vida primitiva da nossa geral semicultura. Tudo isso quer dizer que os poetas modernos, como o Sr. Jorge de Lima, não se envergonham da mentalidade nacional.” Neste trecho, percebemos que Ribeiro é resistente em aceitar que o povo brasileiro mereça ser valorizado, o que já que expressa não

só o afastamento da elite intelectual em relação ao povo, mas também reproduz a postura da elite política que também não se sentia vinculada a este.

2.2. A corrente culturalista: o discurso otimista sobre o povo

Neste item, consideramos *culturalismo* o critério de inclusão dos fatores sociais para a compreensão do caráter do povo brasileiro, tais como o educacional, o cultural, o econômico, o psicológico, o geográfico, o político, entre outros. Trata-se, também, de um momento de libertação do cientificismo do século XIX que defendia a fatalidade dos fatores determinantes do caráter nacional, tais como a “inferioridade” ou a “superioridade” racial e a interferência do clima e do contexto histórico.

Na corrente culturalista, o povo brasileiro passa a ser valorizado e compreendido, pois os intelectuais otimistas viam que o povo era vítima do sistema que não lhe dava oportunidades para se desenvolver. A passagem da postura naturalista para a culturalista, mesmo não sendo cronologicamente definitiva, uma vez que vários intelectuais, mesmo no século XX, ainda estavam presos ao cientificismo do século anterior, mostra um avanço dos pensadores na busca pelo entendimento do processo histórico da formação do povo brasileiro.

Leite (1976:237-247) observa que um destes pensadores foi Arthur Ramos (1903-1949), médico e estudioso das religiões negras. Ele escreveu, dentre várias obras, a *Introdução à Psicologia Social* (1936) e *O Folclore Negro no Brasil* (1935). Ele foi, na década de 1930-1940, o divulgador do novo conceito de cultura, apresentando um panorama antropológico de vários povos que vieram para o Brasil.

Discordava da doutrina da superioridade racial dos brancos, tendo descrito os sofrimentos do negro brasileiro, apesar de faltar-lhe uma análise mais aprofundada acerca das dificuldades do negro em se ajustar à vida social, além de ter se mantido preso a uma concepção evolucionista, pois, na sua concepção, o negro possui uma cultura atrasada, da qual este deve se libertar, adaptando-se a uma realidade dita mais “civilizada”. No fundo, Arthur Ramos acreditava que a cultura negra levou o homem branco à primitividade; em outras palavras, uma cultura degenerou a outra.

Gilberto Freyre, jornalista, político e intelectual, na obra *Casa Grande & Senzala* (1933) adota uma postura otimista sobre o mestiço e o negro, ideia nova nas décadas de 30 e 40. Ele partiu da teoria de Franz Boas, segundo a qual as diferenças entre grupos raciais devem ser explicadas pelo ambiente social e não por características inatas das raças, mas Freyre não levou em conta a cronologia e o espaço geográfico dos fatos descritos.

Leite (1976:283-284), ao comparar Gilberto Freyre com Euclides da Cunha, observa que, enquanto este último não consegue uma análise objetiva sobre o povo, porque munido de teorias científicas equivocadas, Freyre tem uma teoria correta para a análise, mas a faz de maneira pessoal e não com a objetividade dos fatos que envolvem os aspectos sociais em sua totalidade (as condições de vida do povo, a educação, a saúde, etc.) porque ele, como intelectual de direita, não possuía um olhar a partir do povo.

Por isso, ao caracterizar as etnias formadoras do povo, Freyre considera, categoricamente, que os portugueses são flutuantes, francos, leais, patriotas, apáticos, imprevidentes, fatalistas, orgulhosos e imitadores. Os índios possuem

sexualidade exaltada, são animistas, calados, desconfiados; os negros, bondosos, místicos, alegres. Como resultado desta mistura, segundo ele, os brasileiros são crentes no sobrenatural, sádicos, masoquistas, piadistas, exibidos, simpáticos, complexados e animistas.

Quanto a João Ribeiro, nas obras *Rudimentos de Filologia Românica* (1930) e *A língua nacional-notas aproveitáveis* (1933[1921]), ele expressa um discurso otimista sobre o povo brasileiro, pois constatou que a dialeção do português do Brasil, que se deu regionalmente, foi um fenômeno normal e não uma “degeneração” como consequência da mestiçagem do povo, logo este povo não pode ser responsável pela desagregação da língua portuguesa, ao contrário, este povo a enriqueceu.

Nos *Rudimentos*, Ribeiro (1930:80) afirma que a língua portuguesa de Portugal surgiu da “fusão de três elementos: latino, germano, árabe com a supremacia do primeiro”. Assim como a língua portuguesa lusitana surgiu desta fusão, ele observou que a língua portuguesa no Brasil também transformou-se com outras fusões das línguas indígena e africana. Por isso Ribeiro concluiu (id:82) que foi “natural que a língua tenha sofrido dialeção fora da metrópole na África, Ásia e América”, isto porque, em geral, as línguas mudam pela necessidade de contato com o outro. As três raças portuguesa, africana e indígena, além dos ciganos, dos espanhóis, entre outros, mudaram a língua portuguesa “pelas novas necessidades, novas perspectivas, novas cousas e novas indústrias”.

Esta nova postura social de Ribeiro baseou-se em Whitney (2010[1875]:46), o qual explicou que a mudança linguística ocorre devido a causas como o tempo, as circunstâncias, as analogias, o pensamento, o

conhecimento, as quais moldam a forma interna da linguagem, ao mesmo tempo em que modificam, em certa medida, a forma externa desta linguagem. Deste modo, Whitney classifica (op.cit.:54) as mudanças em três tipos: 1º) alterações de velhos elementos da linguagem; 2º) destruição de velhos elementos da linguagem e 3º) produção de novos elementos.

Também baseando-se em Whitney (op.cit.:245), para quem que a ciência linguística não tem e nunca terá condições de provar que a raça humana, nos primórdios da sua história, formava uma só sociedade, Ribeiro avança ao afirmar nos *Rudimentos* (1930:15) que não se deve confundir o fator racial com o linguístico: “Assim, da identidade das línguas não se pode com absoluto rigor concluir identidade de raças ou variedades raciais”, isto porque os povos misturam-se física e linguisticamente, como consequência de invasões, deslocamentos, destruições de raças, entre outros fatores.

Portanto, não é possível estabelecer um laço entre raça e língua; a língua, para Whitney, é uma “instituição transmitida” que pode ser tanto adotada como abandonada pelos indivíduos, independentemente de suas origens culturais, pois são as circunstâncias exteriores que prevalecem. No caso da língua portuguesa do Brasil, ocorreu o mesmo: os portugueses legaram ao povo brasileiro a língua e este a modificou com o passar dos séculos, enriquecendo-a com novas vozes, ao mesmo tempo em que manteve sua estrutura linguística.

Com o apoio da Linguística Românica, Ribeiro (1930:153) também diz que nos idiomas neolatinos, inclusive no português do Brasil, os falantes mostram uma continuidade das tendências fonéticas do latim vulgar. No português do Brasil, os dialetos regionais não destruíram a estrutura da língua portuguesa, mantendo as tendências deste latim, logo o povo brasileiro não degenerou a língua como ele havia pensado antes.

Para ele, além dos elementos conservadores, a variedade brasileira, aos poucos, criou independência em relação à variedade lusitana, como consequência das inovações linguísticas e da miscigenação cultural, formando uma nova língua; os dialetos existiam apenas regionalmente. Entretanto, Ribeiro (id:87) não deixa de observar que, apesar do fenômeno de dialetação, o que ele não aceita são os vícios populares de linguagem que não podem fazer parte da língua literária e que devem ser combatidos via educação.

Na obra *A língua nacional – notas aproveitáveis*, Ribeiro (1933[1921]:9) não só considera o povo brasileiro de forma otimista, mas também integra-se a este afirmando “Somos um povo”, “o maior de todos os classicos” e que “dirá a última palavra”, postura diferente da que analisamos em Tristão de Athayde. Como o povo brasileiro tem sua própria forma de se expressar na língua portuguesa, Ribeiro não concorda que os brasileiros conservem as algemas linguísticas, já que são independentes politicamente. Para ele, o povo não pode submeter-se ao português lusitano e corrigir-se, pois “fica vedado todo progresso nacional”.

Afirmando que não há (op.cit.:9-10) fenômeno linguístico bom ou ruim, uma vez que todos os fenômenos são legítimos, o gramático diz que as expressões da língua portuguesa do povo brasileiro vendem “saúde” e prometem “vida longa”, embora haja os puristas que as sentenciam à morte. Acerca dos EUA, Ribeiro observa (id:17) que, nesse país, ocorria o mesmo debate: “Os americanos do norte lutam com exito pela independência da lingua nacional contra a formidável pressão inglesa.” Um destes era o romancista Rupert Hughes que almejava a uma nova declaração de independência, desta vez linguística para a língua inglesa americana, uma vez que considerava servilmente colonial seguir as normas da língua inglesa europeia.

Do mesmo modo, Ribeiro diz (id:20) que o Brasil também deve buscar sua personalidade original: “A língua portuguesa (estamos a substituir apenas as palavras do romancista) deixou de ser celtica, latina, arabica ou visigotica, para conquistar a individualidade atual. Não será a mesma lição que estamos a aprender, transformando todas as origens e todas as colaborações efêmeras das raças, em proveito de uma personalidade original?” Neste trecho, ele explica que a língua portuguesa americanizou-se desde o início da colonização com a contribuição inicial dos tupinismos, dos africanismos e de outras vozes estrangeiras, ao mesmo tempo em que continuou mantendo-se como língua, formando uma unidade linguística no país.

Tendo uma perspectiva nova sobre a linguagem popular, considerando-a autêntica, nota-se, em Ribeiro, um arrependimento de ter, num primeiro momento, considerado o povo brasileiro atrasado cultural e linguisticamente. É o que se revela no seguinte trecho (id:17-18): “(...) sacrificamos todas as nossas expressões imediatas em favor de uma língua literária, esterilizada, despida de todos os seus ‘venenos regionais’.” Vemos, neste excerto, que ele deseja afastar-se do purismo linguístico e, ao tratar dos “venenos regionais”, refere-se ao fato de ter considerado os dialetos regionais como deformações da língua portuguesa provocados pelo povo, ideia que ele abandonou.

O gramático propõe-se, também, a mostrar que o léxico nacional é legítimo e merece ser valorizado, uma vez que caracteriza a cultura popular nas variadas manifestações artísticas e cotidianas. Por exemplo, no século XVII, o poeta brasileiro da literatura barroca, Gregório de Matos Guerra, já se utilizava de vocábulos indígenas e africanos para expressar seu talento satírico; no século XIX, o lexicógrafo Antonio de Moraes e Silva compôs um *Dicionario* (1813) e uma *Gramatica* (1802) contendo “vozes brasílicas ou portuguesas” já diferenciadas na América.

Com a independência do Brasil em 1822, abriu-se um caminho para a diferenciação entre o “vernaculismo português e o americano”, enquanto isso, em Portugal, ao contrário, na mesma época, defendia-se o “exagerado purismo”. Uma vez que se tinha um léxico original e rico, restava que algumas regras gramaticais se diferenciasssem das de Portugal. Sobre isto, afirma João Ribeiro (id:8):

A nossa gramatica não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que nos são pessoais.

Já não é a língua que apuramos, é o nosso espirito que sujeitamos a servilismo inexplicável.

Falar diferentemente não é falar errado. A fisionomia dos filhos não é a aberração teratológica da fisionomia paterna.

Se antes Ribeiro defendia o purismo linguístico, neste trecho ele admite que a língua portuguesa é heterogênea; no caso do português do Brasil, houve um desenvolvimento diferente, em virtude dos contatos entre povos diversos que enriqueceram a língua, dando-lhe uma fisionomia nova. O gramático (id:11) também faz menção ao “espírito” popular, que nos remete a Benedetto Croce e a Karl Vossler, os quais defendiam que a linguagem humana é a função vital do espírito e este está relacionado à cultura de um povo. A colocação pronominal é um exemplo deste espírito linguístico:

O exame psicológico dos pronomes vai dar-nos uma exemplificação curiosa.

O brasileiro diz comumente:

- Me diga ... me faça o favor...

É esse um modo de dizer de grande suavidade, de doçura, ao passo que o – “diga-me” – e o – “faça-me” – são duros e imperativos.

O modo brasileiro é um pedido; o modo português é uma ordem.

Para o gramático, o uso brasileiro do pronome antes do verbo, no início de frase, pode ser explicado pela “lei do menor esforço”, pois facilita a comunicação do pensamento, proporcionando mais leveza à frase,

diferentemente da pronúncia portuguesa, mais fria e direta. Outros exemplos do espírito popular estão no levantamento, feito pelo gramático (id:39-141), de vocábulos e expressões típicos dos brasileiros, com explicações de suas origens semânticas, como podemos ver a seguir.

Beber água de chocalho – falar demais, tagarelar (norte e nordeste do Brasil);
Boi-tatá – de origem tupi e significa cobra ou serpente de fogo (ou fogo fátuo ou de santelmo);

Na pindaíba – origina-se do tupi *pinda-ib* (vara do anzol) que significa estar na penúria. Ex: *Che pinda-i rehe aico che caruha guama-ri* (Dependo da minha vara de anzol para ter o que comer);

Por dentro mulambo só – provérbio brasileiro de origem africana que significa “por dentro é só trapo”, por fora parece bonito ou luxuoso. *Mulambo* vem de “milambo” ou “isuta”, um tecido simples amarrado à cintura para encobrir a nudez habitual.

Nem a gancho – a impossibilidade de se conseguir qualquer coisa de alguém. Originalmente *gancho* designava um instrumento de navegação para auxiliar as embarcações em situação de enchente ou de outras forças da água em grandes rios.

Essas expressões mostram a importância do resgate da história da língua portuguesa por meio dos estudos etimológico e fraseológico, os quais Ribeiro valorizava e os aplicava em sala de aula com seus alunos. Nas “Notas Finaes” da 21ª edição (1930) da *Grammatica Portuguesa* (curso superior), o gramático observa (op.cit.:489-490) que o método que aplicou foi o da análise da formação histórica dos vocábulos, a semântica, pois estes são compreendidos nas situações comunicativas.

Por último, ele conclui (1933:26) que o português do Brasil é uma língua: “Sem duvida alguma, a nossa língua é a portuguesa, mas enriquecida e adaptada ao novo e longínquo ambiente a que veio respirar. Não só enriquecida a vemos, mas ainda reconstruída pela renovação de antigos elementos preservados desde a vida colonial.” Nesse excerto, o gramático reconhece que a língua portuguesa que se desenvolveu no Brasil foi o resultado da ação popular que, além de preservar a fisionomia da língua, agregou vocábulos indígenas, africanos, bem

como manteve vínculo com elementos do latim vulgar, dentro de uma mudança natural.

Embora a corrente culturalista esteja presente em João Ribeiro e em outros pensadores das primeiras décadas do século XX, eles ainda consideram que há fatores determinantes do caráter do povo. Há artigos da década de 30, após a publicação das obras *Rudimentos de Filologia Românica* e *Lingua Nacional*, nos quais Ribeiro ainda expressa um discurso determinista acerca das culturas formadoras do Brasil.

Em artigo do *Jornal do Brasil*, de 22/06/1931, que consta na obra *Crítica – os modernos*, Ribeiro (1952:365-367) ironiza a presença do indianismo na literatura romântica, afirmando que ela “certo ou errado, inspirou-se na taba selvagem, no tacape e no cauim espumante”. Nesta frase, o gramático desconsidera a cultura indígena, por esta não pertencer ao mundo civilizado e, portanto, não poderia ser retratada na literatura; inclusive, complementa esta ideia com outra ironia, dizendo que os escritores Gonçalves Dias e José de Alencar “embebedaram-se” naquele “champagne nacional”, o que representa, para Ribeiro, que estes escritores estavam equivocados ao retratarem a cultura silvícola.

Além disso, na concepção do gramático, o índio foi responsável por legar ao povo brasileiro a “preguiça” nacional, tendo como causa a natureza virgem, “um perene banquete para os homens sem ambição”, referindo-se a um dos fatores deterministas que atrasava o desenvolvimento do país: o meio ambiente tropical que incidiu sobre os hábitos dos brasileiros, uma vez que os tornou não propensos para o trabalho.

No *Jornal do Brasil*, de 1934, embora elogie a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, Ribeiro (id:276-277) critica a postura do escritor em dizer que os portugueses possuem mais apetência sexual do que os índios e os negros. Para o gramático, referindo-se apenas aos índios e aos negros, “a sensualidade dessas raças inferiores” caracterizam-se por ser “muito mais desabrida na concupiscência”, apresentando o discurso da zoomorfização, pois Ribeiro concebe que o povo foi o resultado dos instintos sexuais de três raças que o formaram.

Estes fatores deterministas, apresentados por Ribeiro, se contradizem em relação ao que ele defendeu nos *Rudimentos* e na *Lingua Nacional*, contradição típica da transição entre os séculos, pois muitas mudanças epistemológicas estavam ocorrendo. Abrir estes parênteses acerca destes artigos é fundamental, pois Ribeiro externa este mesmo discurso determinista na sua produção gramatical e sobre isso analisaremos no capítulo IV, ao compararmos as correntes naturalista e culturalista nas duas edições da gramática, a de 1889 e a de 1930.

2.3. As concepções pós-João Ribeiro sobre o povo

Dante Moreira Leite (1975), na obra *O caráter nacional brasileiro*, apresenta vários autores que, na transição da fase científica ou etnocêntrica para a fase da superação das teorias raciais sobre o povo brasileiro, oscilaram entre o determinismo étnico, geográfico e histórico, e as novas abordagens sociológicas e psicológicas.

Segundo Leite (1975:298-303), Clodomir Vianna Moog, por exemplo, no livro *Bandeirantes e pioneiros* (1954), embora se afaste do discurso racial sobre o atraso socioeconômico do país, trata da psicologia do povo brasileiro a partir de fatores deterministas, como o geográfico, o qual dificulta a integração entre

as regiões do país; o climático, que incide sobre o ritmo de trabalho; o religioso, pois o catolicismo não incentiva o capitalismo; o histórico, porque a colonização brasileira foi de caráter exploratório.

Comparando o Brasil com os Estados Unidos, Vianna Moog aponta que, neste país, os fatores determinantes do desenvolvimento do país mais rico do século XX são opostos aos do Brasil, pois lá o clima mais frio obriga os indivíduos a trabalharem contra as adversidades deste ambiente. O protestantismo incentiva o capitalismo e a colonização inglesa de povoamento, com intenção de estabelecer-se permanentemente no país, colaboraram para que o povo norte-americano acreditasse no trabalho, ao contrário do povo brasileiro que, na concepção deste autor, não aprendeu a valorizar o trabalho, uma vez que se encontra num ambiente desfavorável, portanto o povo está condenado a um permanente atraso.

O autor Affonso Celso, conforme Leite (1975:195-220), também não é definitivo ao tratar do caráter do povo. Afastando-se da vertente científica e pessimista, no livro *Por que me ufano do meu país* (1900), ele enumera várias características que fazem do Brasil um país superior: grandeza, riqueza territorial, amenidade do clima, ausência de calamidades naturais, entre outras; enfatiza a generosidade e a coragem dos índios, a afetividade, a resignação e a laboriosidade dos negros; o heroísmo, a união e o esforço dos portugueses.

Por outro lado, ao lembrar dos dois cruzamentos raciais, o mameluco (branco com índio) e o cafuzo ou caboré (negro com índio), não trata do mulato, o que expressa preconceito racial. Também, ao mesmo tempo em que aponta as características positivas do povo em geral, como independência, hospitalidade, paciência, caridade, doçura, afirma que este possui “vícios inveterados” os quais só poderão ser corrigidos com a educação.

Manoel Bonfim, considerado um dos precursores da sociologia contemporânea, nas obras *O Brasil* (1935) e *América Latina* (1905), expôs os problemas nacionais não de forma objetiva, mas sentimental. Mesmo assim, levantou discussões fundamentais, como a necessidade de justiça e de representatividade governamental. Outro avanço do autor foi considerar que não existem “raças superiores” ou “inferiores”. Não são os mestiços a causa do atraso do país; o problema central é a falta de acesso à Educação. No entanto, faltou em Bonfim associar a educação ao desenvolvimento psicológico do povo, pois ela modifica a mentalidade de uma nação. (Cf. Leite, 1975:250-255)

Quanto à fase da superação das teorias raciais, nela a ideologia científica e pessimista sobre o caráter nacional tornou-se desacreditada, dando lugar à compreensão objetiva da realidade socioeconômica do povo. Tal mudança de perspectiva é resultado do crescimento industrial do Brasil a partir da década de 50, o qual mostrou que a luta dos brasileiros pela independência econômica anulou a teoria sobre a inferioridade nacional. O que passou a ser o foco dos intelectuais foram as condições sociais que o povo tinha em mãos para o seu desenvolvimento ou para o seu atraso.

Segundo observa Leite (1975:314-319), Caio Prado Júnior, na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), apresenta a tese de que o processo colonial incidiu sobre as fases posteriores da história brasileira; o autor divide tal processo em três partes: o povoamento, a vida material e a vida social. Sua mensagem é otimista e sem a ingenuidade romântica: as características da vida brasileira foram consequências da colonização exploratória e escravocrata dirigida ao mercado europeu e não ao desenvolvimento do mercado interno, entretanto elas podem ser modificadas por novas condições sociais que dependem de ações governamentais concretas.

Leite (1975:315) afirma que, embora Gilberto Freyre tenha reclamado para si a primazia dessa interpretação, dizendo que a apresentou antes de Caio Prado Júnior, há uma grande diferença entre os dois: Freyre procurou entender o país por meio de uma análise antropológica, examinando o caráter cultural dos portugueses, índios e negros. Caio Prado Júnior, ao contrário, vê que o tipo de economia colonial, que durou séculos, determinou as características da sociedade brasileira.

Outro mérito de Caio Prado Jr. é que ele não se limitou a analisar uma região ou um aspecto da vida brasileira, tratou de toda a história do Brasil, mostrando que o sistema econômico colonial conduziu a um resultado negativo, pois praticamente não oferecia oportunidade para o trabalho livre, portanto, os problemas do país não foram determinados pelo clima ou pela miscigenação racial, mas resultaram da história colonial exploratória.

Em linhas gerais, Leite (op.cit.:319-324) explica que, na década de 1950, outras pesquisas no Brasil buscaram compreender os problemas nacionais a partir de sua natureza social. Florestan Fernandes, por exemplo, ao estudar o negro, analisou que esse não conseguia se integrar à sociedade que começava a se industrializar, porque não teve condições sociais favoráveis que lhe permitissem crescer como os brancos.

Os estudos regionais permitiram aprofundar, também, a imagem social do país. Antônio Cândido, ao estudar os caipiras do interior de São Paulo, traçou a história desta cultura e observou que há características semelhantes entre estes caipiras e outros grupos rurais de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso: o semi-nomadismo, o baixo nível de vida e os recursos miseráveis. O analfabetismo, nos tempos hodiernos, por exemplo, é agravado pelo número reduzido de

escolas nas zonas rurais que oferecem apenas formação até a quarta-série do ensino fundamental.

Ainda nessa década, Álvaro Vieira Pinto, Celso Furtado, dentre outros, que faziam parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o qual durou de 1956 a 1964, sendo extinto pelo governo militar de 1964, preocuparam-se com as questões sociais. Vieira Pinto defendia a ideia de que o desenvolvimento só é possível com a tomada de consciência da população - e não apenas pela classe dirigente - da necessidade do progresso nacional. A vida política deveria girar em torno dos problemas do desenvolvimento, dentre eles a educação. Celso Furtado preocupava-se com o crescente desequilíbrio entre as várias regiões que ameaçava a economia brasileira, por isso, ele almejou ao crescimento econômico do Nordeste.

Considerações parciais

O objetivo deste capítulo foi mostrar que as correntes naturalista e culturalista apresentaram enfoques diferentes sobre o caráter do povo brasileiro nas obras não gramaticais de João Ribeiro. Na primeira corrente naturalista, o gramático considera o povo brasileiro como resultado negativo da mistura racial das culturas ditas “inferiores” e que esta miscigenação foi o centro do atraso socioeconômico do país, problema este que poderia ser solucionado pelo “branqueamento” racial e pela educação formal; já a corrente culturalista trouxe uma abordagem positiva sobre a mistura racial, que passou a ser vista como fenômeno social natural, uma vez que, na história da humanidade, a mistura de povos sempre ocorreu.

Este capítulo também é fundamental para entendermos os próximos capítulos, porque as correntes naturalista e culturalista têm relação direta com a

variedade do português do Brasil. Analisando as obras de natureza não gramatical, observamos que, enquanto a corrente naturalista levou o gramático a concluir que o povo brasileiro foi o responsável pela “degeneração” da língua portuguesa, formando um *dialeto* nacional mestiço, a culturalista fez com que Ribeiro considerasse que o português do Brasil continuava sendo *língua portuguesa*, logo o povo brasileiro não desagregou esta língua, ao contrário, enriqueceu-a, sem ferir sua estrutura, mesmo criando os vários dialetos regionais, concepção esta que o torna inovador, entretanto ele é, no fundo, conservador quanto à tese do determinismo linguístico.

Capítulo III – Os estudos linguísticos na transição do século XIX para o XX

Introdução

Abordaremos, no presente capítulo, os estudos linguísticos europeus e brasileiros na passagem do século XIX para o XX, que nos apresentam uma mudança de perspectiva acerca do conceito de linguagem e de transformação linguística. Se no século XIX, os fenômenos linguísticos eram consequências do *naturalismo*, pois as línguas eram analisadas como “organismos vivos” capazes de se regenerarem ou degenerarem, independentemente dos indivíduos, no século XX, estes mesmos fenômenos passam a ser explicados pelo *culturalismo*, por meio do qual as línguas passam a ser vistas como fatos sociais que refletem a heterogeneidade cultural, a psicológica dos povos e a criatividade linguística inerente aos indivíduos.

No entanto, os filólogos brasileiros não mudaram do naturalismo para o culturalismo de maneira abrupta; ocorreram fatores que incidiram na demora destes estudiosos para concluir que o fenômeno da dialeção ocorrido no Brasil, ao contrário de ser um processo linguístico degenerativo, era normal, sem ferir a estrutura da língua que continuou sendo portuguesa. É neste ambiente que João Ribeiro produziu a *Grammatica Portugueza* (curso superior), instrumento linguístico que reflete as correntes naturalista e culturalista.

3.1. O naturalismo na linguística do século XIX

Os linguistas do século XIX concebiam a linguagem como um fenômeno da natureza que tanto poderia *degenerar* quanto *progredir*. Capaz de ser analisada cientificamente, assim como os biólogos observam as plantas e outros seres vivos, a linguagem também passou a ser entendida como um “organismo vivo”, passível de ser seccionada em “órgãos”, os quais constituem sua morfologia, bem como classificada em “perfeita” ou “imperfeita”. Estes

linguistas, na sua maioria, alemães, também interessaram-se em conhecer as origens da linguagem, por isso partiram do método histórico-comparativo que se propunha a comparar as línguas genealogicamente semelhantes para encontrar a forma originária, analisando as regularidades e as constâncias fonéticas, morfológicas ou lexicais.

Na primeira metade do século XIX, a Linguística histórico-comparativa, dominada pelos estudos do indo-europeu, constatou que as línguas existentes eram modificações graduais e orgânicas de uma língua única original, e para descobrir e reconstruir qual teria sido esta protolíngua, era necessário compará-las. Um exemplo de linguista que corroborava da ideia de língua como “organismo” ou “tecido vivo” foi E.F. Schlegel (1772-1829), o qual contribuiu para o estudo histórico das línguas e para a composição da gramática histórico-comparativa, tendo, em 1808, publicado a obra *Sobre a língua e a sabedoria da Índia*, na qual ele defende o método comparativo na análise das estruturas gramaticais das línguas que poderia explicar a genealogia destas.

Por influência da história natural, conforme observa Mounin (1970:164-166), Schlegel classificou as línguas em flexivas, perfeitas como as indo-europeias, e as não flexivas ou imperfeitas. O sânscrito seria uma língua perfeita desde a sua origem e associa esta qualidade à inteligência do povo hindu. Como ele considera o alemão próximo ao sânscrito, concluiu que aquela língua também é perfeita.

Atendo-se a comparar os vocábulos de línguas diferentes por meio de sons idênticos, embora não tratasse de fonética, ele observou que a mudança interna das palavras resultava de um crescimento *orgânico* de “raízes”, de onde saíam os elementos formais, o que nos mostra que os primeiros comparativistas enfatizavam o estudo morfológico flexional e derivacional do

sânscrito, em comparação com o de outras línguas indo-europeias como o grego e o latim.

Outro linguista foi H.R. Rask (1787-1832), um dos fundadores, junto com Grimm e Bopp, da linguística histórica científica. Também considerou a linguagem um organismo vivo, levantando as características das línguas nórdicas, classificando-as, assim como se classificam as plantas e outros seres na história natural, mostrando as subdivisões do tronco linguístico europeu.

Em 1823, por meio de gramáticas descritivas, analisou as estruturas das línguas e formulou, antes de Grimm, as leis da mutação consonântica que inspiraram, posteriormente, os estudos deste último, observando-se que o termo *leis* foi amplamente utilizado em outras áreas do conhecimento, segundo vimos no item 1.2 do capítulo I, para explicar, cientificamente, certos fenômenos sociais.

Segundo Mounin (1970:176-180), Franz Bopp (1791-1867), considerado um dos fundadores da ciência linguística, pretendeu investigar o aspecto genético na evolução das línguas. Vivendo num ambiente em que era importante encontrar as origens do espírito humano, do passado germânico, numa postura nacionalista, Bopp descobriu que as línguas como o grego, o latim, entre outras, não eram provenientes do sânscrito, mas sim modificações de uma língua primitiva.

Robins (1983:139-140) explica que, na obra *Gramática Comparada* (1866-1874), a qual trata das línguas indo-europeias, composta em quatro volumes, Bopp pretendia compará-las e descrevê-las, descobrir a origem da morfologia flexional e as leis que governam estas línguas. Partindo do sânscrito,

ele seccionou as formas linguísticas e suas variedades de combinações para explicar as transformações das palavras e chegar à origem destas.

Seu mérito está em ter não só provado a existência de uma grande família de línguas, mas também ter dado à linguística, junto a outros linguistas, o status de ciência, pois partiram da observação real das formas, assim como o olhar de laboratório, pois eles viam as formas como “órgãos”, abordando a linguagem do ponto de vista histórico/científico e não filosófico.

Robins (1983:140) observa que “no pensamento científico dessa época prevalecia a ideia de que a comparação facilitava os estudos de ordem histórica e a noção de que a mudança era uma degeneração de um estado linguístico primitivamente íntegro.” Essa ideia da degeneração surgiu pela influência de Darwin, o qual constatou, na biologia, que as mutações estruturais dos seres vivos podiam dar-se de forma progressiva ou retrógrada, dependendo do ambiente no qual estes seres se encontravam. O mesmo fenômeno se dava na história das línguas.

Sobre Jacob Grimm (1785-1863), Malmberg (1974:26) afirma que aquele impulsionou o método e a gramática históricos, observando as correspondências fonéticas dos idiomas aparentados como resultado de uma transformação; apoiando-se na *mutação consonântica* de Rask, Grimm constatou, ao comparar as línguas germânicas com as línguas indo-europeias, que as correspondências fonéticas eram regulares no processo histórico, daí surgiu a *lei de Grimm*, proporcionando linhas científicas mais firmes no estudo histórico da linguagem.

O valor histórico da *lei de Grimm* está no fato de ela ter sido a base ou a fórmula utilizada por outros linguistas para entender a estrutura da família indo-europeia e de outras famílias linguísticas. Avançando mais do que Bopp,

Grimm ateve-se a elaborar uma gramática comparada das línguas germânicas. No livro *Gramática Germânica* (1819), em quatro volumes, Grimm deu atenção à fonética, lançando os fundamentos da fonética histórica germânica, estabelecendo correlações fonéticas entre a língua grega, as línguas góticas e o antigo alto alemão, porque ele e Bopp pretendiam buscar a origem da língua alemã. Para Grimm, a mudança fonética dos povos germânicos ocorreu em virtude da manifestação de independência por parte dos antepassados dos povos germânicos.

Na segunda metade do século XIX, Augusto Schleicher (1821-1868), sendo botânico, também partiu da tese de que a língua era um organismo, já que ela era uma obra da natureza, logo considerou a linguística uma ciência natural, assim como a Biologia. Assimilando as ideias de Darwin, autor da obra *The origin of species* (1859), na qual este defendeu que os seres vivos passam por estágios evolutivos, da mesma forma Schleicher via a linguagem como um organismo, o qual também passa por estágios: nascimento, crescimento, evolução, declínio e morte.

Schleicher acreditava que cada língua era produto do organismo humano, de acordo com as raças; para ele, língua e raça são inseparáveis e, assim como as raças podem ser classificadas, as línguas também. Mounin (1970:199-201) afirma que, para Schleicher, as línguas classificam-se em: isolantes (chinês), aglutinantes (húngaro) e flexionais (sânscrito). Quanto à evolução das línguas, ela se dá por dois períodos: o do desenvolvimento da língua flexional pura (período pré-histórico) e o da decadência ou desagregação flexional das línguas (período histórico).

Introduzindo o modelo da “árvore genealógica” na linguística histórico-comparativa, Schleicher pretendia reconstruir a protolíngua do indo-europeu e

classificar as línguas indo-europeias pela sua genealogia; de acordo com ele, as línguas-ramo nascem de uma língua-mãe; das línguas-ramo nasciam ramos menores e destes ramos menores surgia uma bifurcação de dialetos. Desta forma, ele diferenciou a Filologia da Glótica, pois esta observa as línguas através do tempo. Esse modelo contribuiu com o desenvolvimento da linguística histórica em geral.

Na obra *Compêndio de gramática comparada das línguas indo-germânicas* (1861-1862), Schleicher expõe as *leis fonéticas* das mudanças nos sons primitivos que não admitem exceção, desconsiderando os fatores psicológicos na evolução das línguas, uma vez que conceitua a linguística como ciência da natureza, não discutindo questões metafísicas. Ele também acreditava que existia uma só língua original que se diversificou em várias línguas, como consequência das mudanças fonéticas. É claro que os linguistas posteriores concluíram que nunca houve uma língua unitária.

Mounin (1970:205-206) observa que, a partir da década de 40 até os anos 70 do século XIX, surgiram novos estudos, separados da área linguística, sobre as características da voz humana e dos órgãos da fala. A invenção do laringoscópio e a *transcrição fonética* para representar os sons da fala, propostas por Alexander Bell, auxiliaram no estudo dos sons e das articulações da fala. A obra *Fisiologia da Voz Humana*, de Liskovius, bem como as obras de Merkel, Brücke, Czermak e Helmholtz, também colaboraram para este estudo.

Em 1876, Eduard Sievers com os seus *Fondements de la physiologie phonétique*, obra que se tornou o manual de fonética dos neogramáticos, fez com que a disciplina fonética passasse a pertencer à linguística e não mais como um estudo isolado. A nova ciência chamada *fonética experimental* ou fisiológica, que privilegia a análise dos sons, passou a ser valorizada,

fornecendo um suporte detalhado para a explicação das causas das mudanças linguísticas.

Desta forma, pôde-se estudar, com mais profundidade, as variedades, já que até então a filologia analisava as mudanças linguísticas por meio de textos escritos. Com a análise dos falares, a perspectiva de vários linguistas mudou, principalmente com os estudos dialetológicos e os da geografia linguística. Mattoso Camara Jr. (1975:83) observa, entretanto, que a fonética não foi incluída na linguística de forma clara, por que os filólogos não sabiam como dar à fonética um tratamento adequado, uma vez que estes estavam preso à análise da língua escrita.

Era comum considerar a fonética como uma das ciências naturais. Quando ela começou a fornecer explicações fisiológicas e físicas, gerou desconforto para os filólogos, pois eles tiveram, com o tempo, que analisar os sons vocais independentes das letras. Por isso, para se conhecer profundamente os sons vocais, partiu-se da *transcrição fonética*, a qual mostra a característica específica de cada som da voz humana. Com esta nova ferramenta, pôde-se explicar a mudança linguística, fazendo surgir a fonologia que, a partir de 1876, integrou-se como ciência auxiliar das pesquisas linguísticas.

O movimento dos neogramáticos, que passou por três fases, também partiu da valorização do estudo dos sons; a primeira fase teve início em 1876, quando jovens pesquisadores, os neogramáticos, partiram da tese de Schleicher sobre a regularidade absoluta nas correspondências fonéticas. Para eles, as mudanças fonéticas eram processos mecânicos que ocorriam independentemente da vontade dos indivíduos. As outras duas fases dos neogramáticos abordaremos no item 3.2.

Malmberg (1974:31) explica que, como eles pretendiam fazer da Linguística uma ciência rigorosa, assim como ocorria com outras ciências naturais, exigiam uma regularidade absoluta das correspondências fonéticas na comparação entre as línguas, importante na compreensão da etimologia das palavras. Daí, os neogramáticos como Brugmann e Osthoff concluírem que se um determinado som transforma-se numa posição e numa época, esta mudança se dará em todas as palavras em que o som encontra-se na mesma posição.

3.2. O culturalismo na linguística do começo do século XX

No prefácio da obra *Brevier Hugo Schuchardt, ein vademekum der allgemeine sprachwissenschaft* (“Breviário Hugo Schuchardt, um vade-mécum de linguística geral”), Leo Spitzer (1922:4) afirma que o ambiente linguístico europeu, na passagem do século XIX para o XX, apresentava um panorama de insatisfação por parte dos filólogos, dos artistas, as autoridades de ensino, das faculdades e do público em geral, visto que o movimento científico, iniciado no século XIX, era avesso à toda e qualquer abstração filosófica.

A queixa principal girava em torno da manutenção da análise “morta” dos vocábulos, realizada pelos linguistas comparativistas e continuada pelos primeiros neogramáticos, os quais defendiam as *leis fonéticas* absolutas na explicação das mudanças nas línguas; contra isto, a linguística do final do século XIX e do início do XX passou a ver a linguagem do ponto de vista social, por meio de novas abordagens psicológicas, sociológicas, geográficas e antropológicas.

Essas abordagens valorizavam a cultura como fator importante no desenvolvimento da linguagem humana, diferentemente da ideologia científica da primeira e da segunda metade do século XIX, a qual concebia as línguas como organismos “degenerados” ou “evoluídos”, conforme suas origens

geográficas e raciais, concepção esta criticada por não corresponder à realidade dos fatos linguísticos que se realizam e se transformam naturalmente. Esta mudança epistemológica exemplifica o que Aurox (2009:18-19) observou acerca dos desenvolvimentos dos saberes linguísticos, ou seja, na história desses desenvolvimentos há uma passagem da tematização de certos fenômenos de um tipo a outro.

Assim, os termos “degeneração” e “progressão”, referentes às línguas humanas ou mesmo aos povos, começaram a ser evitados no vocabulário científico a partir das primeiras décadas do século XX, porque os novos linguistas ou lingüistas (usamos aqui o termo *linguistas* para mostrar que eles foram se tornando cada vez mais criteriosos na explicação das mudanças linguísticas) consideravam que as transformações das línguas davam-se por estados fluidos, as quais eram impossíveis de serem analisadas mecanicamente como fez a linguística do século XIX.

As variações linguísticas, assim como o desenvolvimento das culturas humanas, são consequências das migrações, dos cruzamentos entre grupos étnicos, das situações políticas e econômicas. Até mesmo o termo “raça” passou a não ter mais sentido, uma vez que as culturas intercambiam-se cada vez mais, tornando-se híbridas.

Vimos, no item 3.1, que a primeira fase dos neogramáticos vinculou-se às leis fonéticas absolutas de Schleicher para explicar a regularidade da mudança linguística e que as irregularidades se dariam pela analogia. Já a segunda fase neogramática, formada por Hugo Schuchardt (1842-1927), J. Gilliéron e Johannes Schmidt, apresentou críticas contrárias àquela primeira fase, fornecendo outras explicações para as mudanças linguísticas.

Considerado o mais importante dos filólogos romanistas, Hugo Schuchardt (1842-1927) repudiava os sistemas rígidos da linguística do século XIX para a compreensão das mudanças linguísticas. Em 1885, publicou a obra *Leis Fonéticas* na qual criticou a rigidez das evolução dos fonemas, defendida pela primeira fase neogramática.

Na obra *Vokalismus des Vulgärlateins* (“O Vocalismo do Latim Vulgar”), de 1866, ele explora as línguas modernas como o italiano, o francês, o espanhol, o português, o rético, o basco, etc., que estavam presas ao latim e, nela, criticou (op.cit.27-28) Max Müller, o qual defendia que as alterações fonéticas ocorriam por causa da “neglicência” dos falantes. João Ribeiro também pensava desta maneira na corrente naturalista, visto que o povo brasileiro cometia “erros” que feriam a língua-mãe, transformando-a num dialeto corrompido.

Schuchardt, por sua vez, explica que existe o “conforto linguístico”, o qual ocorre não só com os indivíduos, mas também com os povos em geral. Neste sentido, entendemos que o povo brasileiro não estava equivocado em apresentar determinados aspectos da língua falada ou da escrita. Se tomarmos o exemplo das músicas populares, há casos em que os compositores, no intuito de criarem efeitos de sentido, sejam de crítica, sejam de afetividade, fogem a determinadas regras gramaticais, conhecendo, de antemão, como o povo se utiliza da língua no cotidiano.

Criticando a linguística histórico-comparativa, Schuchardt diz, no seu *Brevier* (1922:110), que enquanto houver a influência de tabelas e fórmulas rígidas, outros aspectos da linguagem escapam-nos entre os dedos das mãos, restando um único olhar. Para ele, o estudo etimológico das línguas não deve se debruçar sobre trilhas fonológicas sem relacionar língua, cultura, psicologia e

geografia, pois estes campos podem explicar as mudanças, as quais dão-se pela interação linguística.

Adepto da teoria ondulatória de Johannes Schmidt, o qual afirma que as inovações linguísticas são produzidas por ondas irradiadas de centros geográficos humanos que se cruzam e entrecruzam com frequência, Schuchardt (op.cit.:110) explica que as línguas sempre se misturam e este fato resulta na mudança fonética, daí a sua não aceitação da árvore genealógica de Schleicher o qual classifica as línguas como “perfeitas” ou “imperfeitas”.

Em outras palavras, afirma Schuchardt (id:105-106) que “toda a evolução da palavra se esvai sem limites concretos para dentro de outras evoluções das palavras.” Uma determinada fala irradia para dentro de outras falas, provocando as mudanças. Portanto, para ele não há leis fonéticas absolutas, mas, sim, a mistura ou o contato interlínguas ocasionando as mudanças que se fazem por “transições suaves”.

No mesmo raciocínio de Schuchardt acerca da mistura linguística, J. Gilliéron (1854-1926) acreditava que, para se compreender as mudanças das línguas, era necessário analisar as línguas vivas, apreendendo suas formas no intercâmbio oral. Dando fundamentação científica sólida na área da Geografia Linguística, investigou as variedades da língua francesa falada, tendo publicado o *Atlas linguistique de la France* (entre 1902 e 1910) e a *Généalogie des mots qui designent l'abeille*.

Por meio desses estudos, Gilliéron concluiu que existem vários fatores que contribuem para a mudança linguística: a homonímia, a paronímia, os choques fonéticos, a substituição, as analogias, mas o fator principal é o *empréstimo* que ocorre pela necessidade social dos falantes.

A tese da propagação das ondas (*Wellentheorie*), exposta por Johannes Schmidt (1843-1901), na obra *As Relações de Parentesco das Línguas Indoeuropéias* (1872), relaciona-se com a Geografia Linguística, uma vez que as inovações linguísticas são consequências das ondas irradiadas que partem de um centro geográfico, atingindo outras regiões, ideia que se difere da árvore genealógica de Schleicher, o qual distribuía as línguas na forma de “troncos” de onde saíam os “ramos” e os “subramos” linguísticos.

A terceira fase dos neogramáticos caracteriza-se por valorizar a psicologia como fator importante na mudança linguística. Karl Brugmann (1848-1919) que, num primeiro momento, concordava com as leis fonéticas regulares, considerou, no *Prefácio às Investigações Morfológicas*, que a atividade mental dos indivíduos ocasionava as irregularidades linguísticas que fugiam às leis fonéticas.

Hermann Paul (1846-1921), na obra *Princípios Fundamentais da História da Língua* (1880), também afirma (1983[1880]:17-51) que o elemento psíquico é fator essencial da cultura em torno da qual tudo se move. Ao explicar a causa da mudança linguística, ele parte da ideia de que a criação da linguagem é, ao mesmo tempo, individual e social, uma vez que a mente dos falantes recria, de forma espontânea, a linguagem e eles transmitem-na a outros falantes.

Mounin (1970:215) observa que o psicologismo de Brugmann e de Paul foca a psicologia do indivíduo como criador isolado da mudança linguística, enquanto Wundt, como veremos mais adiante, defendia a psicologia coletiva ou a “alma coletiva” dos povos como fator da mudança; esta psicologia, seria, portanto, social.

Navegando fora dos sistemas rígidos da linguística, Karl Vossler (1872-1949) considera que a ciência linguística deve dar novos passos, chegando ao que a linguagem tem de autodeterminante. Considerando que a linguagem é uma “energia viva”, não racional, não lógica, tampouco voluntária, sua tese é de que é o espírito de um indivíduo que determina a linguagem e suas mudanças. Por isso, ele discorda da ideia de Wundt sobre a psicologia ou a “alma coletiva” de um povo, segundo a qual esta influencia a fala individual. Para Vossler, é a alma de um homem que influencia os outros.

Na obra *Filosofía del lenguaje*, Vossler (1923:123-130) afirma que a linguagem é a “função vital do espírito”, e as formas fixadas nela são produtos deste espírito, visto que as estruturas da linguagem que pertencem ao plano objetivo têm relação com o plano subjetivo criador dos indivíduos, em outras palavras, o “espírito objetivo” vem do “espírito subjetivo”. E mais: o espírito subjetivo é o criador da linguagem e recriador também no espírito do receptor, pois, como ele diz (id:38) “el pensamiento idiomático es, en lo esencial, pensamiento poético; la verdad idiomática es verdad artística, es belleza llena de significación”, desta forma, todos nós somos poetas e artistas, ainda que simples.

Como o poder do espírito permite que a língua mude, o entendimento das mudanças através da história não deve partir apenas da análise das formas externas (ou do significante) de uma língua, mas também das formas internas (ou do significado) condicionadas aos fatores físicos, psíquicos e culturais que a fizeram mudar. Como o espírito criador da linguagem vem do indivíduo, este fato gera novas significações nas palavras e estas significações estão relacionadas com a eloquência, pois o “falar”, instrumento de comunicação, torna o indivíduo em ente social. Por isso, Vossler afirma (id:257): “La sociología del lenguaje tendrá, pues, que ocuparse esencialmente de este aspecto

eloquente.” Este aspecto significa que as palavras têm mais potência que as coisas que elas representam; além disso, as mudanças linguísticas ocorrem porque os indivíduos deixaram de ter interesse espiritual por determinadas palavras.

W. D. Whitney (1927-1894), na obra *A vida da linguagem* (1875), considera língua como uma “instituição concreta” formadora da civilização e varia em cada povo e em cada indivíduo, porque expressa uma mentalidade. Quanto à mudança linguística, ele observa (2010[1875]:118) que ela acontece para expandir e aperfeiçoar a expressão do pensamento; por isso, ele não concorda que as mudanças sejam “degenerações orgânicas”, mas, sim, expansões para se adaptarem a novos contextos comunicativos.

Elas ocorrem por acréscimos de vocábulos emprestados de línguas estrangeiras ou por eliminações visando à simplificação comunicativa. Também não faz sentido, para ele, conceber que as línguas sejam características das raças, porque, na verdade, as línguas se misturam, independentemente das etnias. Assim, “a língua não é propriedade do indivíduo, mas da coletividade”, já que ela é um meio de comunicação.

Robins (1983:182) observa que Ferdinand de Saussure (1857-1913) no *Curso de Linguística Geral* (1916), obra póstuma, considera a linguagem como criação individual sujeita ao espírito que a anima, mesmo com arbitrariedades e irregularidades, e que se relaciona com outros indivíduos. Assim, ele diferencia a *fala*, ato individual, da *língua*, sistema convencional, formalizando, portanto, duas dimensões no estudo da linguagem: a dimensão sincrônica e a dimensão diacrônica. Influenciados por Saussure, os linguistas do Círculo Linguístico de Praga, interessados em fonologia, concluíram que há fatores externos e internos que provocam as mudanças da fala: o contato entre as línguas, o bilinguismo, a

economia de esforço, os obstáculos do aparelho fonador que interferem na simetria fonêmica.

W. Wundt (1827-1834), na obra *Elementos de Psicología de los Pueblos* (1902), afirma (1926:2-52) que, assim como os fenômenos psíquicos são “productos de la coletividad”, a linguagem também o é, porque ela reflete os hábitos físicos e espirituais de um povo, seus produtos artísticos, suas misturas e transferências; daí sua crença na etnologia, que estuda a cultura dos povos, a qual pode auxiliar a psicologia e a linguística no entendimento das mudanças linguísticas, uma vez que as línguas existem em virtude da convivência e da influência espiritual dos indivíduos e, dependendo da história de cada língua, ou esta sucumbe ou se enriquece como consequência de fatores sociais e políticos, tais como guerras, invasões, dentre outros.

Otto Jespersen (1860-1943), ao contrário dos comparativistas, não considera que a linguagem seja um fenômeno independente, uma espécie de “substância” ou “organismo” que possa degenerar-se. Na obra *Humanidad, nación, individuo* (1947[1920]:17), defende que a linguagem é determinada socialmente: “Todos los seres humanos se sienten impelidos a buscar la sociedade de los demás, a sentirse a sí mismos en el trato com ellos, y en esto es en lo que el lenguaje auxilia”. Para ele, a linguagem, como uma atividade humana, é uma ferramenta dos indivíduos para serem compreendidos ou para, ao menos, poderem entrar em contato com os outros.

Essa linguagem, a qual representa a cultura e os membros dessa, permite a comunicação, que é constantemente trocada, embora exista uma heterogeneidade entre os indivíduos que se utilizam desta linguagem. Assim, ele observa (id:107) que existem a língua *standard*, o dialeto individual, além dos empréstimos vocabulares, como o que ocorre com a palavra *chocolate* que,

mesmo sendo de origem mexicana, é usada no francês *chocolat*, no italiano *cioccolata* e em outras línguas.

Friedrich Diez (1794-1876), o fundador da filologia românica, considerou um erro da antiga filologia buscar as origens das línguas românicas nas raízes do latim clássico. Para ele, o mais importante era analisar o latim vulgar dos romanos, embora ele tenha se utilizado do método comparativo, a fim de estabelecer semelhanças e diferenças entre as línguas românicas. (Cf. Cavaliere, 2000:99-102)

Diferentemente de Diez, Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936) deixou, em segundo plano, o latim vulgar dos romanos, abordando a linguística histórica das línguas românicas, apoiando-se no método comparativo do indo-europeu; daí, produziu gramáticas históricas de várias línguas românicas como a do francês, a do italiano, a do catalão.

Três de suas obras são consideradas fontes importantes: *Gramática das Línguas Românicas* (1890-1900), sendo que a terceira edição é de 1935, *Dicionário Etimológico de Línguas Românicas* (1911 e 1920) e *Introdução ao Estudo da Linguística Românica* (1901). Centralizando-se nos dialetos populares das línguas neolatinas, ele analisou seus traços morfológicos na compreensão das etimologias. Por isso, além de filólogo românico, foi um dos fundadores da Geografia Linguística, detalhando, com rigor científico, as línguas românicas.

Joseph Vendryes (1875-1960), no prefácio da obra *Le Langage* (1920), caracteriza a linguagem por ser um ato *fisiológico*, pois conta com a atuação de vários órgãos do corpo humano; *psicológico*, pois supõe uma atividade voluntária do espírito; *social*, já que é um meio de comunicação entre os

homens; *histórico*, porque apresenta formas variadas em épocas diferentes. Critica as leis fonéticas absolutas dos neogramáticos, afirmando (1950[1920]:51-58) que existem exceções ou fatores intervenientes nas mudanças fonéticas, os quais contribuem para manter, restaurar e eliminar determinados falares; estes fatores são os *empréstimos* e as *analogias*. Os empréstimos ocorrem porque as condições políticas e sociais determinam um povo a adotar a língua do vizinho; as analogias corrigem ou entravam a ação das leis fonéticas.

Ele também é contrário ao discurso biologizante de que a linguagem é produto da natureza que se desenvolve por sucessões evolutivas, seguindo um caminho retilíneo. O que produz a linguagem não é a natureza e, sim, as circunstâncias, uma vez que o homem utiliza-se dela para nomear os objetos, criando um vocabulário, no entanto a mudança fonética não parte de um único indivíduo: “Pour qu’un changement devienne la règle d’un groupe social, il faut qu’il y ait chez tous les individus du groupe une tendance naturelle à accomplir spontanément”, ou seja, a mudança linguística é de ordem social, porque é aceita pela comunidade e não imposta por um indivíduo.

Antoine Meillet (1866-1936), filólogo romanista, discordou das leis naturais da linguística do século XIX. Na obra *Linguistique Historique et Linguistique Générale* (1926-1948), que contém artigos publicados depois de 1905, defende (1948:113) que a linguagem reflete as variedades da estrutura social de um povo: “Aucune population n’est tout à fait homogène; chaque différenciation sociale a chance de se traduire par une différenciation linguistique.” Neste trecho, ele considera que as línguas, como fatos sociais, são realizações das várias classes sociais ou atos coletivos do trabalho, da religião, do esporte, dentre outros, daí os indivíduos recorrerem a vocabulários especiais.

Ele também observou (1948:319-322), por meio dos estudos românicos, que as línguas neolatinas como o francês, o espanhol, o português, o italiano, tomaram por empréstimo muitos vocábulos do latim, adaptando-os e inovando-os, trazendo alterações semânticas, ainda que dentro de seus limites geográficos próprios, ao mesmo tempo em que elas mantiveram uma unidade com o latim.

Edouard Bourciez (1854-1946) foi um dos filólogos romanistas que também se preocupou com o estudo da língua falada. Na obra *Précis historique de phonétique française*, cuja primeira edição é de 1921, Bourciez (1926[1921]: 32) explica que as mudanças linguísticas ocorrem por um movimento incessante chamado de *evolução fonética*. No caso específico da língua francesa falada, o foco da sua obra, analisando a história desta língua, ele observou (op.cit.: 13-16) que, dentre os dialetos regionais que existiam na França, entre os séculos IX e XIV, um deles, o dialeto de L'Ile-de-France, sobrepôs-se aos outros dialetos, atingindo o *status* de língua literária e, com o tempo, transformou-se no francês moderno.

Este francês moderno foi transformado por elementos populares e de empréstimo; os populares são o fundo sólido a partir do latim vulgar com derivações e composições, bem como de vocábulos germânicos de introdução antiga; os de empréstimo abarcam todas as *motssavants* ou vocábulos eruditos latinos ou gregos, além de outros estrangeiros aclimatados em outras épocas, tais como os vocábulos orientais, italianos, espanhóis, alemães e ingleses.

Em suma, observamos que os estudos histórico-comparativos do século XIX analisaram os diversos grupos de línguas como “organismos” que haviam passado por mudanças semelhantes, e que estes passaram de um estágio rico de formas e de expressões para um de relativa pobreza ou “degeneração”, enquanto que, nas primeiras décadas do século XX, a psicologia, a sociologia, a filologia

românica, e os posteriores trabalhos da dialetologia e da geografia linguística, ampliaram a visão sobre as mudanças linguísticas, considerando-as “fatos sociais” normais.

3.3. A recepção dos estudos linguísticos europeus no Brasil da época

Pretendemos, neste item, analisar o discurso dos intelectuais brasileiros sobre a variedade do português do Brasil à luz da linguística do século XIX e das primeiras décadas do XX, porque foi este ambiente que incidiu nas ideias linguísticas de João Ribeiro sobre o português do Brasil. No século XIX, os intelectuais não sabiam como definir a variedade brasileira do português, prevalecendo a tese da existência de um *dialeto brasileiro*, visto como uma “degeneração” da língua-mãe, a língua portuguesa de Portugal.

Nas primeiras décadas do século XX, estes pensadores brasileiros passaram a considerar o português do Brasil como língua portuguesa, em virtude das novas abordagens linguísticas culturalistas. Além desta análise, iremos explicar por que houve a demora em se considerar a variedade brasileira como língua portuguesa, já que havia teorias, as quais vimos nos itens 1.4 e 3.2, que poderiam provar a existência desta língua.

Pinto (1979:12-30) afirma que dois períodos caracterizaram o ambiente linguístico nacional: o primeiro período (1820-1920) mostra a instabilidade dos intelectuais em denominarem a variedade linguística do português do Brasil, pois ainda não havia clareza das características nacionais, prevalecendo a tese do dialeto. No segundo período (1920-1945), com os estudos dialetológicos, a geografia linguística, a psicologia e a sociologia, constatou-se o fato de que o português do Brasil era uma língua portuguesa. Estes períodos se refletem na *Grammatica Portuguesa* (curso superior) de João Ribeiro, que exemplifica a

afirmação de Aurox (2009:32) sobre o fato de que um instrumento linguístico é um fenômeno resultante da cultura de uma época.

No período de 1820-1920, deu-se início à valorização dos estudos sobre o português do Brasil o qual, desde o século XVI, vinha se diferenciando do português lusitano. A primeira vez em que foram discutidas as diferenças entre o português de Portugal e o do Brasil ocorreu em 1824-25, quando o Visconde de Pedra Branca realizou o primeiro estudo, embora sem caráter científico, das características linguísticas do português do Brasil, como a amenidade prosódica, o léxico e a semântica novos, o qual foi inserido, como contribuição de pesquisa, no *Atlas Etnográfico do Globo*, do francês Adrien Balbi.

A intenção de caráter nacionalista ocorreu, de fato, com Gonçalves de Magalhães, pois ele pretendia reformar a literatura brasileira, sem a influência dos padrões clássicos portugueses; Junqueira Freire desejava liberdade para a variedade brasileira, mesmo respeitando as formas clássicas do português. Gonçalves Dias também defendeu a modalidade nacional, discutindo a questão da língua escrita literária e da fala popular, embora reconhecesse o valor dos clássicos.

Macedo Soares tinha a mesma postura de Gonçalves Dias, entretanto não sabia como definir a língua do Brasil: “dialeto”, “língua brasileira”, “língua portuguesa falada no Brasil”, “língua portuguesa mais legítima”, “língua nova luso-brasileira”, “nossa atual linguagem”, mesmo realizando quinze anos de pesquisa de campo, entre 1874-1890, e levantando o léxico da província do Rio de Janeiro.

José de Alencar defendeu um “cisma gramatical”, rompendo com a norma portuguesa; ele acreditava que duas etapas viriam a ocorrer: na primeira,

a gramática nasceria do povo; na segunda, haveria o polimento da linguagem popular por meio dos escritores. Franklin Távora era o mais radical na defesa dos regionalismos; Joaquim Nabuco, por outro lado, repeliu os neologismos estilísticos de Alencar, preferindo a norma portuguesa.

Na segunda metade do século XIX, o português do Brasil ainda estava em processo de definição. Os puristas como Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, o próprio João Ribeiro, Carlos de Laet, Mário Barreto, Virgílio de Lemos, entre outros, consideravam que, no Brasil, havia um dialeto brasileiro, uma “degeneração” linguística que não poderia fazer parte do texto literário. Os dialetistas como Alencar, Távora e Taunay, por outro lado, defendiam que a fala popular deveria ser registrada na literatura nacional.

Sobrinho (1958:34-43) explica que houve também linguistas portugueses que defenderam a existência de um *dialeto brasileiro*: Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Ribeiro de Vasconcelos, José Joaquim Nunes, Mendes dos Remédios e Gonçalves Viana. Dos que eram adeptos de que no Brasil havia uma *língua brasileira*, podemos citar Monteiro Lobato, Edgard Sanches e Herbert Parentes Fortes. Para Monteiro Lobato, assim como o português originou-se do latim, o brasileiro originou-se do português, num processo de corrupção da língua-mãe.

Quanto ao período de 1920-1945, Pinto (id:13) afirma que foi o mais tenso de toda a história da língua portuguesa no Brasil. Ainda não se sabia como designar a língua do Brasil, por isso eram usadas várias expressões: *língua nacional*, *linguajar nacional*, *nosso linguajar*. Em 1935, houve um projeto de n. 136, apresentado à Câmara dos Deputados, para que a língua falada no Brasil se denominasse “língua brasileira”; como o Congresso foi dissolvido em 1937, adiou-se o projeto. Em 1946, o mesmo foi reapresentado, mas derrotado. O que

valia era universalização da *língua portuguesa* pela emenda n. 1378 para assegurar a unidade linguística, sintática e ortográfica.

No fim dos anos 20, alguns gramáticos passaram a aceitar as novas doutrinas culturalistas. Silva Ramos defende que a língua é um fato social que caracteriza a coletividade, referindo-se a W. Wundt, logo as peculiaridades regionais deveriam ser aceitas e, com o tempo, poderiam tornar-se um novo padrão. Por isso, Sobrinho (1958:45) explica que o léxico nacional numeroso, levantado pelos linguistas, era reflexo do meio social; as atividades econômicas e culturais das várias regiões do Brasil já possuíam vocabulário próprio que precisava ser valorizado e dicionarizado.

A maioria dos linguistas brasileiros passou a defender a liberdade da língua, valorizando o uso brasileiro; a minoria continuou presa à tradição. Neste período, optou-se pelo estudo dialetológico - conforme podemos verificar no artigo “Variações linguísticas: aspectos históricos”, de Marli Quadros Leite (2011) - em detrimento do antigo estudo filológico baseado em textos escritos. Dentre os pioneiros da dialetologia no Brasil, podemos citar Amadeu Amaral com a sua obra *O dialeto caipira*, publicada em 1920; embora ele tivesse uma metodologia de pesquisa para obter o retrato do dialeto brasileiro como um todo, este retrato não ocorreu, pois o território brasileiro era muito extenso.

Cândido Jucá Filho, também dialetologista, pretendia levantar o léxico e a fonética para construir uma gramática e um dicionário brasileiros de língua portuguesa, uma vez que havia a necessidade de dicionários de brasileirismos, de língua e de uma gramática expositiva. Mário de Alencar propôs tal ideia na Academia Brasileira de Letras em 1910; Laudelino Freire em 1924 apresentou novo projeto neste sentido e foi aprovado pela ABL. Em 1940, Antenor Nascentes retomou o seu *Dicionário Etimológico*, terminando-o em 1943.

Pinto (1979:33) observa que, entre 1920-1945, embora houvesse tentativas de se levantar as características linguísticas do Brasil, faltava fundamentação suficiente para esta tarefa. Entretanto, a questão da “língua brasileira” foi superada naquele momento: o português do Brasil passou a ser considerado, oficialmente, *língua portuguesa*, o que foi aceito por João Ribeiro, Sousa da Silveira, Freire da Silva e Cândido Jucá Filho.

Em geral, havia uma concordância dos linguistas brasileiros nos seguintes pontos: a) existem dialetos do português no Brasil; b) estes fenômenos precisavam ser estudados com profundidade; c) não é possível afirmar que haja um dialeto brasileiro; d) a estrutura da língua portuguesa no Brasil não foi modificada. (Cf. Sobrinho, 1958:42-43)

Se o que caracteriza uma língua é a sua estrutura, podemos verificar que a morfologia e os verbos básicos são os mesmos, os substantivos mais importantes e as expressões comuns não se diferenciam no Brasil e em Portugal. Portanto o que existe, de fato, é uma língua portuguesa do Brasil. Atualmente, há estudos de Marcos Bagno que procuram mostrar que a língua portuguesa de Portugal e a do Brasil estão cada vez mais distantes, dadas as diferenças, especialmente fonéticas e lexicais, as quais nos permitem antecipar que, daqui a alguns séculos, talvez tenhamos uma *língua brasileira*.

Em suma, os dois períodos analisados atestam o dilema em se conceituar a variedade linguística do português do Brasil. No primeiro período, filológico, dentro de um discurso naturalista, defendia-se a existência de um dialeto brasileiro. No segundo, linguístico, considerava-se o português do Brasil como língua, resultado de uma abordagem culturalista da linguagem.

A razão do dilema, que poderia ter sido solucionado com o embasamento teórico das novas ciências culturalistas, como a filologia românica, a geografia linguística, a sociologia e a psicologia social, é que estas não foram assimiladas, de forma homogênea, pelos linguistas brasileiros, os quais ainda encontravam-se presos ao naturalismo científico e ao método histórico-comparativo de Schlegel, Bopp, entre outros, do contrário aqueles já teriam considerado o português do Brasil como língua muito antes.

Outros fatores interferiram na demora para os linguistas brasileiros considerarem o português do Brasil como língua portuguesa, segundo observa Pinto (1979:45-46): falta de informação e formação linguística, pressa e ecletismo na adoção e aplicação de doutrinas estrangeiras, alusão ao nome de uma autoridade estrangeira para impressionar, causando falsa impressão de influência, tratamento da mudança da língua em termos de “evolução” e supervalorização da língua literária. Além disso, faltou conhecimento de outras línguas estrangeiras, em especial da língua alemã, para que pudessem entrar em contato com as ideias dos fundadores das novas teorias, os quais, na sua maioria, eram alemães.

Considerações parciais

No período entre 1820 e 1920, houve o interesse pelo estudo das diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal, visto que, com a independência do Brasil, em 1822, os intelectuais brasileiros, dentro do espírito nacionalista, se sentiram no dever de buscar, também, a independência linguística e literária. Por isso, defendiam que o português do Brasil deveria ser estudado e valorizado.

Mesmo com o conhecimento das diferenças linguísticas entre os dois países, a nacionalização da literatura e da língua não foi aceita por todos.

Alguns intelectuais consideravam que a norma-padrão da língua e o modelo literário portugueses eram os ideais por uma razão histórica. O que fugisse à norma era considerado “degeneração” linguística. Por isso, houve filólogos que defenderam a tese de que havia um *dialeto brasileiro* deturpado pelo povo, e esta variedade precisaria ser combatida por meio da disciplina gramatical.

O método histórico-comparativo, que via as palavras como “órgãos” passíveis de serem decompostos em elementos fonéticos ou morfológicos, levava os filólogos brasileiros a concluir que determinadas línguas ou evoluíam ou se degeneravam. Tal método não levava em conta que as línguas possuíam dialetos ou falares. Por isso, a norma brasileira, em comparação com a norma-padrão, era inadequada e essa visão prevaleceu até o final do século XIX.

No período entre 1920 e 1945, os estudos dialetológicos e os da geografia linguística mostraram que não havia um dialeto brasileiro geral que indicasse o surgimento de um novo idioma e, sim, dialetos regionais que se formaram por fatores sociais, psicológicos, antropológicos. A estrutura da língua continua sendo a portuguesa com características nacionais. Portanto, o idioma do Brasil é, por enquanto, denominada *língua portuguesa*.

João Ribeiro, que viveu na transição de um período para o outro, guiou-se por este horizonte linguístico, que o levou a analisar a variedade do português do Brasil ora como dialeto num primeiro momento, ora como língua portuguesa “enriquecida na América”, segundo ele mesmo havia dito, num segundo momento, muito embora ele tenha mantido o discurso determinista sobre as causas que agiram na formação da variedade brasileira do português. Veremos mais detalhadamente os linguistas que nortearam as concepções linguísticas de Ribeiro, quando analisarmos, na *Grammatica Portuguesa* (curso superior), os discursos naturalista e culturalista e verificarmos qual deles prevaleceu.

Capítulo IV – As correntes naturalista e culturalista na *Grammatica Portuguesa* (curso superior)

Introdução

Neste capítulo, analisaremos os conceitos linguísticos de João Ribeiro presentes em duas edições gramaticais, a 3ª edição (1889) e a 21ª edição (1930), os quais exemplificam duas *correntes* do gramático na compreensão da variedade brasileira do português: a primeira é *naturalista*, pois o leva a concluir que o português do Brasil é uma degeneração orgânica da língua-mãe, a língua portuguesa de Portugal; a segunda, *culturalista*, o faz perceber que existe, de fato, uma língua portuguesa enriquecida no Brasil, como consequência do contato entre os povos, e não mais como dialeto.

A constatação destas duas correntes se deve ao fato de que o gramático vivenciou as mudanças epistemológicas da filologia clássica, voltada para os estudos literários, com enfoque nos textos escritos da língua portuguesa e, posteriormente, no biologismo e no determinismo linguísticos, da qual Ribeiro era adepto, para a nova filologia (a linguística) de base culturalista, a qual estuda os fatores sociais que incidem na variedade linguística. Sobre isso, Swiggers (1998:8) observa que esta nova filologia passou por um “desdobramento pragmático” que incluiu novas disciplinas complementares: a sociolinguística, a psicolinguística, a geografia linguística, entre outras.

Entretanto, ao compararmos as duas correntes, concluimos que, na verdade, o gramático continuou preso ao discurso determinista, ou seja, ao de que o meio ambiente, a história e a origem racial do povo foram fatores que levaram a variedade brasileira do português a se diferenciar da portuguesa; Ribeiro inclusive defende que a prosódia lusitana é a forma ideal e mais correta do uso da língua. Partimos, portanto, da tese de que ele não mudou de uma

corrente para a outra, ainda que ele apresente ideias inovadoras do culturalismo, conforme veremos na análise comparativa.

Vimos, no capítulo I, que, da segunda metade até o final do século XIX, o pensamento científico foi marcado pelo evolucionismo, determinismo e positivismo, bem como pelo apogeu dos estudos linguísticos histórico-comparativos que levou vários filólogos brasileiros e portugueses a considerarem o português do Brasil como dialeto nacional deturpado da língua-mãe, deturpação esta causada pelo povo brasileiro mestiço.

Nas primeiras décadas do século XX, houve a revisão crítica do pensamento anterior, ampliando-se o horizonte científico por meio de explicações culturalistas da geografia linguística, da filologia românica, da psicologia e da sociologia, levando os intelectuais a concluir que existe uma língua portuguesa no Brasil com suas variedades regionais normais que representam a diversidade sociocultural do povo, sem ferir a estrutura desta língua. Porém, Ribeiro, mesmo se atualizando com este novo pensamento científico, mostra-se um homem do século XIX, um erudito e admirador da língua e da literatura clássica portuguesa, o qual idealizava que a norma linguística lusitana pudesse ser seguida no Brasil.

4.1. A corrente naturalista: o discurso evolucionista

Vimos que o *naturalismo* é um critério ultra-objetivo que considera as ações humanas como determinadas pela biologia, pelo meio ambiente social e pelas circunstâncias históricas. Veremos, nos trechos seguintes da 3ª edição (1889), que Ribeiro considera a variedade brasileira do português como um problema a ser resolvido, visto que, segundo sua concepção naturalista, esta

variedade degenerou-se por conta da mistura racial, do clima e da história colonial.

A saída para este problema, segundo ele, seria uma ação pragmática para elevar esta variedade, reformando-a e transformando-a em uma “verdadeira” língua portuguesa, tendo como modelo o português de Portugal. Por isso, ele acreditava em duas soluções: a educação do povo por meio da disciplina gramatical e literária, somada à melhoria racial via imigração estrangeira, dentro de um processo de branqueamento.

Vejamos, no trecho a seguir, a definição de Ribeiro sobre gramática:

Grammatica é a coordenação das fórmulas, leis ou regras, segundo as quaes uma lingua é falada ou escripta.

Esta definição é deduzida da observação dos factos da linguagem. A analyse revela que toda a lingua tem grammatica, porque os vocabulos que servem para a expressão das idéas, affectam variações de fórma, de collocação e de sentido susceptiveis de serem generalizadas, isto é, de serem construidas sob o typo de leis ou regras. O systema geral e abstracto destas leis constitue a *grammatica*. (GRM, p.1)

Aqui observamos que Ribeiro se inseriu no novo modelo pragmático do ensino da língua, proporcionando aos estudantes, e interessados em geral, uma base para o desenvolvimento de suas aptidões dentro de uma norma-padrão. Inserida na ciência positivista de Augusto Comte, o qual defendia que para mudar uma realidade social complexa era preciso estabelecer “atividades práticas” para o progresso, a gramática de Ribeiro nasceu a partir do projeto de Fausto Barreto para a reforma de ensino da língua portuguesa.

Esse projeto, de cunho científico e positivista, refere-se ao programa de língua portuguesa que engloba os assuntos comuns de uma gramática, a partir

do qual os gramáticos teriam um modelo estruturado para a produção das suas obras, o qual foi seguido por Ribeiro. As “fórmulas”, “leis” ou “regras” gramaticais, a que Ribeiro se refere no trecho, têm por papel apontar as relações entre as palavras, definindo-as e classificando-as com precisão científica, servindo como base para o bom uso da língua portuguesa.

Além das regras, no século XIX, dava-se importância ao conhecimento da história de uma língua e sua origem, conforme veremos a seguir:

Grammatica comparativa é a que estuda os factos comuns ou diferentes, em um grupo de línguas que têm a mesma origem.

Em geral, tanto o estudo histórico como o comparativo são inseparáveis e constituem o *methodo histórico-comparativo*, essencial á sciencia das línguas. No caso da língua portuguesa, os elementos *históricos* são fornecidos pelo latim, pelo portuguez antigo e pelas influências das línguas extranhas, em diversas épocas; os elementos *comparativos* acham-se na analyse das línguas romanas, o italiano, o francez e o hespanhol, que todas se originam do latim bárbaro da idade-média. (GRM,p.2)

A gramática comparativa foi fundada por Franz Bopp, o qual considerava que línguas como o grego e o latim não derivavam do sânscrito, sendo apenas modificações graduais de uma língua primitiva. Esse estudo inseriu-se num ambiente em que se buscava explicar a origem do passado germânico. No caso da língua portuguesa, esta pertence ao subgrupo *itálico*, pois ela se origina do latim vulgar, assim como outras línguas neolatinas.

Palavras do latim vulgar, como *prātum*, *bonitātem*, *māre*, *contrāriūm*, transformaram-se em *prado*, *bondade*, *mar* e *contraíro* (arcaico e popular) na língua portuguesa. Sobre as línguas “extranhas” que formaram o português, a partir do século XIII, Ribeiro (1889:169) se refere às palavras de origem estrangeira, por exemplo as do francês (*tiragem*, *obra-chefe*, *sangue-frio*, *blusa*,

paletó), do italiano (*pasquim, dueto, aquarela*), do céltico (*penha, duna, branco, Setúbal*), do hebraico (*aleluia, hosana, querubim*, plural de *cherub, maná, sábado*), do russo (*estepe, versta, caleche*), dentre outros. Sua intenção foi mostrar que o conhecimento da origem da língua portuguesa é importante para a compreensão do estudo etimológico das palavras.

Sobre o método histórico-comparativo, este forneceu as bases científicas para classificar as línguas pela genealogia e pela região a que pertenciam; a genealogia estuda o grupo ou família da qual determinada língua originou-se, enquanto a região separa as línguas por zona, identificando o parentesco entre elas e classificando-as em famílias linguísticas. Esta classificação tornou mais segura a análise da formação de uma língua; por exemplo, a língua portuguesa pertence à família das línguas indoeuropeias, as quais se dividem em subgrupos: o itálico, o indiano, o iraniano, o céltico, entre outros.

A respeito da fonologia histórica ou fonética histórica, a qual estuda a evolução dos sons vocabulares, desde a época latina até a formação da língua portuguesa atual, Ribeiro afirma que esta “evolução”

foi organica, isto é, operou-se sob o regimen das causas naturaes e inconscientes da degeneração das linguas. (GRM, p.7)

Ao se referir à tendência “desagregadora” do idioma, afirma também que

a acção erudita tem concertado os destroços desta tendência, mas arbitrariamente o povo diz: kelemente, kilaro, baravo e bravo, periquito e prequito, tatara-avô e tetra-avô, caravelho e cravelha (...). (GRM, p.54)

Segundo o darwinismo evolucionista, o termo “evolução” tanto pode referir-se a um estágio degenerativo das espécies viventes como a um regenerativo. Da mesma maneira, o gramático considera que as línguas passam por determinadas evoluções. Ribeiro, ao constatar que a língua portuguesa passou por uma degeneração, pretende que haja um controle para impedir esta decadência por meio da cultura erudita; o conceito de “degeneração” da língua, apresentado pelo gramático, baseia-se em A. Schleicher e F. Schlegel, os quais consideravam que as línguas, em geral, são “organismos vivos” compostos por um “tecido orgânico” ou por formas passíveis de mudança com o passar do tempo.

Por isso, entendia-se que as línguas fatalmente nasciam, cresciam, evoluíam, declinavam e morriam. Por isso, na concepção do gramático, é preciso evitar a “desagregação” da língua portuguesa por meio de uma “acção erudita”, de maneira a corrigir os “destroços” da tendência degenerativa do idioma causada pelo povo. E, de fato, tal ação já havia ocorrido a partir do século XV com os escritores clássicos portugueses que transformaram determinados vocábulos arcaicos em formas latinizadas.

Ribeiro (1889:179) exemplifica que os vocábulos do período arcaico, entre os séculos XII e XV, como *increo* ou *doroso*, considerados pobres, até porque, neste período, a língua portuguesa possuía uma instabilidade de formas e características diferenciadas do português moderno, foram substituídos pelas formas latinizadas *incrédulo* e *doloroso*. Com a cultura gramatical iniciada por João de Barros e Fernão de Oliveira, além da disciplina literária clássica – com Luís de Camões, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Gil Vicente, Fernão Lopes, Diogo Bernardes - a língua portuguesa foi tomando novas formas consideradas ricas.

Na obra *Lições de Filologia Portuguesa*, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1912:279) explica que a língua portuguesa foi enriquecendo-se depois das grandes navegações marítimas pela África, pelas Índias Orientais, pelo Brasil e depois do renascimento dos estudos clássicos, com numerosas palavras novas, latinas e exóticas. Ela também estava de acordo com a ideia de que a língua portuguesa transformou-se *organicamente* a partir do latim vulgar, observando que este latim possuía tendências como clareza, economia de esforços e expressividade.

Ribeiro pretendia, também, que a cultura erudita portuguesa tivesse o mesmo objetivo no século XIX, o de manter a pureza do idioma, inclusive no Brasil, pois ele percebeu que a variedade brasileira do português estava se diferenciando da língua-mãe, na sua concepção, a língua portuguesa original.

Outro aspecto que o gramático observa na língua portuguesa é que esta segue as leis fonéticas, como vemos no trecho a seguir:

A phonetica é o conjunto das leis que regulam as transformações dos sons, no vocabulo. As letras, os sons, não se transformam arbitrariamente, obedecem a principios certos e determinados. O grupo latino *pl*, por exemplo, transforma-se regularmente em *ch*: *pluvia*, chuva; *planus*, chão; *plorare*, chorar; *plicare*, chegar. (1)

A *phonetica* seria um manancial de erros e disparates, se sobre o elemento material dos sons não reconhecesse a preeminencia do espirito.

Assim, contra a força material da degeneração e alteração physiologica do vocabulo, oppoem-se a força psychologica restructora e a analogia. A analogia contraria as tendencias de alteração. Assim, o diphtongo *eu* que ocorre nos vocabulos *teu*, *seu* (*tuus*, *suus*) é devido á analogia que o creou, sobre o typo de *meu* (*meus*).

A cultura litteraria é tambem uma força opposta á degeneração phonetica; as fôrmas *segre*, *fremoso*, da lingua antiga, foram reconstruidas nos typos *seculo*, *formoso*, mais proximos do latim.

(1) Vide as *leis phoneticas* mais notaveis na Lição III, onde foram expostas. (GRM.P.163)

Estas leis ou princípios, considerados constantes na evolução linguística, fizeram com que a Linguística passasse a ter *status* de ciência constituída, assim como a Biologia, a Física e a Química; por meio destas leis, chegou-se a conclusões precisas sobre a mudança das línguas. É por isso que, no prefácio da 3ª edição, Ribeiro trata da *Nova Filologia*, também denominada Linguística ou Glótica, diferenciando-se da Filologia tradicional que estudava textos antigos.

A tese das leis fonéticas foi desenvolvida por Schleicher na obra *A teoria darwiniana e a linguística* (1863); foi nesta obra que o linguista afirmou que, na mudança linguística, as leis eram regulares tais como: a lei do menor esforço, a lei da permanência da consoante inicial e a lei da persistência da sílaba tônica. Por isso, o gramático afirma:

O lexico portuguez constituiu-se, em geral, de vocabulos que obedecem aos principios da phonetica. (GRM.p.166)

Por obedecer aos princípios da fonética, as palavras da língua portuguesa oriundas do latim, na sua maioria, mantiveram certa regularidade como em *sanar* > sanare, *sigilo* > sigillum, *facto* > factum, *recitar* > recitare, diferentemente do que ocorreu com os vocábulos populares – que não obedeceram aos princípios fonéticos – como em *sarar*, *sello*, *feito*, *rezar*. Entretanto, os neogramáticos como Brugmann e Paul, embora concordassem com as leis absolutas, apresentaram novas hipóteses sobre a mudança linguística, desta vez focando no porquê das irregularidades, também denominadas analogias, as quais são de caráter psicológico.

A analogia, para Ribeiro, também é uma forma de não se destruir uma língua, porque ela segue uma lógica por comparação. O gramático (1889:11-12) conceitua analogia como “força de systematização, e por isso reduz ao *minimum* possível a variabilidade de fórmulas e de expoentes morfológicos”. Por outro lado, ele diz que a analogia também pode operar como força criadora.

Nas observações do trecho selecionado, as quais sintetizaremos aqui, o gramático não desconsidera o fator espiritual na mudança fonética, baseando-se em Humboldt, o qual levantou a hipótese metafísica de que a capacidade da linguagem humana origina-se no espírito e, por meio desta linguagem, exprime-se a alma nacional. Outros linguistas alemães como Herder, Bopp e Grimm também trataram do sentido espiritualista da linguagem, relacionando-o ao passado germânico, com a finalidade de enaltecer os valores nacionais.

Ribeiro também trata da força psicológica reconstrutora que se refere à consciência do falante do que é correto numa língua; se o falante tem esta consciência, evitar-se-ia a degeneração linguística. Por isso, a cultura literária auxilia nesta conscientização, pois, na concepção do gramático, por meio da leitura dos clássicos, qualquer pessoa estaria cultivando um padrão ideal de linguagem que não alteraria a língua vernácula portuguesa.

No caso da variedade do português do Brasil, o gramático a vê como uma degeneração causada pelo povo, o qual não tem consciência das inadequações linguísticas que comete. Por exemplo, ao se referir à fonética brasileira, afirma (id:203):

(1) Taes observações extrahimol-as *ipsis verbis* da *Gramm.* de Epiphanyo Silva que por ser portugueza consigna a prosodia verdadeira da língua. A prosodia brasileira só em parte obedece a essas regras. (GRAM.p.203)

Nesta nota de rodapé, Ribeiro faz referência à conjugação do verbo *ferir* no presente do subjuntivo, mostrando que as formas *fira, firas, fira, firamos, firais, firam* possuem uma regularidade na conjugação em todas as pessoas, exemplos estes presentes na gramática de Epifânio da Silva Dias. No entanto, Ribeiro observa que nem sempre esta regularidade é seguida no Brasil, pois há brasileiros que conjugam a primeira pessoa do plural como “que nós firemos”. Por isso, ele afirma que o prosódia portuguesa é a correta, mas a brasileira não, o que nos leva a concluir que Ribeiro considera a língua portuguesa de forma homogênea, ou seja, ela é uma só e existem regras que precisam ser seguidas tanto em Portugal como no Brasil, do contrário a língua degenera-se.

Acerca da “degeneração” morfológica, o gramático observa que

as palavras, em geral, corrompem-se mais profundamente pela terminação. Por isso é que se perderam os casos em língua tão corrompida como devia ser o latim falado pelos estrangeiros bárbaros. (GRM, p.114)

Nesse trecho, Ribeiro está se referindo ao desaparecimento da declinação latina nas línguas românicas, com exceção do romeno, em virtude da tendência analítica que já ocorria no latim bárbaro ou vulgar. Esta tendência substituiu as flexões dos casos pelo uso das preposições, como podemos observar nos seguintes exemplos: *dedi ad patrem* no lugar de *dedi patri*; *liber de Pedro* e não mais *Petri liber*.

Com o passar do tempo e com as mudanças linguísticas, os falantes não se recordam mais dos elementos ou afixos que formavam, originalmente, os vocábulos, embora haja “vestígios” deles, como nos pronomes pessoais da língua portuguesa que conservaram vestígios da declinação e de caso latinos, exemplificados pelo gramático (1889:91): *ego-eu; mihi-mim; me-me; mecum-*

com-migo; nos-nós; nos-nos; noscum-com-nosco; ille-elle; illa-ella; ilhos-los; outro exemplo (id:73) refere-se à origem da palavra *marmota* que provém de *murem montis* (rato dos montes).

Quanto à constituição do léxico português, Ribeiro afirma:

Outras forças concorreram para a formação do lexico; a introdução de elementos estrangeiros, a formação erudita de muitos vocabulos e a derivação realizada no próprio seio da lingua. (GRM, p.166)

Nesse trecho, Ribeiro explica que a língua portuguesa acrescentou elementos que a formaram. Como o gramático é adepto do conceito de língua como “organismo”, os elementos formadores das palavras são “órgãos” que exercem determinadas funções, as quais contêm um sentido. Ao explicar (1889:69) a palavra *semideuses*, por exemplo, ele a divide em três órgãos: *semi-deus-es*; *semi* significa metade, *deus* é a raiz da palavra que contém a ideia principal e *es* é a pluralidade do ser.

Com o passar do tempo, muitos elementos estrangeiros colaboraram para a formação da língua portuguesa. Por exemplo, os vocábulos germânicos nos legaram *elmo, arauto, guerra, marchar*; os árabes, *alfândega, álgebra, açúcar, xadrez, laranja*; os franceses, *chapéu, chefe, boné, etiqueta, elite, blasé*; os italianos, *soneto, concerto, allegro, piano, gazeta, paladino*.

Dos ingleses, herdamos *sport, club, lord, high-life, gentleman*, usados com a grafia própria nos séculos passados; dos alemães, *nickel, quartz, valsa, wagon, talweg*. Os vocábulos espanhóis fundiram-se com os elementos vernáculos dada a semelhança entre eles, *palomita, hediondo, trecho, seguidilha, castanhola, bolero, habanera, savana, el-dorado*. Também houve

contribuições do céltico, do hebraico, do russo, do húngaro, do turco, do persa, dos asiaticismos e dos americanismos.

Sobre a força da “formação erudita” no desenvolvimento lexical do português, Ribeiro (1889:177) observa que os escritores, na época renascentista, reformaram vários vocábulos e corrigiram os “defeitos” da linguagem, organizando a gramática, ou seja, se antes havia os vocábulos antigos *livridoe*, *sanhudo*, *companhom*, *lidimo*, *maginar*, com a reforma erudita estes vocábulos transformaram-se em *livramento*, *irado*, *companheiro*, *legítimo*, *imaginar*.

Acerca da “derivação” no próprio seio da língua, Ribeiro (id:155) observa que a língua portuguesa é dotada de todos os processos de derivação rica de sufixos, formando um número incalculável de vocábulos de todas as categorias gramaticais. Ele também diz, na mesma página, que mais de um terço do léxico de qualquer língua romana consta de formações originais de cada língua, embora estas formas baseiem-se em elementos já existentes no latim ou no grego.

É o caso dos substantivos terminados em *ade* do latim, criamos *vontade* (voluntatem), *liberdade* (libertatem), *leviandade*, *mortandade*; os nomes em *mento* do latim como *fragmento*, *pensamento*, *andamento*, *conhecimento*, *sentimento*; os nomes em *ão* do tipo latino *mansidão* (mansuetudinem) deram origem a formações numerosas como *escravidão*, *negridão*, *escuridão*.

Passando ao tema da sintaxe da colocação pronominal, Ribeiro afirma:

Os pronomes oblíquos *me*, *te*, *se*, *lhe*, *nos*, *vos* chamam-se *enclíticos* quando são collocados depois do verbo.

Diga-*lhe*.

Arrependi-*me*. (GR.p.276)

O trecho acima refere-se a uma das regras da colocação pronominal, a do uso do pronome após o verbo que inicia a frase, entretanto o gramático não faz qualquer observação sobre o uso desta colocação no português falado do Brasil, isto porque, como gramático, Ribeiro pretendia uniformizar a língua portuguesa a qual, para ele, era uma só. E como o objetivo da sua gramática era pedagógico, ensinando as regras de forma pragmática, ele não quis discutir as diferenças da colocação pronominal entre Portugal e Brasil.

Entretanto, em nota de rodapé, Ribeiro (1889:278) aconselha os leitores da sua gramática a pesquisarem a sua *These de concurso* (1886) na qual defende que o Brasil deve seguir sua própria colocação pronominal. Esta contradição explica-se pelo ambiente linguístico da época, pois, ao mesmo tempo em que era necessário seguir as regras gramaticais, dentro do enfoque positivista, havia a consciência de que, no Brasil, existiam características linguísticas peculiares, ou seja, no papel de gramático ele é conservador, mas na tese que apresentou e em outras obras não gramaticais ele é inovador.

Sobre a definição de língua portuguesa, temos:

Língua portugueza, no sentido restricto da expressão, é a lingua falada e escripta na região européa conhecida sob o nome de Portugal. (GRM, p.306)

Aqui, Ribeiro considera que a verdadeira língua portuguesa é a de Portugal, considerada a “língua-mãe” – expressão esta criada por F. Bopp para referir-se às línguas que teriam originado as “línguas-filhas” – que entrou na sua fase histórica a partir do século XVI, definindo-se por meio de formas regulares fixadas pelos primeiros gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros, bem como aperfeiçoando-se pela literatura clássica. Na obra *Paginas de Esthetica*, Ribeiro (1905:117) observa que a fisionomia e a perfeição da língua portuguesa

foram alcançadas com muito custo e tornou-se imortal com os Camões e os Vieiras.

Acerca da definição de dialeto, o gramático afirma:

O dialecto brasileiro - o impropriamente chamado dialecto é constituido pela linguagem portugueza falada no Brazil. Distingue-se por differenças notaveis de prosodia e de syntaxe, por um vocabulario novo de termos tupis-guaranis e africanos. A reacção litteraria de dous seculos nunca pôde obstar nem diminuir a dialectação do portuguez no Brazil. (GRM, p.306)

No trecho acima, percebemos que Ribeiro não define com precisão o *status* da variedade do português do Brasil, porque, por um lado ele considera impróprio chamar esta variedade de “dialeto brasileiro”, por outro, não afirma que é uma língua portuguesa e, sim, uma “linguagem portuguesa falada”. No entanto, como veremos no próximo trecho da p.310, o gramático opta por considerar que a língua portuguesa no Brasil sofreu dialeção. Inclusive, no *Diccionario Grammatical*, ele (1889:74-75) explica no verbete “Brazileirismos” que o português do Brasil é um dialeto mestiço como consequência da miscigenação racial entre índios, portugueses e africanos.

O fato de Ribeiro considerar que há um dialeto deve-se ao ambiente científico que considerava determinadas mudanças linguísticas como um processo degenerativo de uma língua original, no sentido darwiniano. Por isso, a variedade brasileira do português seria uma “deturpação” da língua portuguesa original. Rui Barbosa, por exemplo, revoltou-se com a existência do *dialeto brasileiro*, dizendo que este abarca todas as mazelas e corruptelas do idioma que herdamos, é uma “forma de relaxação e de desprezo da grammatica e do bom gosto”. (Cf. Ribeiro, 1905:155)

O Pe. Francisco Leme Lopes (1964:4-13) observa que Carlos de Laet defendia o português de Portugal e era contra as “forças desagregadoras” do idioma, defendendo os melhores escritores da língua. Macedo Soares (1943:73), num dos artigos filológicos da obra *Estudos Lexicográficos sobre o Dialeto Brasileiro*, que data do ano de 1880, defende que há um dialeto brasileiro, embora ele observe que ainda não se havia apurado o valor científico deste termo.

Para Soares, o uso da palavra *dialeto* é menos incorreto do que usar “língua brasileira”, expressão “demasiado pretensiosa” se se quer distinguir o português falado em Portugal e o falado no Brasil, pois ele tem consciência de que há vínculos linguísticos entre os dois países. Como havia um impasse para precisar o português do Brasil, Ribeiro preferiu considerar o português do Brasil como dialeto, seguindo a opinião de vários intelectuais.

Sobre as causas da formação do dialeto, Ribeiro parte do determinismo científico:

A dialectação que soffreu a lingua portugueza no Brazil foi devida a um grande numero de factores elementares. As novas necessidades da vida colonial, as condições climatericas e topographicas, as relações constantes com os povos originarios indios e com os africanos, que desde cedo foram introduzidos no paiz, deram em resultado uma alteração muito notavel na lingua. A estes factores juntem-se outros elementos esporadicos, como o povoamento das fronteiras por povos castelhanos, a disseminação dos ciganos expulsos de Portugal, e ter-se-há o esboço bem claro de todas as influencias que poderia soffrer qualquer lingua. (GRM, p.310)

A ciência determinista surgiu na segunda metade do século XIX com o historiador e filósofo francês Hipolyte Taine, o qual considerava (1967:434) que, para se alcançar o conhecimento de um fenômeno, era necessário compreender como certos elementos combinam-se mecânica e sucessivamente formando um todo; em outras palavras, para Taine, as ações humanas estão condicionadas ao meio ambiente, à raça ou origem genética e ao momento histórico.

No livro *História do Brasil* (1900), Ribeiro analisa que o país, por ser um território colossal, com muitas planícies e planaltos, dificultou a comunicação entre as regiões, colaborando para com a formação do dialeto e desagregando a língua portuguesa. Esta língua, que aqui chegou no século XVI, com os lusitanos, foi transformando-se em virtude da influência dos tupinismos e dos africanismos, fazendo surgir uma língua diferenciada da de Portugal, no entanto Ribeiro não considera esta nova língua como portuguesa, mas sim como um dialeto.

As necessidades da vida colonial a que o gramático se refere no trecho é o momento histórico no qual os portugueses, a partir de 1500, vieram ao Brasil para estabelecer uma estrutura econômica escravocrata para a exploração de fontes de riqueza. No início, os índios foram escravizados, porém o tráfico negreiro mostrou-se mais lucrativo para os portugueses. Esta estrutura econômica levou os portugueses, os índios e os negros a conviverem, formando um povo miscigenado o qual transformou, com o passar dos séculos, a língua portuguesa, dando a esta uma nova feição, a de um “dialeto mestiço”. É o que veremos a seguir:

Todos os factores citados crearam na lingua portugueza aptidões novas para derivar termos, e construir sentenças, modificaram a prosodia e

deste modo constituem um dialecto *mestiço*, resultante de origens tão complexas. Vide no Diccionario grammatical do auctor os artigos *brazileirismo*, *negro* (elemento), *tupiguarani* etc. (GRM.p.310)

Ribeiro, nesse trecho, sugere aos leitores da gramática a pesquisa ao *Diccionario Grammatical* (1889) para o entendimento destas “aptidões novas” que formaram o dialeto mestiço. Tais aptidões referem-se aos brasileirismos, aos africanismos e aos indianismos; no verbete *brasileirismos*, o gramático (op.cit.:77) observa que os vocábulos *tumar*, *canúa*, *qui*, *pésar*, *botar* são divergências que possuem valor de dialeto; no verbete *negro* (*elemento*), ele se refere à influência das línguas africanas introduzidas no Brasil, considerando que os africanos “estropiam o portuguez”.

Ele (id:321) exemplifica este fato observando, nas línguas do bantu, que existe a concordância por aliteração como no exemplo *z’ere z’mandou z’dizê* (ele mandou dizer), forma degenerada na sua visão. Além disso, mostra que muitos vocábulos do português do Brasil surgiram de derivações africanas. Por exemplo: *matungo* (vagaroso) é derivado do verbo *cutungo* (parar) e *muqueca* (alimento) deriva do verbo *canca* (frigir).

Sobre o verbete *tupi-guarani*, o gramático considera que existem “deformações das palavras portuguesas ou hespanholas que foram adoptadas pelos índios.” Os índios adotaram as palavras, mas as destruíram; por exemplo, a palavra *cabará* (*cabra* em português) é pronunciada desta maneira pelos índios porque não existem os sons *br*, *tl*, *cl*, etc. no tupi-guarani, conforme está explicado (id:442) no dicionário.

Para Ribeiro, portanto, não houve um enriquecimento da língua portuguesa, pois, se afirmasse isso, consideraria que o português do Brasil sempre foi uma língua. Segundo ele, o que existe, de fato, é um *dialeto mestiço* como consequência dos fatores já apresentados. Por isso, ele prefere dizer que este dialeto possui “aptidões novas”.

No trecho seguinte, Ribeiro apresenta soluções para o desaparecimento do dialeto:

Das causas que favoreceram a dialectação do portuguez na America, duas tendem a aniquilar-se, e são o elemento tupi e o africano, que vão desaparecendo pela extinctão da immigração negra e pelo caldeamento das raças. A estas tendencias de dissolução se deve juntar a reacção culta e litteraria que procura approximar a linguagem das fontes vernaculas e classicas.

Em compensação, a immigração de outros povos estrangeiros torna-se cada vez mais intensa, sobretudo nas provincias do sul, onde já são familiares muitos vocabulos do italiano e do allemão. A mais facil previsão autorisa crêr, que dentro de um seculo, o sul do Brazil destruirá a unidade ethnica da patria brasileira, se outras circumstancias não se oppozerem á evolução que já vai notando desde agora. (GRM.p.310)

Ribeiro expõe sua intenção, e a de vários intelectuais brasileiros do final do século XIX, não só de arianizar o povo brasileiro por meio do branqueamento étnico, mas também transformá-lo num povo culto e desenvolvido, uma vez que eles consideravam que a origem do atraso socioeconômico do Brasil estava na mestiçagem dos brasileiros e no seu analfabetismo, por isso Ribeiro e sua geração guiaram-se pela filosofia positivista para encontrar soluções que fizessem o Brasil progredir. Segundo o positivismo de A. Comte, quando há um “conflito mecânico” numa sociedade,

determina-se uma seleção natural pela eliminação do “organismo” mais “imperfeito”, sobrevivendo o mais “perfeito”; desta forma, faz-se um ajuste para se alcançar o progresso. (Cf. Comte, 1967:430)

Conforme Darcy Ribeiro (2006:127-149), na transição entre os séculos XIX e XX, o número de índios e de negros tinha sofrido uma queda populacional; a desindianização ocorreu devido à dizimação da maioria das tribos, bem como a morte dos índios em virtude de doenças; a desafricanização também ocorreu com a proibição do tráfico de escravos, reduzindo o número de africanos no Brasil. Esta informação é exposta pelo gramático no trecho selecionado. Assim, João Ribeiro considera que a raça branca, representada pelos italianos e alemães, que estavam imigrando para o Brasil entre o final do século XIX e o começo do XX, dissolveria a etnia mestiça brasileira, considerada como um “organismo imperfeito”.

Além disso, o gramático defende que, por meio da educação ou da cultura erudita, poder-se-ia polir a linguagem do povo, aproximando-a da norma portuguesa, a língua portuguesa de Portugal, considerada por ele como a variedade ideal e correta. Desta forma, o dialeto deixaria de existir. Em geral, vemos que João Ribeiro e outros intelectuais, como Sílvio Romero, pretendiam *construir* uma nação unificada, já que havia uma heterogeneidade racial, vista como uma das causas do atraso brasileiro, pois os mestiços teriam características étnicas negativas ou “vícios”, tais como a preguiça, a apatia, o conformismo; logo, a solução encontrada foi “branquear” a nação.

4.2. A corrente culturalista: o discurso social

Conceituamos, no capítulo II, o culturalismo como o critério de inclusão dos fatores sociais para a compreensão dos fenômenos linguísticos, fugindo ao determinismo fatal do meio, da raça e do momento histórico. No entanto,

veremos, na 21ª edição (1930), até que ponto Ribeiro tem uma postura renovadora em relação à variedade brasileira do português, já que ele passou a considerá-la uma língua portuguesa, tendo em vista os estudos dialetológicos, os quais apontaram que não havia um dialeto nacional, mas, sim, dialetos regionais que não afetaram a estrutura da língua portuguesa, língua esta dominante em todo o país.

Além disso, os estudos de filologia românica mostraram que o português falado no Brasil apresentava os mesmos fenômenos encontrados no latim vulgar. Logo, todos estes estudos levaram o gramático a concluir que existia, de fato, a língua portuguesa no Brasil enriquecida através dos séculos, no entanto, veremos que, em determinados assuntos, ele continua conservador.

O primeiro trecho a ser analisado é sobre o conceito de gramática.

Grammatica é a coordenação e exposição das regras da linguagem. (GRM.p.9)

Diferentemente do conceito de gramática exposto em 1889, no trecho acima, Ribeiro não afirma que as regras gramaticais são “leis” ou “fórmulas”. Nas observações que ele faz, logo após o conceito de gramática, as quais sintetizaremos aqui, diz que as regras referem-se às relações lógicas entre as palavras e conhecê-las é importante como base para a expressão do pensamento, entretanto tais regras não são “imperativas”, porque ele tem consciência de que os indivíduos que falam e escrevem uma língua usam-na em variadas situações e não seguem todas as regras à risca.

Este novo conceito de gramática baseia-se em Whitney, autor de *A vida da linguagem* (1875) na qual este defende a língua como prática social, sujeita a variações, as quais ocorrem pela necessidade de expansão do pensamento e da

comunicação e nem sempre seguem as regras gramaticais; estas últimas representam apenas uma ferramenta para que os indivíduos possam expressar seus pensamentos da melhor maneira possível.

Acerca da gramática comparativa, Ribeiro afirma:

Grammatica comparativa, que é hoje a verdadeira grammatica geral, é a que estuda os factos communs ou differentes, em grupo de linguas que têm a mesma origem.

Tanto o estudo *historico* como o *comparativo* são inseparaveis e constituem applicações do methodo historico-comparativo, essencial á sciencia das linguas. No caso da lingua portugueza, os elementos *historicos* são fornecidos pelo latim, pelo portuguez antigo e pelas influencias das linguas estranhas, em diversas épocas; os elementos *comparativos* acham-se na analyse das linguas romanas, no italiano, no francez, no espanhol, que todas se originam do latim barbaro da idade media ou *latim vulgar*.

A *grammatica geral* ou *philosophica*, de antigo teor, tem já caído em desuso. Comtudo, não é um estudo esteril quando se funda no conceito de *historia* e da *comparação* hoje indispensavel no estudo superior das linguas.

Embora o trecho acima seja a reprodução do que ele havia dito em 1889, acrescenta que o estudo da gramática histórico-comparativa continuou tendo importância nas primeiras décadas do século XX. Nas “Notas Finaes” da gramática, Ribeiro (1930:489-490) diz que adotou, nas suas aulas, o método histórico-comparativo para a análise dos vocábulos, a formação histórica destes, os elementos morfológicos e prosódicos, a boa pronúncia, a semântica e o emprego sintático.

Ainda nestas notas, ele explica que as doutrinas gerais da análise lógica das frases, valorizadas pela gramática geral ou filosófica do século XVIII, não foram incluídas na sua gramática, pois ele considera que tal ensino é “inútil e insignificante”, por não ensinar, de forma pragmática, o idioma.

Sobre as diferenças fonéticas entre Brasil e Portugal, diz o gramático:

A *prosodia* portuguesa normal não é seguida no Brasil, que tem prosodia nacional algo distinta da européa. No lugar proprio assignalamos as distincções mais características. (GRM.p.12)

Aqui, Ribeiro, numa postura conservadora ou purista, continua defendendo o conceito de “língua-mãe”, a língua portuguesa de Portugal, porque ele afirma que a prosódia lusitana é “normal” porque correta, mas a prosódia brasileira não é. Contraditoriamente, na obra *Auctores contemporâneos*, o gramático (1902:31-33) sente-se livre em afirmar que a pronúncia portuguesa jamais poderia ser adotada no Brasil, pois seria “caricato”. Mesmo defendendo a língua-mãe no trecho acima, o gramático não deixa de mencionar os estudos dialetológicos brasileiros que se iniciaram no começo do século XX, os quais mostraram as características prosódicas do português do Brasil:

A *phonetica* ou prosodia nacional tem merecido a atenção de varios escriptores nossos. Mas não ha ainda um systema integral da prosodia brasileira, por isso mesmo que ella é muito variavel com os lugares do extremo territorio. São, entretanto, dignos de nota nesta especie algumas contribuições excellentes: *Repasse critico* de Martinz de Aguiar (para a região do Norte), o *Linguajar carioca* de Antenor Nascentes, o *Dialecto caipira* de Amadeu Amaral, a *Geringonça* de R. Pederneiras e outras observações menos systematicas e avulsas de estudiosos e philologos nas revistas e folhas periodicas, taes as de C. Jucá Filho.” (GRM.p.17- nota de rodapé)

Nesse trecho, Ribeiro, de forma inovadora, faz referência aos primeiros dialetologistas brasileiros, começando por Martins Aguiar. No livro *Repasse crítico da gramática portuguesa*, Aguiar (1922:24) observa que a língua

portuguesa tinha que sofrer alterações e, pela fonética descritiva, viu-se que elas aconteceram, em todo o território brasileiro, em virtude do contato com as línguas africanas, indígenas, pela mestiçagem e pelo meio físico.

As mudanças também são consequências das “más percepções” que levam o indivíduo a transformar completamente as palavras. Daí, Aguiar ser partidário da teoria de Vossler de que os fenômenos fonéticos são conscientes como criação ou inconscientes como evolução. Aguiar também criticou os foneticistas os quais, atraídos pelas leis fonéticas, tinham desprezado este ponto fundamental das más percepções. Por exemplo, a palavra *fósforo* reduziu-se a *fofe*, tanto em Portugal como no Brasil, e *fofe* originou *fosco* no dialeto caipira, resultado da má percepção.

Antenor Nascentes, no livro *O linguajar carioca* (1953[1922]), explica que, no caso do português falado no Brasil, há tendências modificadoras e conservadoras, estas últimas representadas pelos arcaísmos, como consequência da imigração portuguesa, pelo combate ao analfabetismo e pelo estudo dos clássicos portugueses. Por isso, Nascentes (op.cit.:16-17) não concorda com a tese de Leite de Vasconcelos que considera o português do Brasil um dialeto. Para Nascentes, é mais correto dizer que o português do Brasil é uma variação peculiar da língua portuguesa e não caracterizá-lo como dialeto “degenerado”.

Ao caracterizar a pronúncia carioca, Nascentes diz que ela é frouxa e suave. As vogais do carioca, assim como em todo o Brasil, são claramente pronunciadas, em comparação com as vogais lusitanas. Exemplo: *querer* (RJ) – *qu’rer* (Portugal); *moral* (RJ) – *mural* (Portugal). As consoantes cariocas mudam, esporadicamente, de *c* para *g* ou de *v* para *b* como nos exemplos: *cuspe/guspe*; *cosmético/gosmético*; *verruga/berruga*, observando que a

passagem do *v* para *b* é um fenômeno que já ocorria do latim para o português como, por exemplo, nos vocábulos *vesica-bexiga*.

Nos fonemas vogais brasileiros *me*, *te*, *se*, *lhe(s)*, *o(s)*, *a(s)*, *nos*, *vos* há uma leve tonicidade, variável de norte a sul do país, e bastante acentuada, ou seja, o brasileiro pronuncia *Já ti-disse*, enquanto que o português diz *Ját'disse*. Ribeiro também cita Raul Pederneiras, autor da obra *Geringonça carioca*, dicionário de gírias cariocas publicado em 1922 para mostrar o vocabulário e a prosódia próprios dos vadios e dos malfeitores.

Outra referência para Ribeiro foi Amadeu Amaral, autor do livro *O dialeto caipira* (1981[1920]); esta obra é resultado de um trabalho de pesquisa *in loco*, no interior de São Paulo, por meio do qual Amaral e sua equipe de colaboradores puderam coletar os termos ou expressões típicos da fala caipira. Seu método consistia em recolher os dados da fala corrente dos indivíduos, caracterizar as pronúncias, verificar se uma dicção era frequente ou pouco usada, grafar as palavras tal como se ouviu, sem correções, e anotar os sons peculiares.

Segundo Amaral, em comparação com o falar português, o falar caipira é lento, plano e igual, sem a variedade de inflexões, de andamentos rápidos encontradas na pronúncia portuguesa; o caipira pronuncia claramente as vogais átonas em *esperança*, *sobrado*, *pedaço*, ao contrário do português que pronuncia *espr'rança*, *subrado*, *p'daço*.

Cândido Jucá Filho, no livro *O Fator Psicológico na Evolução Sintática* – contribuição para uma estilística brasileira (1933), afirma que a fonologia brasileira ainda segue os moldes lusitanos, de forma mais rica, mas não se criou nenhum fonema novo, embora se tenha esquecido muitos; para ele, a fonética

do português do Brasil está mais próxima do português do século XVI do que aquela que se ouve em Portugal nos tempos atuais. Sobre os vícios de dicção dos brasileiros são, para ele, heranças importadas dos portugueses, além dos fenômenos individuais que foram sendo acrescentados.

Por outro lado, segundo Jucá Filho, há um fato geral no Brasil, e que não há equivalente em Portugal: a tendência dos brasileiros em não articular os *ll*, *rr*, *ss* nos finais das palavras, como nos exemplos: *animá*, *fazê*, *os home*, *muié*, *mulé*, exceto as sibilantes dos vocábulos oxítonos *nós*, *capaz*, etc., enquanto que, entre os lusitanos, vemos o acréscimo de vogais, conforme os exemplos de Leite de Vasconcelos: *animále*, *animáli*, *fazere*, *fazéri*. De um modo geral, Jucá Filho (op.cit.:199-202) considera que, no Brasil, não há nenhum dialeto, mas uma linguagem brasileira, com características bem originais.

Na obra *Fundamentos de Filologia Românica*, Ribeiro (1930:158) também afirma que não existe *dialeto brasileiro*: “O que, realmente, existe é a dialetação regional, mais ou menos caracterizada, sobretudo na área rural, no extremo norte (Amazônia), no sertão do Nordeste, na região que denomino Paulistânia (área devassada pelas bandeiras paulistas) e no extremo-sul (Pampa brasileiro).” Nesta afirmação, Ribeiro confirma, a partir das pesquisas dialetológicas e dos estudos românicos, a existência de dialetos regionais, mas não um dialeto nacional, portanto, a variedade brasileira do português é língua portuguesa.

Sobre as causas das diferenças prosódicas entre Brasil e Portugal, o gramático diz:

As diferenças prosódicas entre o falar português e o brasileiro, devem em grande parte ser referidas ao factor mesológico ao lado do ethnico.

A acção *mesologica* é, sobretudo, profunda no domínio biológico. Não se deve dar exagerado peso á influencia do clima sobre o trabalho mental; mas é claro que a actividade cerebral e as funcções do aparelho vocal dependem immediatamente do estado physiologico dos órgãos que vivem sob a continuada acção do meio.

Todos os factores que contribuem para a diferenciação da lingua em qualquer direcção, quer impulsores, quer obsidentes, refluem e vão ter ao principio geral de economia physiologica, conhecido pelo apellido de *lei do menor esforço*. (GRM.p.31-32)

No primeiro parágrafo, o gramático mostra que continuou preso às ideias deterministas de Taine, o qual defendia que o meio ambiente, e a raça e o contexto histórico são fatores que incidem nas ações humanas; no caso do trecho acima, estes fatores recaem também sobre a diversidade linguística. No segundo parágrafo, ao tratar da ação mesológica, Ribeiro refere-se à ciência denominada *Mesologia* que abrange o estudo do clima, da geografia, da hidrografia, da alimentação e do *modus vivendi* material dos homens. Também fundamenta-se em Hardy o qual, por meio de um estudo dos fonemas latinos, italianos e pensinsulares, percebeu que os sons mais agudos ocorriam por consequência da latitude e da baixa temperatura.

No terceiro parágrafo, Ribeiro mostra que ainda está preso à explicação das leis fonéticas, mesmo nos anos 30, pois explica que todos os fatores da diferenciação linguística têm como causa principal a *lei do menor esforço* ou o princípio de transição que pode dar-se por meio de metaplasmos, os quais são modificações dos vocábulos no decorrer do processo histórico; estes metaplasmos ocorrem por permuta, adição, subtração ou por transposição dos elementos formadores dos vocábulos.

Quanto à ressalva do gramático em não se dar exagerado peso ao clima na diferenciação linguística, deve-se aos estudos linguísticos acerca da natureza social da linguagem nas primeiras décadas do século XX. Whitney (2010[1875]:34), por exemplo, afirma que cada indivíduo possui uma forma mental do pensamento que se expande para adaptar-se à comunicação, daí o surgimento das diferenças linguísticas as quais não têm relação com raça ou clima. Jespersen (1947[1920]:58) também explica que a influência do meio ambiente ou da geografia física não é fator decisivo nas diferenças linguísticas; o fator decisivo é a geografia humana, ou melhor, os indivíduos os quais, por várias razões sociais, modificam as línguas.

Ainda sobre a prosódia, Ribeiro apresenta as diferenças entre Brasil e Portugal:

Outras vezes, a subjunctiva *i* intercala-se, como na prosodia do Brasil: *tem*=*tein*, *vem*=*vein*. Em Portugal esse caso tem o som especial do diphthongo *ãe*: também (no Brasil, *tambein*; em Portugal, *tambãe*). A prosodia brasileira era a mesma do tempo de Camões.(1)

(1) Nos poetas quinhentistas não se observa a rima *mãe* e *bem* (*bãe*). (GRM.p.22)

O gramático observa que houve um fenômeno de conservação da vogal *i* intercalada na prosódia brasileira, o qual já havia ocorrido no século XVI em Portugal, o que nos leva a entender que o português do Brasil não se degenerou, como o gramático havia pensado no momento naturalista, mas se conservou. Além dos exemplos que Ribeiro expõe, como é o caso do “*teim*” e do “*veim*” brasileiros, Paul Teyssier (1997:100-101) exemplifica outros aspectos conservadores da fonética brasileira, como é o caso do [š] e [ž] chiados na fala carioca, que são os mesmos chiados encontrados em Portugal no século XIX, visto que D.João VI e a família real instalaram-se no Rio de Janeiro em 1808 e

popularizaram esta pronúncia pela província que, na época, era a capital federal do Brasil e tinha grande prestígio sociocultural.

Ainda segundo Teyssier, os vocábulos “passo” e “passe”, pronunciados como [pásu] e [pási], respectivamente, conservaram estas pronúncias advindas do português europeu do século XVIII, já descrito por Verney em 1746. Em relação à sintaxe da colocação pronominal brasileira, percebemos o mesmo aspecto conservador, como vemos no seguinte trecho:

É usual no Brasil: *vi elle, encontre elle* modos de dizer archaicos como se vê de exemplos da era ante-classica, nos documentos dos seculos XIII a XV, facto hoje reconhecido pelos proprios philologos portugueses. Veja a *Syntaxe*. (GRM.p.90)

Os exemplos acima “vi elle” e “encontre elle”, comuns na fala popular, também são conservações portuguesas populares anteriores à gramaticalização do idioma e à influência erudita no século XVI em Portugal. Para Ribeiro (1933:11), o uso dos pronomes após os verbos explica-se psicologicamente, porque os brasileiros são “inimigos da ênfase e mais inclinados às intimidades”. Entendemos, pois, que, se a língua portuguesa antiga já apresentava estas ocorrências na linguagem corrente em Portugal, não se pode dizer que o português do Brasil seja um dialeto, ou seja, uma variedade “degenerada”; portanto, é mais uma evidência, para o gramático, de que a variedade brasileira é uma língua portuguesa também.

Sobre a contribuição do tupi-guarani na língua portuguesa, ele afirma:

Note-se, além disto, que em alguns brasileirismos o suffixo *eira* ou *éra* representa vocabulo tupi-guarani *cuéra*, *cuér*, *guê*, e

denota o tempo passado, nos substantivos que d'esta arte se conjugam como se foram verbos. Taes são os dous exemplos:

Tap-éra, aldeia que existiu, aldeia em ruínas.
Capo-eira, matto que existiu, agora matto novo.

Esses derivados provêm respectivamente de *tap* (taba) e *cap* (ca-paum). Veja-se o que desenvolvidamente escrevemos na *Lingua Nacional*, págs. 34-35 e nota no appendice. (GRM.p.118)

Aqui, o gramático trata de alguns brasileirismos que tiveram a contribuição da língua tupi-guarani. Na obra *Lingua Nacional*, ele (1933:23) explica que os primeiros vocábulos de origem americana já aparecem na literatura informativa e catequética do século XVI; no século XVII, o poeta barroco Gregório de Matos Guerra utilizava-se de vocábulos indígenas e africanos para expressar seu talento artístico, sendo, neste aspecto, “o primeiro escritor verdadeiramente nacional”.

No século XIX, o lexicógrafo Antonio de Morais e Silva, no seu *Dicionário* (1813) englobou brasileirismos e lusitanismos já diferenciados na América. A literatura romântica indianista de Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre, Gonçalves Dias e José de Alencar mostrou as diferenças entre o português lusitano e o português brasileiro.

Acerca das contribuições de vários povos na formação das línguas, Ribeiro afirma:

O mesmo contacto de povos e de idéas novas, por um lado, enriquece o lexico e, por outro lado, d'elle desterra locuções e palavras antigas que caem em desuso ou são literalmente esquecidas. Embalde para revocá-las á vida esforçam-se os eruditos, os letrados e os grammaticos; quasi sempre sem exito. É da propria indole das línguas essas perdas e renovações constantes,

que são como o signal da sua nutrição e vida.
(GRM.p.411)

A língua portuguesa no Brasil é um exemplo disto, pois ela foi enriquecida por meio do contato com elementos estrangeiros como os tupinismos, os africanismos, entre outros, daí o surgimento de palavras ou expressões novas ou mesmo a perda delas. Sobre esta ideia do contato entre os povos, Ribeiro mostra-se inovador ao se basear em Otto Jespersen, Hugo Schuchardt, W.D. Whitney e Menéndez Pidal.

Jespersen (1947[1920]:27), na obra *Humanidad, nación, individuo*, explica que a linguagem não é um fenômeno independente nem uma espécie de organismo como Schleicher defendia. A linguagem é uma atividade humana ou um esforço, por parte de um indivíduo, para ser compreendido e para entrar em contato com o outro e, neste contato, é influenciado pelos “hábitos lingüísticos” de uma comunidade, podendo também, reciprocamente, influenciá-la. Trata-se de uma troca. Por isso ele considera (id:58) que “la geografía humana” é o agente decisivo nas mudanças linguísticas e não tanto a geografia física.

Conforme vimos na 3ª edição da gramática, Ribeiro explica que a geografia física ou o meio ambiente influencia a ação do homem, sendo a linguagem também influenciada por ela. Jespersen é contra esta ideia, em parte, pois a linguagem é determinada socialmente. A língua portuguesa, por exemplo, predominou no Brasil por motivos sociais; as “ilhas civilizatórias”, denominadas assim por Darcy Ribeiro, referindo-se às regiões brasileiras que se comunicavam com os portugueses e com a metrópole no período colonial, apesar das dificuldades geográficas, uniram índios, negros, mestiços e portugueses, os quais colaboraram para a expansão e domínio da língua

portuguesa em todo o Brasil, embora haja dialetos regionais que não ferem a estrutura da língua.

Jespersen (id:257) também menciona Schuchardt, o qual afirmou que as mudanças linguísticas ocorrem porque, ainda que existam línguas diferentes, há algum elemento comum a toda a humanidade que torna certos fenômenos primordialmente afins e não historicamente aparentados, como acreditavam os linguistas comparativistas. No seu *Brevier*, Schuchardt (1922:104) considera a evolução das palavras como consequência de “cruzamentos”; por isso a etimologia procura resgatar os sentidos dos vocábulos. Ele afirma (id:105): “O que chamamos de etimologia não é nada mais que uma evolução da palavra; esta não é uma parte concreta de toda a evolução da palavra, mas se esvai sem limites concretos para dentro de outras evoluções de palavras.”

Podemos exemplificar esta evolução, defendida por Schuchardt, por meio da obra *Lingua Nacional* (1933), de João Ribeiro; nessa obra, o gramático (1933:48) explica que a expressão da língua portuguesa “estar na pindaíba” origina-se do tupinismo *pinda-ib* (vara de anzol). O gramático também explica (op.cit.:94-99) que a palavra *engambelar* é um vocábulo da língua portuguesa, mas a origem dela remonta ao vocábulo africano de Luanda *ng’imbular* que significa *adivinhar*. Entre os negros de Luanda, explica Ribeiro, há uma espécie de adivinhos que enganam as pessoas, fingindo receber espíritos e utilizando voz aflautada, daí que *engambelar* significa *enganar* ou *fingir*.

Semelhante ao livro *Lingua Nacional*, de Ribeiro, é a obra *Wortforschung und wortgeschichte* (“Pesquisa Lexicológica e História Linguística”), de Friedrich Kluge, na qual há ensaios sobre a etimologia de alguns vocábulos e expressões alemãs como *kneipe* (taverna), *philister* (filisteu), *heimweh* (saudades do lar), *bittsteller* (suplicante), etc. Para Kluge (1912), “um trabalho de

linguística também é um trabalho de história cultural”, pois a história de um vocábulo individualizado resulta no estudo da cultura de um povo.

Outro exemplo de estudo etimológico encontramos em Menéndez Pidal (1918:32-34), na obra *Manual de Gramática Histórica Española*, na qual ele explica que a língua espanhola também formou-se de empréstimos ou “vozes”, resultantes do contato com as vozes cultas, semi-cultas, ibéricas, germânicas, árabes, francesas, galaico-portuguesas, americanas, etc. No caso das vozes cultas, muitos latinismos de origem escrita permaneceram na fala popular, em virtude do cultivo dos estudos clássicos a partir do século XV; é o caso do vocábulo “artículo” que se originou de *articŭlus*, referindo-se a *artus* ou ‘nudillo del dedo’, mas houve uma derivação popular que ocasionou *artejo*.

Whitney (2010[1875]), na obra *A vida da linguagem*, observa que as línguas mudam para expandir a aperfeiçoar a expressão do pensamento, daí as “perdas” e “renovações” expostas por Ribeiro. As perdas e renovações da língua a que Ribeiro se refere no trecho selecionado como, por exemplo, as da língua portuguesa, não podem ser consideradas como degenerações, conforme analisavam os linguistas comparativistas do século XIX. Whitney (op.cit.:117-118) observa que, na história das línguas, existem empréstimos linguísticos, eliminações de palavras que ocorrem em função do progresso para a simplificação da linguagem.

Na obra *O vocalismo do latim vulgar*, Schuchardt (1868:27-28) defende a tese do “conforto linguístico” dizendo que ela impera por toda a parte, nos indivíduos, nas famílias, nos clãs, nos povos em geral; e critica a ideia de Max Müller de que as alterações linguísticas dentro de uma língua, como as de ordem fonética, sejam o resultado da “negligência” dos falantes.

Apesar de Ribeiro referir-se à ideia do contato entre os povos, percebemos que ele ainda está preso à questão da “índole” da língua e que ela vive de “nutrição”, daí as mudanças linguísticas. A palavra “índole” refere-se ao “gênio” ou “caráter” de uma língua, termos usados pelos comparativistas que acreditavam na evolução genética das línguas e, nesta evolução, elas se nutrem de outras. Ele também lamenta que a ação erudita tenha perdido espaço na mudança linguística.

No trecho seguinte, Ribeiro refere-se aos estudos da filologia românica:

Por esse modo, como rapidamente descrevemos, formou-se a língua portugueza, enriquecendo o dictionario de termos estranhos ou de criações novas, ora esquecendo, ora chamando á vida locuções e dizeres que o povo guardou intactos ou a literatura ennobreceu e poliu; no meio, porém, todas as vicissitudes e tyrannias da conquista, da moda e do ultraje do tempo, conservou até hoje a physionomia latina, á qual a fortuna da America reservará uma nova e duradoura juventude. Effectivamente, todos os processos idiomáticos do portuguez continuam com intensa actividade no Brasil, em cuja linguagem os termos regionaes de multipla origem, as importações exóticas e os neologismos compoem um vocabulario consideravel. Accresce que a literatura brasileira reclama a independencia de expressão e hoje pouco ou quasi nada deve ás correntes portuguezas, em materia de criação ou de vernaculidade. (GRM.p.419)

Aqui, observamos que Ribeiro tem um olhar amplo sobre o português do Brasil, pois ele diz que este português enriqueceu-se com vocábulos novos e, ao mesmo tempo, conservou a fisionomia latina, o que o levou a concluir que existe uma língua portuguesa no Brasil e não um dialeto degenerado. Por isso, no prefácio da 21ª edição, Ribeiro observa que buscou elevar a gramática “ao

nível das informações da filologia romana” e cita os principais romanistas que o embasaram para a análise do português do Brasil, tais como Friedrich Diez, Antoine Meillet, Edouard Bourciez, Wilhem Meyer-Lübke, entre outros.

Friedrich Diez, o fundador da filologia românica, defendia que o melhor caminho para buscar as origens das línguas românicas era a partir das fontes do latim vulgar para a análise das semelhanças e das diferenças entre elas. Meillet (1948[1921]:319), na obra *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, explica que as línguas neolatinas adaptaram muitos termos do latim por meio de empréstimos e a língua portuguesa do Brasil é um exemplo deste fenômeno.

No livro *Rudimentos de Filologia Românica*, Ribeiro (1930:152) explica que o “idioma românico na América, na verdade, não se desligou das tendências do latim vulgar.” Para ele, é nas formas dialetais do Brasil que podemos notar tal continuidade dos fatos linguísticos. Tomando exemplos das mudanças das vogais, temos o vocábulo *alacrem* (latim clássico) o qual se transformou em *alecrem* (latim vulgar) que, por sua vez, na língua portuguesa, mudou para *alegre*.

Bourciez (1926:15-16), na obra *Précis historique de phonétique*, afirma que a língua francesa moderna também foi transformada por elementos populares advindos do latim vulgar e por empréstimos, os quais compreendem as palavras eruditas latinas e gregas, além de outras estrangeiras. Meyer-Lübke (1926:126-129), na obra *Introducción a la Lingüística Románica*, afirma que, na comparação entre o latim vulgar e a língua neolatina, a fonética-histórica é o melhor caminho para explicar as mudanças, no entanto há outras formas de fazê-lo, como a fonética experimental e a psicologia da linguagem, sendo esta última uma maneira de explicar a visão de mundo cultural que as palavras contêm.

Além da persistência das tendências românicas, Ribeiro afirma, no trecho selecionado, que existem as inovações resultantes da entrada de outros elementos linguísticos como os tupinismos, os africanismos, etc. Ele também se refere aos escritores que defenderam, desde o século XIX, a variedade brasileira do português a qual, segundo eles, deveria estar representada na literatura. No entanto, não podemos deixar de mencionar que Ribeiro havia sido contrário ao uso da variedade popular (que antes considerava dialeto deturpado) na literatura, principalmente na literatura moderna. É o que podemos verificar no livro *Paginas de Esthetica* (1905), no qual o gramático afirma que os modernistas eram escritores da linguagem fácil, das desobediências, “os cotejadores da moda, os lisonjeiros da ignorancia propria”.

4.3. Análise comparativa das duas correntes

Conforme analisamos nos itens 4.1 e 4.2, Ribeiro apresenta duas *correntes* na sua produção gramatical: a naturalista e a culturalista. Na naturalista, o gramático considera as variações linguísticas como fenômenos independentes dos indivíduos, uma vez que as mutações fonéticas, morfológicas e sintáticas são produtos da natureza, logo a linguagem é um “organismo vivo” capaz de regenerar-se ou degenerar-se. Na culturalista, as variações linguísticas dependem dos indivíduos que se utilizam das línguas para se comunicarem, por isso a linguagem passa a ser vista como um “fato social”.

No caso da variedade brasileira do português, o gramático a considera, na primeira corrente naturalista, um organismo degenerado da língua-mãe, a língua portuguesa de Portugal a qual, segundo ele, era o modelo mais adequado, daí considerou que o Brasil possuía um *dialeto mestiço* deturpado pelo povo; esta “deturpação” foi consequência da miscigenação racial e da falta de uma cultura erudita no país. Por isso, ele almejava a uma reforma educacional positivista

que transformasse o país numa nação culta, desenvolvida e unificada idiomáticamente.

Soma-se a esta reforma, o intuito de Ribeiro de que a imigração europeia no Brasil colaborasse para a melhoria racial por meio de uma nova mestiçagem que branqueasse o povo brasileiro, tornando-o etnicamente “superior”, já que, segundo o gramático, este povo era “inferior”. O objetivo final do gramático e de outros intelectuais era o de elevar o Brasil, inserindo-o no contexto internacional no qual os países mais desenvolvidos também buscavam aperfeiçoar-se culturalmente e fortalecer a economia das suas sociedades para competirem no mercado capitalista.

Esta busca pelo aperfeiçoamento das sociedades foi norteadas pelas teorias científicas evolucionista, positivista e determinista as quais pregavam caminhos pragmáticos para o desenvolvimento das sociedades. Com base nestas teorias e acreditando na ordem e no progresso do Brasil, o gramático apontou que o caminho era homogeneizar o povo linguística e racialmente; linguística, porque o modelo ideal de língua era a língua portuguesa de Portugal, que foi aperfeiçoada a partir do século XV com a ação erudita dos escritores clássicos, herdada pelo povo brasileiro desde o século XVI e que deveria ser preservada; racial, porque o povo continha características como a apatia e a falta de empreendedorismo não condizentes com a obra civilizatória; portanto, o povo deveria se “europeizar”, adquirindo características positivas.

Na segunda corrente culturalista, Ribeiro apresenta outra postura sobre a variedade brasileira do português, entendida não mais como um dialeto corrompido, mas, sim, uma *língua portuguesa* como sempre foi, enriquecida com elementos novos advindos da miscigenação étnica e, ao mesmo tempo, mantendo vínculos com o latim popular. Conforme ele mesmo havia afirmado

na obra *Lingua Nacional* (1930), o povo deu a última palavra; mesmo com todas as variedades linguísticas regionais, que retratam a diversidade cultural deste povo, a língua portuguesa continuou mantendo sua estrutura.

No entanto, é importante observarmos que Ribeiro, na 21ª edição (1930) da gramática, ainda se encontra vinculado ao determinismo do meio ambiente, da raça e do momento histórico, teoria científica do século XIX, considerado por ele a causa principal da diferenciação linguística entre Brasil e Portugal. Logo, ele não mudou definitivamente de uma corrente para a outra; além do discurso determinista, Ribeiro continua defensor da prosódia lusitana, para ele, ideal, e dos estudos histórico-comparativos.

Observamos ainda que, mesmo na 3ª edição (1889), ao tratar das leis fonéticas absolutas dos neogramáticos, Ribeiro observa que os fatores espiritual e psicológico também causam as mudanças linguísticas, em referência a Vossler e Wundt, porém ele não desenvolve as ideias destes autores que poderiam tê-lo subsidiado na compreensão da variedade brasileira do português a qual ele considera, nesta edição, um dialeto degenerado. Se Ribeiro avançasse nas ideias destes autores, teria concluído que a variedade brasileira era língua portuguesa e não dialeto nacional.

Tanto Vossler como Wundt consideravam que as manifestações linguísticas representam os tipos de mentalidade dos povos. Vossler considerava que a língua é “casa espiritual” dos indivíduos porque ela é “experenciada” desde a infância e também é uma “posse cultural ou capital”, porque esta língua é utilizada em várias situações de comunicação; Wundt dizia que a linguagem muda de acordo com os costumes dos povos, costumes que formam a “alma coletiva”, porque os indivíduos influenciam-se reciprocamente.

No caso do português do Brasil, o povo herdou a língua portuguesa de Portugal a partir do século XVI e a modificou com novos elementos indianistas, africanistas, entre outros, os quais foram se agregando a esta língua. O próprio Vossler havia exemplificado que, se um falante da língua francesa incorpora palavras estrangeiras, estas tornam-se francesas para este falante; quando este aprende novas línguas, tem sempre por base o francês.

O mesmo aconteceu aos brasileiros que, no curso da história, aprenderam a língua portuguesa dominante, a qual recebeu várias “vozes”, mas permanecendo como língua. Ao tratar das “aptidões novas”, expressão utilizada pelo gramático na 3ª edição, que o suposto dialeto mestiço adquiriu, com a formação dos brasileirismos, dos africanismos e dos indianismos, os quais colaboraram para o aumento do léxico nacional, Ribeiro poderia ter partido destas “aptidões” para a defesa de que já havia uma *língua portuguesa* enriquecida.

Entretanto, o gramático não apresentou este raciocínio, porque ele estava temeroso de contrariar o horizonte científico e linguístico do final do século XIX no qual ele vivia, já que a maioria dos intelectuais brasileiros, que pertencia à Academia Brasileira de Letras, considerava que a variedade brasileira do português era uma degeneração linguística.

Ainda assim, percebemos, na corrente naturalista de Ribeiro, que os fatores “espiritual”, “psicológico”, bem como “as aptidões novas” no português do Brasil a que ele se refere, representam, ainda que de forma tímida, uma tentativa do gramático de subverter o discurso evolucionista e determinista sobre o português do Brasil, mas ele não o faz nem na 3ª edição, nem na 21ª edição da gramática.

Na 21ª edição (1930), Ribeiro mostra que conhecia as obras de Jespersen, Schuchardt, Whitney e Pidal, tanto é que ele citou estes linguistas no prefácio desta edição e os analisamos no item 4.2 acerca do contato linguístico, tema este defendido por eles. Jespersen havia afirmado que as mudanças linguísticas ocorriam como consequência da atividade comunicativa dos indivíduos.

Da mesma maneira, Schuchardt explicou que as línguas mudam suavemente em virtude dos “cruzamentos” entre os vocábulos os quais ocorrem pela comunicação; Whitney considerou que as renovações e as perdas linguísticas são normais e não degenerações, pois fazem parte da expansão e do aperfeiçoamento da comunicação; Pidal também afirma que são comuns, no contato linguístico, os empréstimos vocabulares.

Embora as ideias destes linguistas tenham colaborado para que Ribeiro concluísse que a variedade brasileira do português era língua portuguesa, ele não mudou seu discurso determinista, ou seja, a influência dos fatores como o meio ambiente, a origem racial do povo e o processo histórico incidiu na formação de uma variedade linguística brasileira diferenciada da de Portugal, como podemos verificar no trecho selecionado da página 140 do item 4.2, fato este que comprova a hipótese e a tese levantadas de que ele não mudou seu discurso conservador na 21ª edição de 1930.

Considerações finais

O conservadorismo linguístico que prevaleceu na *Grammatica Portuguesa* (curso superior) de João Ribeiro, analisado por meio do que consideramos *correntes naturalista* e *culturalista*, revelou-nos a continuidade do dilema norma-padrão e variedade linguística presente não só na transição entre os séculos XIX e XX, mas também na história da gramatização da língua

portuguesa desde o século XVI, dilema este que não se esgotou nos tempos hodiernos, se levarmos em conta debates, como os de Marcos Bagno, travados em torno de uma possível reforma das regras gramaticais que incluíam as manifestações linguísticas da língua cotidiana.

No caso específico de Ribeiro, este dilema se deu em virtude de ele ter assistido à transformação da filologia clássica, baseada na análise de textos escritos literários ou não, para a filologia moderna, denominada Linguística, dada à especialização científica por meio de novas disciplinas como a Filologia Românica, a Dialectologia, a Geografia Linguística, a Psicolinguística, entre outras que passaram a focar seus estudos na língua falada.

Ribeiro, por ser um filólogo clássico e um homem erudito, já que era um apreciador da literatura portuguesa, até mesmo por influência familiar (seu avô era um português que valorizava as letras), citou, com muita frequência, na sua gramática, vários escritores clássicos lusitanos como Fernão Lopes, Camões, Barros, Sá de Miranda, Ferreira, Bernardim Ribeiro, Azurara, Vieira, Herculano, Eça de Queirós, entre outros, para exemplificar, por meio de excertos de poesia e de prosa, as regras da norma-padrão do que o gramático julgava serem as ideais para manterem a estrutura da língua portuguesa, idealizando a sua possível homogeneidade.

Além disso, o gramático, influenciado pelos estudos histórico-comparativos do século XIX, os quais procuravam classificar as línguas pela “superioridade” ou “inferioridade”, dependendo de suas genealogias, concluiu que a língua portuguesa de Portugal, a qual se originou do latim popular, ao ser corrigida e aperfeiçoada pelos escritores clássicos a partir do século XV e pelos primeiros gramáticos como João de Barros e Fernão de Oliveira no século XVI, adquiriu não só status de língua “evoluída”, como também de “língua-mãe”,

imposta a várias colônias portuguesas (na América, na África e na Ásia), no período renascentista, com as grandes navegações marítimas as quais tinham objetivos mercantilistas, uma das causas históricas da dominação linguística.

Abordamos, também, a questão da “superioridade” da “língua-mãe” que, segundo Ribeiro, deveria ser preservada com o letramento do povo brasileiro, um dos temas da atenção dos intelectuais brasileiros no final do século XIX, uma vez que, para eles, os cidadãos brasileiros deveriam ter acesso à educação formal.

Conforme analisamos no capítulo I, a mudança do sistema monárquico para o republicano não alterou a realidade social brasileira, uma vez que o analfabetismo era muito grande. Os resquícios sociais da escravidão ainda estavam presentes. Enfim, as desigualdades sociais continuaram e, para agravar a situação, não havia representatividade do governo republicano em relação ao povo. Neste ambiente, como os brasileiros poderiam aprender a norma-padrão da “língua-mãe”?

Outro aspecto que observamos neste trabalho foi que Ribeiro considerava, na primeira *corrente naturalista*, as variedades linguísticas próprias do português do Brasil como um conjunto que formava o *dialeto mestiço* nacional, consequência da miscigenação racial. Por isso, ele possuía um discurso pessimista sobre o destino linguístico do país. Esta visão ocorria porque ele era um filólogo tradicionalista, um purista da linguagem, contrário à “degeneração” do português falado e escrito no país o qual deveria estar unificado à língua portuguesa utilizada em Portugal, numa atitude homogeneizadora de linguagem.

Na *corrente culturalista*, o gramático avança ao incluir, na 21ª edição (1930) de sua gramática, os novos filólogos como Jespersen, Whitney, Schuchardt, Vendryes ou Meillet, que buscaram explicações sociais para a existência das variedades linguísticas, tais como: a mistura entre as línguas que ocasionam analogias e empréstimos vocabulares, a interferência dos espaços geográficos e dos fatos históricos para o contato entre os povos, a necessidade de comunicação e de troca de informações.

Tanto é que ele passou a admitir que havia não um dialeto nacional, mas vários dialetos regionais do Brasil que não feriam a estrutura da língua portuguesa, dentro de uma postura heterogênea de linguagem. No entanto, o gramático não abandonou a tese determinista de Taine nem o evolucionismo de Darwin, porque, para Ribeiro, as variedades linguísticas do português do Brasil, em comparação com a “língua-mãe”, foram resultado da miscigenação étnica, do meio ambiente tropical e do contexto histórico colonial. Isto significa que o gramático era um homem que adentrou o século XX, mas levou com ele os valores culturais e científicos do século XIX.

As correntes naturalista e culturalista, entendidas pelo dilema norma-padrão e variedade linguística, mostram-nos que as mudanças epistemológicas não são cronologicamente definitivas, uma vez que, não só leva tempo para que os linguistas conheçam seus objetos de pesquisa com profundidade, aplicando suas teorias e métodos, mas também tomem contato com as obras de outros estudiosos, ampliando suas análises. Foi o que ocorreu com João Ribeiro e com outros linguistas brasileiros.

Nem todos os intelectuais brasileiros tiveram acesso aos estudos linguísticos culturalistas europeus. Ribeiro foi um dos poucos políglotas, pois sabia ler em francês, inglês, além de conhecer profundamente a língua e a

literatura alemãs, tendo acesso a obras de autores que romperam paradigmas teóricos do século XIX.

E ainda assim, entrando em contato com as novas teorias sociais, ele não mudou suas convicções integralmente. Mas, se considerarmos a riqueza cultural e linguística do nosso país, os linguistas brasileiros no período entre os séculos XIX e XX, incluindo Ribeiro, poderiam ter ousado mais e defendido que a variedade brasileira do português sempre foi língua portuguesa do Brasil.

Referências bibliográficas

Estudos sobre João Ribeiro

CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). “As ideias gramaticais de João Ribeiro”, in: *Dispersos*. Sel. e Intr. de Carlos Eduardo Falcão Uchoa, p.171-184, Rio de Janeiro: FGV.

CASASSANTA, Mário (1941). *Notas de Raul Soares à Gramática de João Ribeiro*, Livraria Editôra Paulo Bluhm: Belo Horizonte.

LEÃO, Múcio (1962). *João Ribeiro*, Livraria São José: Rio de Janeiro.

_____ ((1952). *Obras completas de João Ribeiro – Crítica – Os modernos* (org. e prefácio de Múcio Leão), vol. IX, Edição da Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro.

_____ (1954). *João Ribeiro: ensaio biobibliográfico*, Academia Brasileira de Letras: Rio de Janeiro.

LEITE, Marli Quadros (2005). “A hiperlíngua brasileira na construção da norma linguística gramatical: um estudo de gramáticas do século XIX” in *Revista de Estudos Portugueses*, vol.5, p.103-112.

LEITE, Marli Quadros (2014) “Reflexos do contexto político na fixação da norma linguística – a atuação de João Ribeiro” in: VALENTE, A.; AZEREDO, J.C. *Língua portuguesa: a unidade, a variação e suas representações*, Parábola: São Paulo.

RIBEIRO, Joaquim (1934). *9 mil dias com João Ribeiro*, Records Editora: Rio de Janeiro.

SCHNAIDERMAN, Boris (1971). “João Ribeiro atual” in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 10, doc.66, Universidade de São Paulo: São Paulo/Brasil.

SILVA, Roberto Candido da (2008). *O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*, Dissertação de Mestrado em História Social, Orientadora: Miriam Dolhnikoff.

SILVA, Maurício Pedro da (2006). “Fundamentos do discurso gramatical brasileiro: A *Grammatica Portugueza* (1887) de João Ribeiro”. BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada 2: A Construção*

de gramáticas e o ensino da língua portuguesa na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Lucerna.

Fontes primárias/produções de João Ribeiro

RIBEIRO, João (1889). *Grammatica Portugueza – 3^o anno – Curso Superior*, 3^a ed., Livraria Francisco Alves: São Paulo e Belo Horizonte.

_____ (1930). *Grammatica Portugueza – Curso Superior*, 21^a ed., Livraria Francisco Alves: São Paulo e Belo Horizonte.

_____ (1902). *Auctores contemporaneos*, 4^a ed., Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro.

_____ (1905). *Paginas de Esthetica*, Livraria Classica Editora de A.M. Teixeira: Lisboa.

_____ (1933). *A Lingua Nacional – notas aproveitaveis*, 2^a ed., Companhia Editora Nacional: São Paulo.

_____ (1930). *Rudimentos de Filologia Românica* (notas suplementares de Joaquim Ribeiro), J.Ozon+Editor: Rio de Janeiro e São Paulo.

_____ (1906). *Diccionario Grammatical*, 3^a ed., Livraria Francisco Alves: RJ, SP e Belo Horizonte.

_____ (1927). *Curiosidades verbaes – Estudos applicaveis á lingua nacional*, Editora-Proprietária Comp. Melhoramentos de São Paulo: SP, Cayeiras, RJ.

_____ (1931). *Floresta de exemplos*, Editores J.R. de Oliveira & Cia.: RJ.

_____ (1953). *História do Brasil – curso superior*, 14^a ed., revista e completada por Joaquim Ribeiro, Livraria São José: Rio de Janeiro.

Estudos linguísticos

AGUIAR, Martins de (1922). *Repasse crítico da gramática portuguesa*, Tip. Progresso: Fortaleza.

AUROUX, Sylvain (1992). *A Revolução tecnológica da gramatização*. Editora da Unicamp: Campinas, SP.

AMARAL, Amadeu (1981). *O dialeto caipira*, 4ª ed., Editora Hucitec: São Paulo.

BOURCIEZ, Édouard (1956). *Éléments de linguistique romane*, quatrième édition, Librairie C. Klincksieck: Paris.

_____ (1926) *Précis historique de phonétique française*, 6ª ed., Librairie C. Klincksieck: Paris.

BUENO, Silveira (1960). *Tratado de semântica brasileira*, 3ª ed., Edição Saraiva: São Paulo.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). *História da lingüística*, 6ª ed., Editora Vozes: Petrópolis, RJ.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso (1975). “As ideias gramaticais de João Ribeiro”, in: *Dispersos*. Sel. e Intr. de Carlos Eduardo Falcão Uchoa, p.171-184, Rio de Janeiro: FGV.

CAVALIERE, Ricardo Stavola (2000). *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*, EDUFF: Niterói.

COSTA, Firmino (1934) *Lexico grammatical*, Comp. Melhoramentos de S. Paulo: São Paulo/Rio de Janeiro/Cayeiras.

ELIA, Sílvio (1961). *O problema da língua brasileira*. Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro.

FILHO, Candido Jucá (1933). *O fator psicológico na evolução sintática*, Editores J.R. de Oliveira e C., Rio de Janeiro.

HOUAISS, Antônio (1992). *O português no Brasil*, 3ª ed., Editora Revan: Rio de Janeiro.

JESPERSEN, Otto (1947). *Humanidad, nación, individuo* – desde el punto de vista lingüístico, Trad. Fernando Vela, Revista de Occidente Argentina: Buenos Aires.

_____ (1976). *Nature, évolution et origines du langage*, Trad. L.Dahan e A. Hamm, Payot: Paris.

KOERNER, E.F.K. (1995). “Historiography of linguistics”, p.7-15, in: *Concise history of the language sciences – from the summerians to the cognitivists*.

Edited by E.F.K Koerner and R.E. Asher. Pergamon, Cambridge University Press, Cambridge, UK.

KLUGE, Friedrich (1912). *Wortforschung und wortgeschichte*, Verlag von Quelle & Menner: Leipzig.

LEITE, Marli Quadros (2013). “L’influence de l’oralité sur la formation de la norme linguistique: analyse de la place des pronoms atones dans la grammaire de la langue portugaise, in *Dossiers HEL*, ISSN:1638-1580.

LEITE, Marli Quadros (2011). “Variação linguística: aspectos históricos”, p.19-77, in: PRETI, Dino (org.). *Variações na fala e na escrita*, Humanitas: São Paulo.

LOPES, S.J.L. Pe. Francisco (1964). *Carlos de Laet – textos escolhidos*, 73, Nossos Clássicos, Livraria AGIR Editôra: Rio de Janeiro.

MACEDO SOARES, Antonio Joaquim (1943). *Estudos lexicográficos do Dialeto Brasileiro*, vol.II, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro.

MALMBERG, Bertil (1974). *As novas tendências da lingüística*, 2^a ed., Companhia Editora Nacional: São Paulo. Trad. Francisco da Silva Borba.

_____ (1991). *Histoire de la linguistique: de Summer à Saussure*, PUF: Paris.

MARTINS, Nilce Sant’Anna (2008). I - Notações histórico-teóricas in: *História da Língua Portuguesa*, org. Segismundo Spina, Ateliê Editorial: Cotia-São Paulo, p.430-513.

MATTOSO CAMARA Jr., Joaquim (1975). *História da lingüística*, 6^a ed., Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro.

MEILLET, A. (1928). “Langue et races” in: *Les langues dans l’Europe nouvelle*, Payot: Paris.

MEILLET, A. (1948). “Comment les mots changent de sens”, in: *Linguistique Historique et Linguistique Generale*, Librairie Ancienne Honoré Champion.

MEILLET, A. & VENDRYES, J. (1948). *Traité de grammaire comparée des langues classiques*, Librairie Ancienne Honoré Champion: Paris.

MEYER-LÜBKE, W. (1926). *Introducción a la lingüística románica*. Trad. Américo Castro, 3ª ed., Publicaciones de la Revista de Filología Española: Madrid.

MOUNIN, Georges (1970). *História da linguística – Das origens ao século XX*, Trad. F.J. Hopffer Rêgo, Coleção “Humanitas”, Edições Despertar: Porto.

NASCENTES, Antenor (1953). *O linguajar carioca*, 2ª ed., Organização Simões: Rio de Janeiro.

NUNES, José Joaquim (1951). *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa* (Fonética e Morfologia), 4ª edição, Livraria Clássica Editora: Lisboa.

ORLANDI, Eni P. (2001) “A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX” in: *História da Ideias Linguísticas – Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*, Ed. Pontes/Unemat: Mato Grosso, Brasil.

PÁDUA, Ciro T. de (1942). *O dialeto brasileiro*. Coleção Caderno Azul. Editora Guaíra: Curitiba, SP, RJ.

PEDERNEIRAS, Raul (1946). *Geringonça carioca* (verbetes para um dicionário da gíria), F. Briguiet e Cia – Livresiros Editores: Rio de Janeiro.

PIDAL, Menéndez (1918). *Manual de gramática histórica española*, 4ª ed., Librería General de Victoriano Suárez: España.

PINTO, Edith Pimentel (1988). *História da língua portuguesa*, VI. Século XX, Editora Ática: São Paulo.

_____ (1981). *O português do Brasil – textos críticos e teóricos*, vol.2 (1920-1945) – Fontes para a teoria e história, Edusp: São Paulo.

RIBEIRO, Julio (1887). “A Procellaria”–de 17 de abril de 1887– in: *Procellarias*, 1ª ed., Edições Cultura Brasileira: São Paulo, p.85-94.

ROBINS, R.H. (1983). *Pequena História da Lingüística*, Ed. Ao Livro Técnico: São Paulo.

ROUSSELOT, P.J. (1924). *Principes de Phonétique Expérimentale*, nouvelle édition, Tome I, H. Didier Éditeur: Paris.

SAPIR, Edward. (1971). *A linguagem – introdução ao estudo da fala*, 2^a ed., Livraria Acadêmica: Rio de Janeiro. Trad. Mattoso Camara Jr.

SCHLEICHER, August (1983). *The Darwinian Theory and the Science of Language* (1^a ed. de 1863) in: E. F. Konrad Koerner (ed.), “Linguistics and Evolutionary Theory: three essays”, John Benjamins: Amsterdam.

SKEAT, Walter W. (1924). *A Concise Etymological Dictionary of the English Language*, Oxford University Press: England.

SCHUCHARDT, Hugo (1922). *Hugo Schuchardt – Brevier – Ein Vademecum der allgemeinen Sprachwissenschaft*, zusammengestellt und eingeleitet von Leo Spitzer, Halle/Verlag Max Niemeyer: Leipzig.

_____ (1868). *Der Vokalismus des Vulgärlateins*, deitler band, Druck und Verlag Von B.G. Teubner: Leipzig.

SOBRINHO, Barbosa Lima (1958). *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, Livraria José Olímpio Editora: São Paulo.

SWIGGERS, Pierre (1998). “Filologia e Lingüística: enlace, divórcio, reconciliação. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n.2, p.5-18.

TEYSSIER, Paul (1997). *História da Língua Portuguesa*, trad. Celso Cunha, Martins Fontes: São Paulo.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis (1912). *Lições de Filologia Portuguesa – segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13*, Livraria Martins Fontes Editora/Dinalivro: Lisboa.

VENDRYES, J. (1950). *Le Langage – Introduccion Linguistique a L’Histoire*, Éditions Albin Michel: Paris.

VOSSLER, Karl (1943). *Filosofía del lenguaje – ensayos*, trad. y notas de Amado Alonso y Raimundo Lida, Editorial Losada: Buenos Aires.

WHITNEY, W.D. (2010). *A vida da linguagem*, Trad. Marcio A. Cruz, Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro.

WUNDT, W. (1926). *Bosquejo de una historia de la evolución psicológica de la humanidad*, trad. Santos Rubiano, Daniel Jorro Editor: Madrid.

ZAUNER, Adolf (1905). *Romanische Sprachwissenschaft*, I. Teil: Lautlehre und Wortlehre I, zweite, G.J. Göschen'sche Verlagshandlung: Leipzig.

Dicionário

KLUGE, Friedrich (1963). *Etymologisches Wörterbuch der Deutschen Sprache*, 19ª ed., Walter De Gruyter & Co: Berlin.

Obras científicas em geral

ABRÃO, Bernardette S. (1999). *História da Filosofia*, Editora Nova Cultural: São Paulo.

ARRUDA, José Jobson de A. (1980). *História moderna e contemporânea*, Ed. Ática: São Paulo

CANDIDO, Antonio (1988). *O método crítico de Sílvio Romero*, Edusp: São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de (2004). *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*, 3ª ed., Companhia das Letras: São Paulo.

COELHO, Nelly N. (1994). *Literatura e Linguagem*, 5ª ed., Editora Vozes: Petrópolis.

COMTE, Augusto (1943). *Síntesis Subjetiva/Moral Teórica*, Fundación Juan Enrique Lagarrigue: Chile.

DURANT, Will (1951). *História da Filosofia*, Trad. Godofredo Rangel e Monteiro Lobato, Companhia Editora Nacional.

ENRIQUES, F. & SANTILLANA, G. (1940). *Pequena História do Pensamento Científico* (da antiguidade aos tempos modernos), trad. Elias Davidovich, Casa Editora Vecchi: Rio de Janeiro.

HOBSBAWM, Eric J. (1988). *A era dos impérios (1875-1914)*, trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo, 13ª ed., Editora Paz e Terra: São Paulo.

_____ (1988). *A era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*, trad. Marcos Santarrita, 2ª ed., Companhia das Letras: São Paulo.

PRADO JÚNIOR, Caio (1977). *Formação do Brasil Contemporâneo*, 15ª ed., Editora Brasiliense: São Paulo.

LEITE, Dante Moreira (1976). *O caráter nacional brasileiro – História de uma ideologia*, 3ª ed., Livraria Pioneira Ed.: São Paulo.

MANNION, James (2006). *O Livro Completo de Filosofia*, trad. Fernanda M. dos Santos, Madras Editora: São Paulo.

MELLO, Manoel C.B.de (1959). *O Centenário da “Origem das Espécies” (1859-1959)*, D.A.S.P.- Serviço de Documentação: Rio de Janeiro.

MOTA, Maria Aparecida R.(2000). *Dilemas e combates no Brasil na virada do século XX*, Coleção Os que fazem a história, Ed. da FGV: São Paulo.

OLIVEIRA, José Osório de (1939). *História Breve da Literatura Brasileira*, Série G (Crítica e História Literária I), Editorial “Inquérito”: Lisboa.

PASOLINI, Piero (1976). *As grandes idéias que revolucionaram a ciência nos últimos cem anos*, Editora Cidade Nova: São Paulo.

RIBEIRO, Darcy (2013). *O povo brasileiro*, 12ª reimpressão, Companhia das Letras: São Paulo.

ROMERO, Sylvio (1910). *Provocações e debates*, Lello & Irmão Editores: Porto.

_____ (1977). *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, 2ª ed., Editora Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro.

SARAIVA, A. J.& LOPES, O. (1996). *História da Literatura Portuguesa*, 17ª ed., Porto Editora: Portugal.

STEVERS, Martin (1946). “O espírito mecanicista do século XIX”, in: *A inteligência através dos séculos*, trad. Paulo M. da Silva, Edição da Livraria do Globo: RJ- Porto Alegre- SP.

TAINÉ, Hippolyte (1946). *Filosofía del arte*, Buenos Aires Ateneo.